



PLANO ESTRATÉGICO DE CULTURA DE TORRES VEDRAS

2026

TÍTULO

Plano Estratégico de Cultura
Torres Vedras 2026

AUTOR

Luísa Arroz Albuquerque (Coord.)
Ciência ID: 4814-31F3-B05B

INVESTIGAÇÃO E DESIGN

Melissa Ganaha
Ciência ID: 931D-7369-08F5

EDITORA

Observatório Living Cities | LIDA
Instituto Politécnico de Leiria

LOCAL

Caldas da Rainha, 2021

ISBN

978-989-54819-7-2

Encomenda da Câmara Municipal de Torres Vedras

2026



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



UNESCO Chair in Arts and Cultural Management
Cities and Creativity Polytechnic of Leiria
Caldas da Rainha, Portugal



COORDENAÇÃO
LUÍSA ARROZ ALBUQUERQUE

GESTÃO DE PROJETO
SAMUEL RAMA

INVESTIGAÇÃO E DESIGN GRÁFICO
MELISSA GANAHA

EQUIPA
ANA CAROLINA PERES
TIAGO BARTOLOMEU COSTA

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL 2020-2021
**ANA HERMENEGILDO, MARIANA BATISTA, DEISI
COSTA, BIANCA DORINI, ANDREIA MINGRONI,
DEIVISON BRANCO, TÂNIA BATISTA, CÁTIA CAVACO**

EQUIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS
RUI BRÁS
ISABEL SILVA
MARTA MACHADO

**Encomenda da Câmara
Municipal de Torres Vedras**

De:



Plano
Estrat
égico



Para:



Torres Vedras
Câmara Municipal

**ANA
UMBELINO**

Vereadora da
Cultura

“O Plano Estratégico em Cultura do município de Torres Vedras intenta constituir-se simultaneamente como processo e documento.

Como documento almeja consubstanciar um referencial orientador das políticas culturais do município num horizonte de 5 anos. Como processo elege a participação pública e democrática como prática transversal e o diálogo civil estruturado como instrumento para a mudança, contribuindo para uma visão poliédrica do território capaz de informar as políticas públicas em cultura.

No quadro da elaboração deste instrumento de planeamento estratégico, sem embargo dos condicionalismos impostos pela situação pandémica, foram convocados os diversos atores culturais, que conferem vitalidade e diversidade ao ecossistema local, e os cidadãos, quem, verdadeiramente, se encontra no centro das políticas públicas. Com verdade e liberdade, a pluralidade de olhares e de perspetivas imperou e matizou o documento que agora se leva à estampa.

O foco do PEC é o concelho de Torres Vedras, a sua ambição é garantir o direito à cultura a todos e a todas independentemente da geografia, demografia, universos sociais ou identitários.

Reconhece-se, por isso, que o núcleo urbano é o polo centralizador da atividade cultural, mas simultaneamente atende-se às idiossincrasias do território, expressas na dispersão dos polos residenciais pelas freguesias e o tecido associativo comunitário, assumindo que existe inequivocamente um padrão de produção e de reprodução cultural que transforma as freguesias em espaços de participação e de fruição de atividades culturais.

O Plano Estratégico em Cultura encontra-se ancorado num projeto para o território que estabelece horizontes de exigência coletivos propulsores de mudança num quadro de estreita cooperação entre os poderes públicos e a sociedade civil.”

O Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras constrói-se a partir das dimensões temáticas propostas pela UNESCO para a Cultura na Agenda 2030. Cada núcleo temático é composto por um conjunto de indicadores mensuráveis tanto ao nível nacional, regional ou local e têm por objetivo medir e acompanhar os progressos da contribuição da cultura para a implementação nacional e local dos Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, avaliando-se tanto o papel da cultura como sector de atividade, como a sua contribuição transversal para os diferentes Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, respetivos domínios políticos. Podendo ser implementados numa base voluntária por países e cidades, assentam num quadro conceptual sólido que permite a análise aprofundada das múltiplas formas como a cultura contribui para as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento, construindo a evidência do papel transformador da cultura, tornando-a, assim, mais visível e tangível. As dimensões temáticas são assim:

AMBIENTE E RESILIÊNCIA

Esta dimensão temática fornece um quadro para avaliar o papel e a contribuição da cultura para o conjunto do desenvolvimento da cidade e do concelho, enfatizando a dimensão do património cultural e natural e do ambiente urbano tanto como alavanca para o desenvolvimento sustentável, como um fim em si mesmo. Os indicadores propostos pela UNESCO para 2030 avaliam o nível de empenhamento na salvaguarda do património cultural e natural e fornecem provas de uma gestão sustentável do património e da inclusão dos conhecimentos tradicionais num planeamento sensível do ponto de vista cultural. Esta dimensão também avalia os aspetos físicos/espaciais da qualidade do ambiente urbano, incluindo o espaço público e as infraestruturas culturais.

PROSPERIDADE E ESTILOS DE VIDA

Pretendemos avaliar nesta dimensão o contributo da cultura para promoção e viabilização de economias mais inclusivas e sustentáveis, através da geração de rendimentos e emprego, bem como estimulando as receitas através de bens culturais, serviços e empresas. Está igualmente incluído nesta dimensão um indicador sobre a governança da cultura. Este indicador fornece provas das estruturas de governação existentes para apoiar um papel próspero da cultura no desenvolvimento económico local e nacional e na criação de meios de subsistência.

CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS

Este eixo permite avaliar o contributo da cultura para a construção de conhecimentos e competências, incluindo os conhecimentos locais e a diversidade cultural. Centra-se especificamente no contributo da cultura para a transmissão de valores culturais, conhecimentos e competências locais e na promoção do empoderamento através da formação educacional, de processos, políticas e materiais. Sublinha, por isso, o papel da diversidade cultural no ensino primário, secundário e superior, bem como na formação profissional, e centra-se no desenvolvimento aprofundado dos currículos para integrar os conhecimentos culturais. Os indicadores propostos avaliarão o nível de empenhamento das autoridades e instituições públicas na integração e aproveitamento dos conhecimentos culturais para promover o respeito e a valorização da diversidade cultural, a compreensão do desenvolvimento sustentável e a transmissão de valores culturais, bem como na atribuição de prioridade à formação cultural (incluindo a formação avançada em matéria de conservação do património) e na promoção de aptidões e competências nos domínios criativos.

INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

Esta dimensão temática fornece um quadro para avaliar o contributo da cultura na construção da coesão social, bem como na promoção da inclusão e da participação. Centra-se na capacidade de acesso das pessoas à cultura, no direito de todas as pessoas a participarem na vida cultural e na sua liberdade de expressão cultural, incluindo a liberdade artística e criativa. Este programa explora igualmente as formas como as práticas culturais, os sítios, os elementos e as expressões culturais transmitem valores e competências conducentes à inclusão social.

ÍNDICE

1. METODOLOGIA	9
1.2. Relatório preliminar de diagnóstico	10
1.3. Processo de auscultação pública	11
2. DIAGNÓSTICO	13
2.1. Identificação de desafios	14
2.2. O que nos disseram os cidadãos	19
2.3. Análise SWOT	21
2.3.1. Ambiente e resiliência	22
2.3.2. Prosperidade e estilos de vida	25
2.3.3. Conhecimentos e competências	29
2.3.4. Inclusão e participação	31
2.3.5. Sugestões livres	34
3. CONCLUSÕES DE DIAGNÓSTICO	35
3.1. Ambiente e resiliência	36
3.2. Prosperidade e estilos de vida	40
3.3. Conhecimentos e competências	48
3.4. Inclusão e participação	50
4. PLANO ESTRATÉGICO	62
4.1. Objetivos de política cultural	63
4.2. Eixos estratégicos	65
4.3. Ações	67
5. ANEXOS	70

GRÁFICOS E TABELAS

<i>TABELA 1</i>	Dimensões do plano e indicadores de diagnóstico	11
<i>TABELA 2</i>	Avaliação da rede de equipamentos e infraestruturas municipais	40
<i>TABELA 3</i>	Distribuição das funções no SCC por escalão de rendimento	41
<i>TABELA 4</i>	Evolução da despesa municipal em atividades culturais e criativas por habitante	45
<i>TABELA 5</i>	Distribuição das despesas municipais 2013-2018 pelos domínios culturais privilegiados	46
<i>TABELA 6</i>	Proporção entre despesas correntes e despesas de capital (2013-2018)	47
<i>TABELA 7</i>	Média, mediana e moda do índice de saídas culturais antes e depois do Covid-19	51
<i>TABELA 8</i>	Domínios da criação amadora	54
<i>TABELA 9</i>	Índice de utilização dos equipamentos culturais	56
<i>TABELA 10</i>	Museus, galerias, património e lotação dos recintos (2019)	57
<i>TABELA 11</i>	Sítios de interesse de patrimonial natural ou edificado e equipamentos culturais por freguesia	57
<i>GRÁFICO 1</i>	Índice sintético de prática cultural pós-Covid	51
<i>GRÁFICO 2</i>	Hábitos de leitura	51
<i>GRÁFICO 3</i>	Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por sexo	52
<i>GRÁFICO 4</i>	Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por ciclo de vida	52
<i>GRÁFICO 5</i>	Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por níveis de escolaridade	53
<i>GRÁFICO 6</i>	Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por área de residência	53
<i>GRÁFICO 7</i>	Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por escalão de rendimento	54
<i>GRÁFICO 8</i>	Atitudes perante a apreciação da vida cultural do município	55
<i>GRÁFICO 9</i>	Discordâncias por níveis de escolaridade, ciclos de vida, área de residência e escalão de rendimento	55
<i>GRÁFICO 10</i>	Atitudes perante os constrangimentos à participação cultural	56
<i>GRÁFICO 11</i>	Distância média em minutos do centro da cidade às diversas freguesias do concelho	60



METODOLOGIA

A elaboração do plano desenvolveu-se em cinco etapas fundamentais pelo período de Setembro de 2019 a Junho de 2021, tendo sido atravessado pela pandemia do COVID-19, tanto pelos constrangimentos que são inerentes a este contexto, como à alteração dos diversos cenários e factores analisados. De facto, muito pouco se consegue antever das mudanças que tal contexto vai implicar tanto no curto prazo, como na longa duração. Considerando a construção de um cenário do horizonte 2026 uma etapa fundamental para elaboração deste plano estratégico, considerou-se fundamental esperar a consensualização desses cenários e horizontes a nível nacional e internacional para se poderem desenhar estratégias mais assertivas face aos efeitos económicos e sociais da pandemia.

AS CINCO ETAPAS FUNDAMENTAIS FORAM:

1. A elaboração do relatório preliminar de diagnóstico que operacionalizou os Indicadores 2030 da UNESCO. Esta investigação foi realizada entre Setembro de 2019 e Junho de 2020.
2. A implementação de um processo de auscultação pública visando amplificar quer os mecanismos disponíveis de participação pública (entrevistas focais, sessões públicas, inquérito *on-line*, *workshops* de envolvimento da comunidade), quer a maximização do tratamento das informações, propondo um diálogo estruturado com os cidadãos a partir das dimensões definidas no plano.
3. O tratamento dos diversos contributos dos cidadãos, a sua síntese e a sua complementaridade com as conclusões preliminares de diagnóstico, enriquecendo a análise SWOT.
4. A elaboração da análise PESTAL, em linha com os desafios identificados por Pier Luigi Sacco (Sacco, 2020), Bruno Latour (Latour, 2017) e R. Glücksman (Glücksman, 2018).
5. A redação da visão, objetivos e eixos estratégicos e preparação da publicação visando maximizar e facilitar o processo de consulta pública e recolha de contributos para a sua melhoria, construindo um questionário simples, de rápido preenchimento e acessível.

1.2. Relatório preliminar de diagnóstico

A análise e redação do relatório preliminar de diagnóstico operacionaliza o enquadramento dos Indicadores 2030 da UNESCO, as suas quatro dimensões principais e o conjunto de indicadores que define para o nível local, adaptando-os às informações e indicadores disponíveis para a realidade local e nacional e, complementando-os com a avaliação da vitalidade cultural do município.

TABELA 1
Dimensões do
plano e indicado-
res de diagnóstico

AMBIENTE E RESILIÊNCIA	Gestão sustentável do território Património material, imaterial e natural Equipamentos e infraestruturas culturais
PROSPERIDADE E ESTILOS DE VIDA	Emprego cultural Setor privado e terceiro setor Despesas dos agregados domésticos Comércio de bens e serviços culturais Financiamento público em cultura Modelo de Governança
CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS	Educação para o desenvolvimento sustentável Ensino artístico Formação cultural
INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO	Cultura para a coesão social Liberdade artística Acesso à cultura Participação cultural Processos participativos

As principais fontes de dados surgem do Instituto Nacional de Estatística (Anuário Estatístico da Região Centro 2016, 2017 e 2018; Estatísticas de Cultura até 2018 Censos 2011), do Eurostat e, finalmente, nos relatórios e estudos elaborados pela Câmara Municipal de Torres Vedras.

O objetivo do relatório preliminar de diagnóstico foi perceber em perspetiva comparativa infra e supra regional o posicionamento do concelho numa série de estatísticas culturais, identificando pontos fortes e fragilidades e apontando algumas leituras do território que deram enquadramento aos roteiros das entrevistas focais e das sessões públicas.

As perguntas de partida que estiveram na base da construção dos vários instrumentos desenvolvidos e implementados no processo de auscultação pública foram:

Que atitudes sobre a cultura, a cidade e o concelho? Que pontos fortes e oportunidades, ameaças e riscos à qualidade de vida no concelho? Que políticas e ações? Que avaliação sobre o que se faz, o que não se faz e o que podia ser feito em matéria de política cultural?

As etapas deste processo de auscultação pública foram assim as seguintes:

INFORMAR

O sítio on-line do Plano Estratégico compila a informação estatística recolhida no âmbito do relatório de diagnóstico preliminar com informação objetiva e detalhada sobre o setor cultural e criativo em Torres Vedras e os eixos centrais de desenvolvimento do Plano Estratégico, permitindo a compreensão plena dos desafios, as alternativas e as soluções possíveis.

CONSULTAR

A dinamização das quatro sessões de entrevistas focais em Setembro de 2020 envolveu 37 cidadãos de diversas freguesias, idades e profissões, no

1.3. Processo de auscultação pública

respeito pela diversidade e, sempre que possível, pela igualdade de género. O guião que estruturou e conduziu cada uma das sessões encontra-se em anexo.

As conclusões principais destas sessões construíram a base para o desenvolvimento do Inquérito às Práticas Culturais, Atitudes sobre a Oferta Cultural e Prioridades de Desenvolvimento Cultural (em anexo). Este inquérito on-line envolveu 125 cidadãos residentes ou com alguma ligação ao concelho de Torres Vedras.



Exposição "Um Olhar Cá Dentro"

ENVOLVER

Foram propostos quatro *workshops* e dinamizados três, pelos alunos de Instituições e Políticas Culturais do 2º ano de Mestrado em Gestão Cultural da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha num trabalho direto com o público, assegurando a compreensão e a consideração dos seus problemas e perspetivas: (1) "Atlas da Imaginação", na dimensão Conhecimentos e competências, mediado por Tânia Baptista e Cátia Cavaco, cuja realização foi impossível devido à pandemia, "A voz e o sabor da minha terra" mediado por Bianca Dorini e Deisi Costa, no eixo Inclusão e Participação; (2) "Construção de cidade e sociedade" mediado por Andreia Mingroni e Deivison Branco no eixo Prosperidade e Estilos de Vida; e, finalmente, "Um olhar cá dentro", mediado por Mariana Batista e Ana Hermenegildo no eixo Ambiente e Resiliência. No conjunto, estes *workshops* envolveram algumas parcerias com associações locais assente na diversidade dos sectores privado, público e terceiro sector (Bang Venue, Cooperativa Comunicação e Cultura, Fábrica das Histórias e B.Street Picanharia) e envolveram perto de 30 cidadãos residentes em Torres Vedras.

COLABORAR

As três sessões foram realizadas em formato *on-line* via plataforma *zoom* e estabeleceram como roteiro a apresentação das conclusões do relatório de diagnóstico preliminar, seguida do debate sobre identificação de desafios, problemas e estratégias.

Após o processo de consulta pública e após o tratamento das informações recolhidas nas diversas etapas que o compuseram, enriquecemos a grelha de SWOT produzida no relatório preliminar de diagnóstico, nos quadros de análise da identificação de fraquezas e pontos fortes, ameaças e oportunidades. Para definir melhor as oportunidades e ameaças geradas pelo cenário estratégico a cinco anos recorreremos à metodologia dos principais factores políticos, económicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais (PESTAL), que podem, e em larga medida, irão condicionar a implementação do plano.

Desta metodologia híbrida construída entre a investigação e a participação pública informada, surge então a análise SWOT deste plano estratégico de cultura de Torres Vedras 2026. Apesar das restrições inerentes ao contexto pandémico que atravessou todo o seu período de elaboração, julgamos ter conseguido responder positivamente ao desafio do envolvimento dos cidadãos, associações e empresas que compõem a diversidade do concelho.



2.1. Identificação de desafios

“Reduzido progressivamente, por desejo ou necessidade, ao estado de um átomo, o indivíduo ergue paredes cada vez mais altas em torno da sua própria solidão. Estas paredes aumentam o seu isolamento e a sua necessidade de protecção. Pedem outras paredes e, muito rapidamente, torres de vigia para as guardar. (...) É aqui que estamos, por todo o Ocidente: as nossas sociedades de solidão dão origem a um tal sentimento de insegurança que as instituições e os princípios da democracia liberal aparecem como obstáculos a serem derrubados para finalmente se sentirem protegidas.”

- Raphael Glucksmann, *Les enfants du vide. De l'impasse individualiste au réveil citoyen*, Paris: Allary Éditions, 2018, p.22

O desafio a que se tenta responder neste plano estratégico é exigente. Como desenvolver políticas culturais que respondam assertivamente à mudança da estrutura social do território? Como desenvolver políticas culturais que potenciem as dinâmicas observadas em diversos indicadores da demografia, à economia, à cultura e que, simultaneamente, possam responder aos desafios contemporâneos de um novo regime climático (Latour, 2017) e das sociedades, ou cidades, da solidão (Glucksmann, 2018)?

Efectivamente, para descrever os tempos de transição acelerada que vivemos, o filósofo e sociólogo Bruno Latour descreve-nos um novo regime climático, vivido com ansiedade e um “estado geral de desordem” que aumenta a cada nova notícia: aumento das temperaturas, aumento das ondas de calor, secas, inundações, ciclones, desaparecimento de espécies, esgotamento dos solos, aumento do nível das águas, etc. No ritmo alucinante dos noticiários que o cenário pandémico veio ainda mais agravar, somos atirados para a loucura e para uma alteração da nossa relação com o mundo, afirma Latour.

Não será difícil imaginarmos os impactos da pandemia na maximização destas tendências cujos contornos ainda estamos a tentar perceber. A pandemia, tal como tem vindo a acelerar as “sociedades da solidão”, imprimiu um carácter urgente e global na migração maciça de tudo e (de quase) todos para o meio digital. Que literacias temos hoje para lidar com o digital? Que efeitos terá na mudança de hábitos e práticas culturais? Que nova barreira de exclusão social será erguida perante esta migração digital feita a um ritmo sem precedentes? Que ferramentas e estratégias temos para a combater? Será, por isso, um terceiro desafio.

Ao desafio imposto por um novo regime climático e das sociedades da solidão que o têm acompanhado, giza-se o desafio da sociedade digital, combinando nestes três o desafio maior das desigualdades sociais. Sabemos que estas tendências não se sentirão em simultâneo e com a mesma intensidade no território. Podemos facilmente imaginar que a escala humana das cidades médias e pequenas possa ser um fator importante de mitigação dos efeitos mais negativos destas tendências. E, ainda assim, sentimos, por exemplo a fragmentação territorial ou a ausência de práticas culturais de artes e cultura no estudo sobre os hábitos dos jovens de Torres Vedras, como se por entre a malha do território sentíssemos não só o (re)aparecimento de pequenas barreiras simbólicas, mas também uma certa ansiedade face ao futuro, um receio subterrâneo que se começa a verbalizar.

SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO

O concelho de Torres Vedras está em profunda transformação demográfica e social. O território é hoje mais denso (nas áreas urbanas e peri-urbanas litorais), mais jovem (a estrutura demográfica alterou-se profundamente em 4 anos) e mais diverso (o número de população residente estrangeira tem vindo a aumentar).

O município apresenta indicadores sólidos e consistentes de crescimento e qualificação do setor cultural e criativo, com uma rede de equipamentos e infraestruturas culturais adequada à diversidade do território e, não menos

importante, apresentando um índice sintético de prática cultural que aponta para um perfil de um espectador casual, mas empenhado.

O potencial criativo do município e do concelho em termos de talento, tecnologia e tolerância (Florida, 2002) destaca-se de outros concelhos que lhe são próximos, como Alcobaça, Alenquer e Caldas da Rainha.

O setor cultural e criativo (SCC), definido como campo ou, mais recentemente, ecossistema cultural, estruturado e analisado a partir da sua dimensão económica e social, atravessa hoje uma crise que, tal como todas as outras crises, deriva tanto de fatores estruturais, como conjunturais. Tal como todas as crises antes desta, os desafios conjunturais transformam-se num revelador das fragilidades estruturais, sendo que, se estas fragilidades não são diretamente responsáveis pelo estado de crise em que nos encontramos, são elas que alimentam e aprofundam os efeitos decorrentes de uma conjuntura negativa, como a pandemia que atravessamos. Se não é pela pandemia que explicamos a emergência de discursos xenófobos atentatórios dos direitos humanos e constitucionais em Portugal, não podemos ignorar que será no espectro da crise económica e social que tais discursos se irão alimentar, sustentados nos fracos índices de literacia digital e de uma dependência cada vez maior das redes sociais que lhes servem de motor.

Deixando atrás de si um lastro de crise económica e social, a pandemia foi um fator revelador não só das precárias condições laborais de muitos profissionais do setor, mas também das dificuldades na definição da missão e dos modelos de negócio de muitas instituições, empresas e associações culturais, e ainda da incapacidade de adaptação rápida, aproveitando, por exemplo, as oportunidades emergentes da migração massiva para o digital. Segundo a OCDE, tanto o setor do turismo e lazer, como o setor cultural e criativo são dos mais afetados por esta pandemia, com efeitos que podem durar bem para além da pandemia. Se a crise económica se destaca como variável explicativa do cenário traçado para a análise dos fatores económicos que mais afetam o plano estratégico, de igual forma se destaca a variável das políticas públicas disponíveis para a recuperação económica na análise dos fatores políticos.

Assim, assume particular relevância para este Plano Estratégico maximizar as oportunidades abertas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) agora em discussão a nível nacional, tanto na dimensão da transição digital (variável principal dos fatores tecnológicos) como da transição climática (principal variável destacada nos fatores ambientais).

“Os efeitos da crise nos canais de distribuição e a queda de investimento no setor, irão afetar a produção de bens e serviços culturais e a sua diversidade nos meses, se não mesmo, nos anos que se seguem. No médio prazo, a antecipação dos baixos níveis de turismo internacional e doméstico, a queda do poder de compra e a redução do financiamento público e privado para as artes e a cultura, especialmente ao nível local, podem amplificar esta tendência negativa ainda mais.

2.1.1. Constrangimentos e oportunidades emergentes da análise PESTAL

“Uma alteração da relação com o mundo”: esta é a definição erudita de loucura. Não entendemos nada sobre mutações ecológicas, se não medirmos até que ponto elas nos colocam a todos em pânico. Mesmo que tenham várias formas diferentes de nos enlouquecer!”

-
Bruno Latour,
Facing Gaia,
Cambridge: Polity Press, 2017,
p. 33

Na ausência de um apoio público e de estratégias de recuperação assertivas, a contração dos sectores culturais e criativos, terá um impacto negativo nas cidades e regiões, tanto a nível do emprego, como das receitas, na incorporação de inovação, na qualidade de vida e bem-estar e na vitalidade e diversidade das comunidades.”

Pier Luigi Sacco, *Culture shock: COVID-19 and the cultural and creative sectors*. Paris: OCDE, 2020

Há, no que até agora se conhece do plano, oportunidades que devem ser maximizadas e preparadas de forma articulada e holística, tanto na dimensão infraestrutural, como no desenvolvimento de conhecimentos e competências que serão necessárias à sua implementação, visando a sua potenciação junto de comunidades e grupos sociais particularmente afetados pela pandemia. De facto, na leitura dos principais fatores sociais que afetam o cenário subjacente ao plano estratégico destaca-se a crise social que se aprofunda, tanto quanto se arrasta o cenário pandémico. Se os contornos das transformações sociais que dele decorrem são ainda imprecisos, os seus efeitos já se fazem notar em alguns indicadores associados às práticas e hábitos culturais. Isto é, se já sabemos que há alterações significativas aos padrões de comportamento nas práticas de saídas culturais, por exemplo, é ainda cedo para saber qual a direção e duração dessa mudança. Mas sabemos, isso sim, que podemos contar com alterações aos padrões de consumo cultural, quer acelerando tendências que já vinham detrás, como por exemplo, o consumo pela internet de bens e serviços culturais, quer, por exemplo, na valorização manifesta desses mesmos bens culturais no bem-estar e saúde mental durante o primeiro confinamento.

Um constrangimento pode ser uma oportunidade e por isso a ausência de um grande número de visitantes, por exemplo, é uma oportunidade para melhorar tanto a performance energética dos edifícios e equipamentos culturais, cumprindo as metas climáticas, como se constitui como oportunidade para reestruturar projetos museológicos e culturais, dotando-os de novas funcionalidades e tornando-os mais aptos e ágeis na resposta aos desafios de uma sociedade do conhecimento, global e digitalizada. Num outro exemplo, a migração massiva para o digital a que assistimos no último ano, tanto da educação formal, como de muitas atividades culturais e de aprendizagem informal, trouxe não só novas oportunidades de desenvolvimento local, como o risco do aumento das desigualdades sociais, se tal processo de migração não for acompanhado de medidas de mitigação. Tais medidas incluem, por exemplo, o desenvolvimento de soluções metodológicas e tecnológicas para a distribuição da aprendizagem à distância com acesso digital mediado a recursos e experiências culturais (Sacco, 2020).

Destaca-se assim, a par da transição digital em curso e em ritmo acelerado, uma outra transição, a climática, cuja urgência se faz sentir quotidiana e diariamente à medida que aumenta uma certa ansiedade social, coletiva e individual, dos riscos de perda económica e exclusão do mercado de trabalho. Assegurar que estes processos são justos e inclusivos, implica um trabalho coletivo de debate, de formação e de reflexão sobre as soluções para um futuro sustentável. Assim, adquire uma relevância primeira a promoção tanto

da criação de ofertas formativas para o desenvolvimento sustentável, como a promoção de ofertas formativas para a aquisição e desenvolvimento de competências e literacias digitais. Assume-se, no âmbito deste plano estratégico, esta relevância, tanto ao nível de aquisição de competências no ensino especializado, como no domínio de atividades de formação cultural que alarguem o leque de cidadãos envolvidos (por lazer e entretenimento, acima de tudo) nestes debates, nestas reflexões e no encontro de soluções para estas transições digitais e climáticas.

Há quatro valores que estabelecem a base deste plano estratégico e que emergem nos diversos momentos do processo de consulta pública, tanto dos agentes do SCC, como dos cidadãos em geral – das entrevistas focais, às sessões públicas, aos *workshops* ou mesmo no espaço de contributo livre no inquérito: colaboração, acesso, conhecimento e sustentabilidade. E serão eles os pontos cardeais que constituem a bússola de navegação para uma política cultural que se constitua como pilar fundamental que assegura o envolvimento e a participação de todos os cidadãos nestes processos de transição, contribuindo para o encontro de soluções democráticas e inclusivas, inovadoras e criativas. Este fio condutor que tecemos no âmbito desta análise PESTAL define e condiciona as políticas culturais e medidas concretas propostas sobre os diversos domínios culturais e constituem o racional primeiro para a avaliação da sua relevância.

2.1.2. ANÁLISE PESTAL (SÍNTESE)

FATORES POLÍTICOS

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

O Plano de Recuperação e Resiliência em discussão constitui uma oportunidade de financiamento das ações necessárias na área da transição climática e digital.

Os Planos nacionais das artes e da leitura constituem uma oportunidade para a sua implementação e declinação local.

O Estatuto do Profissional da Cultura enquadra o trabalho no SCC e é uma oportunidade para melhorar o acesso aos sistemas de proteção social de artistas e criadores.

FATORES ECONÓMICOS

CRISE ECONÓMICA

Impondo uma restrição às viagens e livre circulação, a pandemia tem um impacto bastante severo no sector do turismo e lazer, que tem sido um dos principais motores de desenvolvimento do Sector Cultural e Criativo.

É expectável a redução combinada do financiamento público e privado para as artes e a cultura, bem como uma redução do rendimento disponível dos agregados domésticos para bens e serviços culturais.

FATORES SOCIAIS

CRISE SOCIAL

Deriva da crise económica uma crise social que tem vindo a crescer atrás da pandemia. As restrições à realização das atividades de cultura e lazer podem ter um lastro significativo nas práticas e hábitos culturais, para além dos efeitos negativos comumente associados a este cenário.

É expectável uma alteração aos padrões de consumo cultural motivados pela migração digital massiva durante a pandemia.

FATORES TECNOLÓGICOS

TRANSIÇÃO DIGITAL

A transição digital da rede de equipamentos e infraestruturas municipais da área cultural constitui-se assim como oportunidade para repensar tanto a comunicação em meio digital como o projeto cultural que os enforma.

A transição digital confirma-se ainda como oportunidade para apoiar o SCC a rever os seus modelos de negócio, incorporando conhecimentos que facilitem o ajuste às mudanças expectáveis no consumo cultural.

FATORES AMBIENTAIS

TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

O combate às alterações climáticas exige a adoção rápida de medidas em linha com o Plano de Recuperação e Resiliência. Na área da cultura este constrangimento assume-se como oportunidade para reestruturar as infraestruturas, mas também para repensar as políticas culturais à luz de práticas mais sustentáveis.

FATORES LEGAIS

CONDIÇÕES DE TRABALHO SCC

Em complementaridade com as políticas públicas que emanam do governo central, os executivos municipais podem incentivar comportamentos tendentes à contratação responsável e de combate à precariedade dos profissionais do SCC.

SESSÃO I, 30 NOVEMBRO 2020: CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS, E INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

Descentralização; Cooperação Comunicacional; Coesão na Oferta

2.2. O que nos disseram os cidadãos

2.2.1. Sessões públicas

Focada numa abordagem ampla do conceito de descentralização intra e extra municipal, o conjunto das participações revela, uma vez mais, a dificuldade de articulação das práticas culturais e a diversidade da oferta, face à procura, sendo sublinhadas as dessincronias entre o interior e o litoral concelho, bem como a capacidade de mobilidade dos habitantes como fator dissuasor para participação cultural.

Do mesmo modo, importa destacar que a reflexão se preocupou em compreender, e integrar, lógicas de oferta tendencialmente hegemónicas que não atendam à diversidade do que é produzido localmente, ou não potencie e explore o trabalho desenvolvido no território.

À impossibilidade de ser edificado um equipamento cultural em cada freguesia do concelho, deve responder uma germinação de práticas locais, de esforço complementar e incidência, ou articulação particular com a educação e formação em contexto informal.

A necessidade de aprofundamento do significado de descentralização, evitando o esvaziamento do seu sentido, deveria levar a uma reflexão sobre um outro conceito, como desconcentração e capacitação da oferta cultural, através de ferramentas de comunicação regularmente atualizadas, construídas de forma participada e adaptadas às condições de acessibilidade da população.

SESSÃO II, 02 DEZEMBRO 2020: AMBIENTE E RESILIÊNCIA

Conhecimento; Acessibilidade; Sentimento de Pertença

A comunicação e valorização dos projetos participativos, sejam de âmbito cultural ou social, e que possibilitem um impacto continuado nas práticas das populações, é regularmente apontada como deficitária. Seja porque os modos de acesso das populações nas freguesias do interior se fazem através de estratégias offline e de proximidade, seja porque é regularmente apontada ao município responsabilidade na ausência de partilha atempada de informação.

Do mesmo modo, é sublinhada uma excessiva valorização mediática dos eventos que decorrem nas freguesias do litoral, refletindo uma cultura monotemática ou de grandes eventos agregadores, certamente representativos do concelho. Pressente-se que o impacto negativo se refletirá num sentimento de pertença cada vez mais desagregado e pouco representativo da coesão – mitificada ou real – das gerações precedentes.

Pelo contrário, em vez de se procurar reforçar a diversificação que já existe, e se pratica no terreno, nomeadamente nos domínios do património religioso, da cultura popular, dos projetos comunitários, das atividades para as

comunidades séniores ou nos eventos de cariz localizado, mas representativos de uma história integrada e continuada, é apontado o dedo a uma estratégia de concentração que descarta a possibilidade de participação e integração das práticas culturais das populações.

Não foram referidas, de modo significado ou relevante, exemplos de articulação com as dimensões ecológica, ambiental e de sustentabilidade das práticas culturais, ou a sensibilização e articulação, através de projetos transversais, de outros modelos de integração destas questões no discurso cultural e artístico.

SESSÃO III, 03 DEZEMBRO 2020: PROSPERIDADE E ESTILOS DE VIDA

Cooperação; Transversalidade; Acessibilidade Financeira e Social

Os problemas de acessibilidade e informação não se resumem às condições, localização e mediatização da oferta, mas também aos modos e capacidade de procura. A política de preços praticada pelos diferentes agentes – públicos e privados – no concelho, carece de uma revisão que atenda ao poder de compra e aos hábitos das populações e comunidades.

A criação de um acesso mais integrado, sobretudo considerando a perda de rendimento decorrente da situação pandémica, bem como a necessidade de não fazer depender a oferta da procura, sujeita a política bilhética a um diálogo de grande proximidade com a política de apoios, para mais quando muitos dos projetos associativos não cumprem os critérios essenciais para obtenção de apoios nas linhas criadas pelo Estado central. Nesse aspeto, a presença da Câmara Municipal é vista como um modelo exemplar na necessária articulação das primeiras necessidades dos projetos associativos.

Assim, a discussão assenta na capacitação dos projetos em angariar novos modos de apoio que permitam suportar uma redução sustentável dos preços, ao mesmo tempo que não fazem perigar o equilíbrio financeiro, mas não deixam de, sem promover a gratuidade, estimular a presença dos públicos, com as positivas consequências que isso terá no viver em conjunto, em particular nestes tempos.

Ainda, é de reforçar a importância dada aos fóruns de discussão e ao modo como, fora da esfera institucional, se podem debater ideias e encontrar parceiros para o desenvolvimento de estratégias, cumprimento de objetivos e afirmação de projetos com base nas dinâmicas de complementaridade e integração.

Nesse particular, registre-se a vontade de criar canais de acesso verdadeiramente horizontais e inclusivos, que contemplem as dimensões formativa e social nas suas práticas associativas e culturais. A aposta na formação, nas dimensões formal e informal, continua a ser o exemplo mais recorrente para a preparação das gerações, com impacto indireto nos agregados familiares e comunidades às quais pertencem.

A análise SWOT resulta da combinação entre as conclusões do relatório preliminar de diagnóstico elaborado a partir da avaliação da vitalidade cultural do município, e do processo de consulta pública estruturado em quatro momentos fundamentais: (1) a realização de entrevistas focais (Setembro de 2020); (2) a realização de sessões públicas (Dezembro de 2020); (3) o inquérito às práticas culturais, atitudes perante a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural realizado entre Dezembro de 2020 e Janeiro de 2021; e, finalmente, (4) os *workshops* de envolvimento da comunidade.

O tratamento das diversas informações e contributos organiza-se a partir das dimensões estratégicas definidas e pelos roteiros de debate propostos no âmbito do processo de consulta pública, tal como consta da tabela seguinte, diferenciando os contributos do relatório preliminar do diagnóstico, do contributo dos cidadãos.

1) AMBIENTE E RESILIÊNCIA

- Gestão sustentável do território
- Património material, imaterial e natural
- Sustentabilidade
- Rede de infraestruturas e equipamentos municipais

2) PROSPERIDADE E ESTILOS DE VIDA

- Emprego cultural
- Terceiro sector e sector privado
- Consumo cultural
- Investimento e despesas municipais em cultura
- Modelo de governança

3) CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS

- Educação e formação para o desenvolvimento sustentável
- Formação cultural
- Ensino artístico

4) INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

- Coesão e inclusão social
- Acesso
- Participação

5) SUGESTÕES LIVRES

a) GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO

PONTOS FORTES

Existência de planos municipais de reabilitação e conservação do centro histórico, avaliado positivamente pela maioria dos inquiridos.

Mérito reconhecido da qualidade de vida no concelho pela maioria dos inquiridos.

Mérito reconhecido na oferta turística e em outros indicadores associados à prosperidade.

PONTOS FRACOS

Assincronia entre o interior e o litoral do concelho, com a concentração de equipamentos culturais nas freguesias do litoral e da cidade.

Falta de vida cultural no centro histórico da cidade, nomeadamente, durante o ano e fora da realização do Festival Novas Invasões.

OPORTUNIDADES

Explorar o território a partir da sua diversidade.

Criar mais vida no centro histórico, ancorado nos equipamentos existentes e no apoio à instalação de estabelecimentos comerciais de bens e serviços culturais.

Apoiar a instalação de espaços individuais de trabalho para os trabalhadores sem condições nas suas residências para fazer face às exigências do teletrabalho.

AMEAÇAS

Falta de coesão territorial tanto na oferta de bens e serviços culturais, como na localização dos equipamentos, que alimenta discursos e sentimentos de abandono e desenraizamento social.

Falta de legibilidade dos centros das vilas e freguesias pela perda de centralidade das igrejas e capelas;

b) PATRIMÓNIO MATERIAL, IMATERIAL E NATURAL

PONTOS FORTES

A política de investimentos municipais em cultura destaca o património como área principal de atuação.

Há um levantamento consistente dos sítios de interesse patrimonial edificado e natural.

Destaca-se pela qualidade do projeto e resultados consistentes a Rota Histórica das Linhas de Torres.

PONTOS FRACOS

Ausência de uma sinalética que destaque o património edificado que torne reconhecível a sua importância histórica aos cidadãos.

As despesas municipais em cultura em património estão maioritariamente concentradas em despesas correntes, o que pode indiciar uma fragilidade do investimento em melhoramentos substanciais em ativos fixos e monumentos históricos existentes.

Fraca informação ou presença digital de informações ligadas ao património imaterial.

OPORTUNIDADES

Reforço da relação entre a comunidade escolar e o património material, imaterial e natural.

Legenda:

• Contributo
dos cidadãos

• Contributo
do relatório
diagnóstico

Desenvolvimento de programas que visem a cartografia do território na diversidade das suas expressões culturais e de preservação de elementos identitários locais (memórias ligadas ao mundo do trabalho, histórias de vida, etc.), mobilizando a Fábrica das Histórias e dando maior atenção à memória e oralidade.

Existência de um conjunto patrimonial de arquitetura sacra, bastante significativo e singular que importa estudar e avaliar, desenvolvendo um projeto cultural de soluções diversas.

Criação de uma rota associada aos moinhos e azenhas com um projeto cultural de estudo, preservação e divulgação.

Desenvolver um programa de valorização do artesanato e gastronomia local.

Recuperação do ecossistema fluvial.

Desenvolvimento de um projeto integrado de sinalética para as diversas dimensões do património natural, material e imaterial.

Recuperação e desenvolvimento de projeto cultural do Castelo de Torres Vedras.

AMEAÇAS

Falta de coesão territorial tanto na oferta de bens e serviços culturais, como na localização dos equipamentos, que alimenta discursos e sentimentos de abandono e desenraizamento social.

Falta de legibilidade dos centros das vilas e freguesias pela perda de centralidade das igrejas e capelas;

c) SUSTENTABILIDADE

PONTOS FORTES

Existência de planos estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

Existência de planos estratégicos que visam a promoção da mobilidade inteligente, da transformação das redes de circulação urbana, com diversos programas ativos.

Existência de planos estratégicos que visam a educação ambiental.

PONTOS FRACOS

Desconhecimento dos planos de adaptação às alterações climáticas da CMTV.

Ausência de um plano de resiliência do património cultural edificado face aos riscos identificados causados por fenómenos climáticos extremos.

Ausência de estratégia de redução

da pegada ecológica na realização de eventos de grande e média dimensão.

Ausência de planos de gestão cultural sustentável dos diversos equipamentos culturais municipais, em linha com as boas práticas para a gestão do património e de equipamentos culturais que estabeleçam linhas de ação na média e longa duração e que permitam a identificação atempada das necessidades de manutenção, restauro e conservação.

OPORTUNIDADES

Programa de consciencialização da pegada verde, através de medidas que visem as boas práticas no uso dos espaços e eventos públicos.

Construção de uma resposta integrada de objetivos comuns dispersos em diversos planos estratégicos, as-

sociados à promoção da mobilidade inteligente.

Construção de ciclovias, redução do número de carros no centro histórico, etc.; promoção do ciclo e enoturismo, maximizando programas já existentes envolvendo o futuro Museu do Ciclismo.

Melhorar a capacidade de resposta dos equipamentos culturais e do património cultural edificado a fenómenos climáticos extremos.

Aproveitar a redução da atividade cultural associada ao contexto pandémico para repensar a forma como

se produz e consome cultura no concelho de Torres Vedras, preparando soluções em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

AMEAÇAS

Riscos associados ao ciclo económico depressivo motivado pela pandemia.

Fraca adesão à transformação necessária dos comportamentos coletivos e individuais para o desenvolvimento sustentável.

d) REDE DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

PONTOS FORTES

Rede de equipamentos diversa e de articulação bem estruturada.

Nível consistente de apreciação dos inquiridos dos serviços prestados pelos diversos equipamentos municipais.

positiva (3,4 em 5), considera-se que tal avaliação pode e deve ser melhorada, dada a centralidade que os museus municipais assumem na promoção do conhecimento do território, das suas gentes e da sua história, bem como nos impactos na atração territorial.

PONTOS FRACOS

Ausência de planos para a gestão sustentável dos equipamentos municipais.

Ausência de informação multilíngue dos diversos equipamentos municipais que dificulta o seu potencial de atração de turistas e cidadãos residentes não falantes de língua portuguesa.

Embora estejam identificadas as necessidades para a melhoria do acesso a pessoas portadoras de deficiências, falta implementar essas soluções.

Embora a avaliação da amostra de inquiridos coloque o Museu Municipal Leonel Trindade numa avaliação

OPORTUNIDADES

Estimular o desenvolvimento de planos de gestão sustentável do património e dos equipamentos culturais municipais.

Promoção do acesso aos diversos equipamentos culturais com recurso a soluções de mobilidade inteligente.

Melhorar do Museu Municipal Leonel Trindade: tanto ao nível da comunicação, como de reestruturação do seu projeto museológico e desenvolvimento de um projeto cultural mais potenciador da visibilidade do museu na cidade.

Desenvolver um programa de itinerância de espetáculos desenvolvidos

Legenda:

• *Contributo dos cidadãos*

• *Contributo do relatório diagnóstico*

e/ou apresentados no Teatro-Cine de Torres Vedras pelas freguesias do interior.

AMEAÇAS

Riscos associados ao ciclo económico depressivo motivado pela pandemia.

Riscos associados à perda de visitantes da crise do setor turístico.

a) EMPREGO CULTURAL

PONTOS FORTES

O emprego cultural registava até 2018 uma dinâmica de crescimento consistente, acima dos valores de referência regional (região Oeste).

O emprego cultural regista um padrão normal de distribuição na situação perante o trabalho na comparação a nível nacional.

PONTOS FRACOS

A ausência de apoios plurianuais ao 3º sector e sector privado impede a melhoria das condições contratuais de muitos prestadores de serviços essenciais não só ao cumprimento dos compromissos contratualizados com a Câmara Municipal, mas também à prossecução da missão destas entidades.

Recursos a formas de emprego e contratação de serviços por parte do 3º sector e sector privado, assente na economia informal e no trabalho precário, que aumentam a exclusão dos sistemas de proteção social.

OPORTUNIDADES

Estimular e apoiar a redução do uso de recibos verdes e da economia informal das atividades culturais, através da diferenciação por mérito de gestão em sede de regulamentos municipais.

AMEAÇAS

Riscos associados ao ciclo económico depressivo motivado pela pandemia.

Riscos associados ao prolongamento da inatividade do SCC motivado tanto pelo contexto pandémico, como no retardamento da retoma do setor turístico que tal prolongamento pode implicar.

2.3.2.
Prosperidade e
estilos de vida

b) TERCEIRO SECTOR E SECTOR PRIVADO

PONTOS FORTES

Reconhecimento da diversidade do ecossistema cultural, desenvolvendo programas de mobilização, ativação e colaboração.

A presença da Câmara Municipal é vista como modelo exemplar na necessária articulação das primeiras necessidades dos projetos associativos.

Reconhecimento do estatuto social, pedagógico e criativo dos agentes locais, com objetivo de reafirmação do seu contributo para o desenvolvimento e valorização territorial.

Uma rede forte de associações culturais e artísticas profissionalizadas do 3º sector com visibilidade na oferta cultural do concelho.

PONTOS FRACOS

Desacompanhamento, no plano comunicacional, das atividades de iniciativa privada.

Ausência de programas de incentivo ou dinamismo fiscal e orçamental para a estruturação dos meios de realização das atividades das associações.

Ausência de um plano estratégico-financeiro para as entidades locais.

Fraca capacidade de inserção do 3º sector em redes nacionais e internacionais que potenciem não só a sua profissionalização, mas também a relevância e a visibilidade dos resultados da sua atividade.

OPORTUNIDADES

Articular a programação, agenda e oferta no território e respetiva divulgação, priorizando a que, de iniciativa privada, decorre em espaços municipais e concertando o potencial

complementar dos públicos.

Criar um plano de desenvolvimento empresarial na articulação entre as mais-valias culturais e potencial de consumo, apoiando a transição para modelos de gestão profissional.

Definir um regulamento de afixação de cartazes em espaço público e criar mobiliário urbano disponível gratuitamente para o efeito.

Criar um acesso mais integrado, sobretudo considerando a perda de rendimento decorrente da situação pandémica, bem como a necessidade de não fazer depender a oferta da procura, sujeita a política bilhética a um diálogo de grande proximidade com a política de apoios, para mais quando muitos dos projetos associativos não cumprem critérios essenciais para a obtenção de apoios nas linhas criadas pelo Estado central.

Capacitar os projetos para gerar novos modos de apoio que permitam suportar uma redução sustentável dos preços, não fazendo perigar o equilíbrio financeiro.

Desenvolver uma plataforma colaborativa.

Desenvolver um programa de revitalização de associações e coletividades nas aldeias.

AMEAÇAS

Riscos associados ao ciclo económico depressivo motivado pela pandemia.

Riscos associados ao prolongamento da inatividade do SCC motivado tanto pelo contexto pandémico, como no adiamento da retoma do setor turístico que tal prolongamento pode implicar.

Legenda:

• Contributo dos cidadãos

• Contributo do relatório diagnóstico

c) CONSUMO CULTURAL

PONTOS FORTES

Existência de regulamento municipal para atribuição de apoios e subsídios à atividade cultural que integram a possibilidade de apoios plurianuais.

O padrão e volume da despesa revelam uma prioridade ao património, assegurando o equilíbrio entre os diversos domínios da despesa.

PONTOS FRACOS

O volume médio de despesa mensal dos agregados domésticos é baixo na amostra de inquiridos e muito baixo na comparação com outros países europeus.

OPORTUNIDADES

A política de preços praticada pelos diferentes agentes – públicos e privados – no concelho, carece de

uma revisão que atenda ao poder de compra e aos hábitos dos cidadãos e comunidades.

Estimular o consumo em bens e serviços culturais dos agregados domésticos, mobilizando os programas de formação cultural disponíveis para a comunidade educativa e pela criação de vouchers para a compra de livros, disponíveis e distribuídos pelas escolas no final do ano escolar para os alunos inscritos no 1º ao 6º ano do Ensino Básico.

AMEAÇAS

Riscos de abandono de práticas e hábitos culturais de saída motivados pelo contexto pandémico.

Riscos associados ao cenário económico depressivo motivado pela pandemia.

d) INVESTIMENTOS E DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA

PONTOS FORTES

O investimento municipal em cultura tem vindo a aumentar de forma consistente nos últimos anos, tanto em valor bruto, como em volume de despesa por habitante.

A avaliação dos mecanismos de transparência destes investimentos e da sua diversidade na amostra de inquiridos é consistente com boas práticas na apresentação e fundamentação dos critérios que assistem à realização da despesa, do investimento e dos apoios municipais.

PONTOS FRACOS

Preponderância excessiva das despesas correntes face às despesas de capital que pode enfraquecer a política de investimentos e melhoria dos ativos fixos e monumentos existentes.

Inexistência de mecanismos de codecisão face à política de investimentos e despesas municipais de cultura, para além dos mecanismos previstos em sede de regulamento municipal de apoios.

OPORTUNIDADES

Estruturar os apoios locais atendendo à complementaridade desejável com os programas regionais, nacionais e europeus.

Explorar complementaridades estratégicas em sede de regulamentação dos apoios à atividade cultural.

AMEAÇAS

Riscos associados ao ciclo económico depressivo motivado pela pandemia.

e) MODELO DE GOVERNANÇA

PONTOS FORTES

Na análise dos processos participativos verifica-se a existência da Plataforma 21 – Maior Envolvimento e Participação da Comunidade, orçamento participativo entre outras iniciativas.

É reconhecido por todos os agentes do SCC presentes no workshop Construção de cidade e sociedade, que a cidade de Torres Vedras detém um grande potencial cultural instalado; que há envolvimento, interesse e ações do poder público para o desenvolvimento, manutenção e ampliação da área e de políticas públicas; que as expressões culturais, artísticas e criativas atraem pessoas e investimentos; e que há um desenvolvimento económico em torno das atividades concebidas, empregos e negócios criados; além do desenvolvimento educacional, cidadão e económico que detém outras métricas de mensuração que não apenas a financeira.

PONTOS FRACOS

Dificuldades para o estabelecimento de uma estratégia de comunicação mais urbana e atrativa, face à institucionalização do discurso político-cultural.

Dificuldade de afirmação do potencial valorativo da oferta cultural para lá dos grandes eventos.

Modelo de governança não assente num sistema de monitorização de indicadores de cultura associados à cultura para o desenvolvimento sustentável (Unesco, 2030).

Ausência de diálogo estruturado entre Câmara Municipal, associações e iniciativas privadas do setor cultural”.

OPORTUNIDADES

A necessidade de aprofundamento do significado de descentralização como desconcentração e capacitação da oferta cultural, através do desenvolvimento de ferramentas de comunicação regularmente atualizadas, construídas de forma participada e adaptada às condições de acessibilidade dos cidadãos.

Desenvolvimento de um sistema de monitorização associado ao cumprimento do plano estratégico, assente nos indicadores Unesco 2030.

A necessidade de criar outros meios de conexão entre os agentes culturais, o público e o poder público.

Potencializar o apoio por parte da Câmara de Torres Vedras para financiar a criação, manutenção e expansão de propostas culturais e artísticas além do recurso financeiro – institucional; divulgação; estrutura; estimular formação de redes entre os agentes; estimular a interdisciplinaridade e a multiplicidade para aproveitamento das habilidades de cada um de forma complementar e construtiva.

Criar um fórum de cultura para o debate regular institucional e estruturado, de forma sistemática e consolidada.

AMEAÇAS

Persistência de um olhar enviesado e com pouca sensibilidade para a diversidade do território e das práticas culturais, sociais, educativas e comunitárias.

Há uma preocupação com a necessidade de moldar propostas culturais e artísticas para que se encaixem nas premissas de determinadas fontes de financiamento, principalmente advindas da União Europeia, o que pode

Legenda:

• Contributo dos cidadãos

• Contributo do relatório diagnóstico

acarretar desvios dos planeamentos iniciais, missão e objetivos de instituições, espaços, grupos e projetos.

Perceção, por parte dos agentes do SCC, de paternalismo com as instituições ligadas diretamente ao setor público, frente à expectativa de uma estrutura de fomento à cultura e à arte do município todo, incluindo setor privado e terceiro setor.

Há, para os agentes do SCC, pouca relação entre as instituições, grupos e agentes culturais privados com as instituições públicas, o que gera o

desconhecimento mútuo dos projetos, competências e planeamentos entre cada um desses atores. Esse distanciamento acarreta programações e/ou objetivos semelhantes, causando conflito de públicos, dificultando ou inviabilizando atividades do setor privado e terceiro setor. Além disso, a falta de diálogo faz com que haja lugares e momentos com oferta excessiva em detrimento de outras com escassez de atividades culturais disponíveis.

a) EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PONTOS FORTES

Existência de um Centro de educação ambiental e de diversas associações dedicadas ao desenvolvimento sustentável, conhecimento e valorização do património.

A maioria da amostra de inquiridos concorda que a sustentabilidade é uma dimensão fundamental da gestão do território.

PONTOS FRACOS

Fraco conhecimento dos planos e programas existentes para a promoção do desenvolvimento sustentável, mitigação de riscos associados aos fenómenos climáticos extremos, etc.

Fraca consciencialização social dos processos inerentes à transição climática, nomeadamente na identificação da pegada de práticas e hábitos quotidianos.

OPORTUNIDADES

Oferta de formação a docentes do concelho nas áreas da educação para o desenvolvimento sustentável, articulando-as com outras na área do património.

Oferta de formação para a promoção de processos de transição justa: climática e digital.

AMEAÇAS

Desvalorização dos processos de transição climática motivados pelo aumento do receio difuso de perda económica e exclusão do mercado de trabalho que tal transição possa vir a implicar.

Instabilidade social motivada pelo receio difuso de perda económica e exclusão do mercado de trabalho.

2.3.3.
Conhecimentos e
competências

b) ENSINO ARTÍSTICO E FORMAÇÃO CULTURAL

PONTOS FORTES

Existência de uma rede bem estruturada de serviços educativos e de formação cultural.

Existência de uma rede sólida de associações de formação cultural e/ou de mobilização das práticas de criação cultural amadora.

Desenvolvimento do plano local de leitura, numa articulação com escolas, associações e município.

Esforço de mediação dos planos material e imaterial da oferta territorial.

Pertença à rede de cidades do conhecimento.

Existência de associações para o ensino artístico profissional.

PONTOS FRACOS

Apesar do envolvimento das escolas nos serviços educativos municipais, há um fosso persistente entre a comunidade educativa e o SCC, com perda de qualidade efetiva tanto na formação cultural e artística amadora, como para o (re)conhecimento do património local e respetivos impactos negativos numa cidadania ativa e participativa.

Resistência da Câmara Municipal, na realização de propostas culturais feitas pelos professores.

OPORTUNIDADES

Definição de um plano de fomento e incremento de uma triangulação entre associações, escolas e município, que potenciem o desenvolvimento de um modelo de financiamento inovador, assente na partilha de responsabilidade entre o financiamento público e os agregados domésticos, que estimule a sua qualificação e condições para a sua aprendizagem, vocacionada não só para crianças e jovens, mas também no exercício e prática ao longo da vida.

Germinação de práticas locais, de esforço complementar e incidência, articuladas com ações de formação cultural.

Disponibilização de apoios para a realização de intercâmbios de entidades do ensino artístico com outros territórios nacionais e internacionais.

Maior integração das atividades resultantes do ensino artístico na programação das freguesias.

AMEAÇAS

Riscos associados ao abandono de práticas e hábitos culturais de saída motivados pelo contexto pandémico.

Riscos associados ao cenário económico depressivo motivado pela pandemia.

Legenda:

• *Contributo dos cidadãos*

• *Contributo do relatório diagnóstico*

a) INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL

PONTOS FORTES

Notório esforço de inclusão e acompanhamento dos cidadãos residentes e visitantes, nos serviços e na oferta.

Desenvolvimento continuado de programas de acessibilidade diversa.

Existência de planos estratégicos de inclusão social desenvolvidos por ou em articulação com os equipamentos municipais de cultura.

PONTOS FRACOS

A ausência de apoios plurianuais ao 3º sector e sector privado impede a melhoria das condições contratuais de muitos prestadores de serviços essenciais não só ao cumprimento dos compromissos contratualizados com a Câmara Municipal, mas também à prossecução da missão destas entidades.

Recursos a formas de emprego e contratação de serviços por parte do

3º sector e sector privado, assente na economia informal e no trabalho precário, que aumentam a exclusão dos sistemas de proteção social.

OPORTUNIDADES

Operacionalizar a transversalidade da comunicação, contemplando ações motivacionais e relacionais de maior proximidade com os cidadãos.

Descentralizar a oferta de atividades, contribuindo para uma reutilização de espaços abandonados ou simbolicamente relevantes para os cidadãos.

AMEAÇAS

Aumento no médio prazo dos riscos de desenraizamento social face ao contexto pandémico e seu prolongamento.

2.3.4.
Inclusão e
participação

b) ACESSO

PONTOS FORTES

Existência de estudos sobre práticas culturais dos cidadãos jovens de Torres Vedras.

O padrão de análise de distâncias e acesso em sede de diagnóstico, coloca os diversos equipamentos municipais a uma distância inferior a 20 minutos em veículo motorizado.

O diagnóstico das acessibilidades a pessoas portadoras de mobilidade reduzida está feito.

PONTOS FRACOS

Ausência de estratégias de mobilidade inteligente para a mobilidade dos cidadãos no acesso aos equipamentos e infraestruturas municipais, pode constituir um fator dissuasor para a participação cultural.

Existência de equipamentos que apesar do diagnóstico de acessibilidades estar feito ainda não foram intervencionados.

OPORTUNIDADES

Reforço das condições de acesso para os cidadãos portadores de deficiência.

Programa transversal de promoção e inclusão e integração a nível territorial.

Criação de um polo de atracção territorial de base patrimonial nas freguesias do interior do concelho.

AMEAÇAS

Aumento da disparidade no acesso aos bens e serviços culturais entre morfologias distintas do território.

Legenda:

• *Contributo dos cidadãos*

• Contributo do relatório diagnóstico

c) PARTICIPAÇÃO

PONTOS FORTES

Existência de estudos sobre práticas culturais dos cidadãos jovens de Torres Vedras.

O padrão de análise de distâncias e acesso em sede de diagnóstico, coloca os diversos equipamentos municipais a uma distância inferior a 20 minutos em veículo motorizado.

O diagnóstico das acessibilidades a pessoas portadoras de mobilidade reduzida está feito.

PONTOS FRACOS

Desarticulação de políticas de comunicação com impacto negativo na presença de participantes nas atividades culturais.

A participação local está dependente da centralidade na realização de eventos, com efeitos negativos no potencial de captação e angariação de voluntários e associados.

A comunicação e valorização dos projetos participativos, sejam de âmbito cultural ou social, e que possibilitem um impacto continuado nas práticas dos cidadãos, é regularmente apontada como deficitária.

Excessiva valorização mediática dos eventos que decorrem nas freguesias do litoral, refletindo uma cultura monotemática ou de grandes eventos agregadores.

A recorrente perceção, por parte dos agentes do SCC, de falta de interesse, participação ativa, reconhecimento e relevância das instituições e atividades desenvolvidas tanto pela população, quanto pelos pares, com exemplos de público reduzido em espaços e eventos que poderiam ser mais bem partilhados e utilizados pela sociedade; e o baixo ou nulo envolvimento e participação em atividades culturais por artistas e profissionais da área.

OPORTUNIDADES

Reforçar a diversificação, nomeadamente nos domínios do património religioso, da cultura popular, dos projetos comunitários, das atividades para as comunidades sénior ou nos eventos de cariz localizado.

Estimular a participação sénior no respeito pela pessoa idosa.

AMEAÇAS

Riscos associados ao abandono de práticas e hábitos culturais de saída motivados pelo contexto pandémico.

Riscos associados ao cenário económico depressivo motivado pela pandemia.

2.3.5.

Sugestões livres

Retiradas do inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta e prioridades de desenvolvimento cultural.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CULTURAL

- Atividades educativas para os mais novos/famílias relacionadas com o património cultural material e imaterial.
- Iniciativas de identificação e informação em contextos naturais e históricos (sinalética de cariz pedagógica).

OFERTA E PROGRAMAÇÃO CULTURAL

- Filmes ao ar livre durante o verão.
- Projetos culturais relacionados com dança e música contemporânea.
- Encontros regulares de criadores artísticos e de outros domínios da cultura; escola de artes visuais e/ou literárias e/ou de artes de palco e/ou audiovisual e cinema.
- Residências artísticas nas suas mais diversas áreas, festival de artes diversas, teatro amador.
- Apresentação de magia nas freguesias.
- Criações infantis, cinema ao ar livre.
- Espetáculos todas as semanas no Teatro-Cine: concertos, grupos corais, *stand-up comedy*, teatro, cinema etc.
- Eleger um produto gastronómico da região e fazer o mês gastronómico em restaurantes aderentes.
- Passeios guiados por Torres Vedras (direcionado a pais com crianças) de modo a conhecer a cidade e sua história.
- Visitas marcadas a quintas e adegas de modo a envolver a comunidade no conhecimento e consumo de produtos da região.
- Visitas a empresas fabris ou outras (público em geral), de média dimen-

são, para dar a conhecer o que existe na região e também para mostrar os processos de fabrico ou produção que além de promover maior conhecimento, pode potenciar escolhas profissionais (se público com crianças/jovens), além de ser prestigiante a divulgação do que se produz na região e claro, de trazer maior reconhecimento de quem trabalha nessas atividades.

- Exposições diversas, mas recaindo em produtos e ofícios artesanais.
- Feira ou Mercado de Natal como é feito em países do centro da Europa.
- Maior divulgação nas escolas e/ou criar projetos que envolvam os jovens em projetos culturais.
- Utilização dos monumentos como palco a espetáculos de música, arte, etc. (exemplo concertos do *"Into the Castle"* no castelo).
- Maior oferta de música clássica/bailado.
- Mais música clássica com orquestra e orquestra de câmara, dança, assim como teatro por companhias reconhecidas e concertos por artistas portugueses.
- Tertúlias.

EQUIPAMENTOS

- Espaço para residências artísticas nas antigas instalações do IVV.
- Pastelaria-museu do pastel de feijão.

PATRIMÓNIO

- A recuperação das termas dos cucos.



CONCLUSÕES DE DIAGNÓSTICO

3.1. Ambiente e resiliência

3.1.1. Gestão sustentável do território

Na fundamentação do diagnóstico desta dimensão temática foram analisados os seguintes parâmetros:

1. A verificação da existência de diversos mecanismos de gestão territorial centradas na sustentabilidade e na construção dos caminhos conducentes às mudanças necessárias, bem como em programas e organizações dedicadas à educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável;
2. A avaliação das atitudes sobre a relevância da sustentabilidade nas políticas do executivo municipal, o conhecimento dos instrumentos disponíveis para promover a adaptação climática;
3. A avaliação das atitudes sobre a qualidade de vida no concelho, declinada tanto na avaliação da importância da cultura para a qualidade de vida individual, como decomposta pela luz complementar da avaliação das atitudes sobre a coesão territorial e da legibilidade do centro histórico e das prioridades de desenvolvimento cultural;

Analisado o primeiro parâmetro verificámos a existência de diversos planos de ação municipal centrados nas questões da sustentabilidade e construção da resiliência do território e adaptação à mudança climática. No entanto, não se verificou a existência de uma singularização dos riscos sobre o património cultural edificado, sendo porventura necessário fazer essa identificação informando estratégias para os mitigar e melhorando os instrumentos disponíveis para a salvaguarda do património cultural material.

Verificámos ainda, na fundamentação do diagnóstico através deste primeiro parâmetro, que existem efetivamente associações e programas dedicados à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável que facilitarão certamente a inclusão e a participação de uma maior diversidade de cidadãos no processo de transição climática.

No segundo parâmetro verificámos que a grande maioria da amostra de inquiridos (91%) considera que a sustentabilidade nas suas diversas dimensões (social, ambiental, económica e cultural) deve ser uma preocupação do executivo municipal, ainda que, concomitantemente, 68% afirmem não conhecer os instrumentos do executivo para promover a gestão sustentável do executivo. Não sendo surpreendente este desconhecimento (visto tratarem-se em grande medida de planos técnicos que informam a ação municipal em vários domínios especializados), o conhecimento de que estas ações existem e têm resultados que nos preparam melhor para a adaptação climática pode revelar-se um fator chave na construção da confiança coletiva necessária neste processo de transição climática.

No terceiro parâmetro, verificamos que uma maioria muito significativa (80%) da amostra de inquiridos concorda total (29.6%) ou parcialmente (50.4%) com a afirmação “quando avalio a minha experiência de vida no concelho de Torres Vedras, considero que o concelho permite uma vida de qualidade, dando-me todas as oportunidades para atingir a minha realização e satisfação pessoal”. Fazendo o cruzamento destas respostas com o ciclo de vida, a área de residência, o escalão de rendimento e os níveis de escolaridade, ve-

rificamos que nenhuma destas variáveis se assume como constrangimento a uma avaliação positiva da qualidade de vida no concelho. É um dado da maior relevância que se constitui como indicador de uma gestão sustentável do território na dimensão da coesão social e territorial.

Na análise declinada desta avaliação da qualidade de vida no concelho, 97,3% da amostra de inquiridos considera a cultura como um fator relevante nessa avaliação, 56,8% afirma concordar total (10,4%) ou parcialmente (46,4%) com a afirmação “Sinto que participo e tenho uma vida cultural no município que satisfaz as minhas necessidades e gostos pessoais”.

Quando avaliamos as atitudes perante o centro histórico encontramos novamente valores confortáveis de satisfação com a sua requalificação e qualidade do espaço público com (73%) da amostra de inquiridos a concordarem total ou parcialmente com a afirmação “o centro histórico está bem reabilitado e é agradável para viver, passear, fazer compras ou trabalhar”.

É neste enquadramento que devem ler-se as prioridades de desenvolvimento cultural quando a maioria da amostra de inquiridos revela duas prioridades simultâneas, aparentemente contraditórias: a primeira, a concordância com a ideia de que se poderiam criar outros polos culturais fora das freguesias da cidade, supondo-se, portanto, o reconhecimento da sua concentração nas freguesias da cidade e, por evidência, no centro histórico; e a segunda, a concordância com a ideia de que “gostaria de ver mais vida cultural no centro histórico”, supondo-se o reconhecimento contrário de que há pouca vida cultural no centro histórico. Para desconstruir esta aparente contradição é preciso distinguir duas coisas diferentes, tal como emergiu das entrevistas focais e sessões públicas. A primeira é a de que “polo cultural” poderá significar tanto um equipamento, como uma nova centralidade simbólica. A segunda, a de que “vida cultural” aponta mais para uma certa nostalgia do cinema, das livrarias e das lojas de discos que desapareceram nos últimos anos dos centros históricos um pouco por todo o país, deixando um vazio marcante na prática do lazer e consumo cultural, ainda tradicionalmente associado para alguns às idas e passeios ao centro histórico.

Assim, tendo em consideração a leitura destes resultados da amostra de inquiridos a partir das grelhas interpretativas construídas nas entrevistas focais e sessões públicas, o diagnóstico aponta duas prioridades: a criação de uma relação cultural diferente entre as diferentes tipologias do território, permitindo a emergência de novas centralidades fora das freguesias da cidade, maximizando a legibilidade do território enquanto teia polinucleada; e, por outro lado, o apoio à localização de comércio de bens e serviços culturais no centro histórico.

Nesta dimensão estabelecemos três parâmetros para a elaboração do diagnóstico: primeiro, o levantamento exaustivo do património material, imaterial e natural; em segundo, a avaliação dos investimentos e despesas municipais em património; e, por fim, a avaliação da mostra de inquiridos das políticas de património do executivo municipal e as suas prioridades de desenvolvimento cultural para o património.

O primeiro parâmetro assentou, assim, no levantamento de todo o património material, imaterial e natural identificado quer no sítio oficial da Câmara Municipal de Torres Vedras, quer, quando disponível, nos sítios *on-line* das juntas de freguesia. A esta lista exaustiva seguiu-se, em primeiro lugar, uma verificação da sua importância na tradição histórica e cultural, verificando a existência de projetos de gestão, e tentando identificar conjuntos que pudessem adquirir uma outra visibilidade mediante a ação estratégica das políticas públicas.

Assim, através da metodologia elencada para o primeiro parâmetro, surgiu a evidência do conjunto patrimonial de arquitetura sacra, quer pelos períodos históricos que cobre, com algumas materializações relevantes (como a Ermida do Sirol), quer pela sua dispersão no território. É algo que poderá merecer um estudo mais aprofundado que identifique arquitetos, relevâncias nacionais e regionais e que, eventualmente, materialize um projeto de gestão assente na intervenção planeada para ações de conservação e restauro e em estratégias concertadas tanto de renovação das suas funções, transformando-as em espaços comunitários, por exemplo, como na valorização e exploração de novas potencialidades aliadas ao enoturismo. Dentro dessas novas potencialidades, citam-se a título de exemplo, a encomenda e instalação permanente de obras de arte contemporânea ou a programação de atividades (exposições e concertos, por exemplo) compagináveis com a memória do lugar. Ocupando uma centralidade estruturante do tecido urbano tanto na cidade, como em todas as freguesias do concelho, este projeto poderá contribuir para facilitar a legibilidade do território enquanto teia polinucleada de microcentralidades.

No âmbito deste levantamento, foram ainda avaliadas outras duas dimensões para o património considerado de maior relevância: (1) a comunicação e a divulgação deste património em meio digital, que se considerou bastante satisfatória; (2) a existência de sinalética em espaço público, que se considerou deficitária. Tendo em atenção que o conjunto dos saberes e conhecimentos disponíveis sobre o património para quem mais próximo habita, passa ou visita é um instrumento fundamental na sua salvaguarda, recomenda-se a criação desta sinalética para o património cultural edificado de maior relevância histórico-cultural.

No levantamento de sítios de interesse patrimonial e de património natural podemos ainda observar a existência de rotas ligadas tanto ao património natural (água), como ao património imaterial dos saberes tradicionais (pão, vinho, barro), embora a informação disponível sobre estas rotas em meio digital seja muito escassa, pelo que interessaria estruturar a informação disponível, melhorando a sua comunicação e potenciando sua atratividade.

No segundo parâmetro de avaliação dos investimentos, verificamos que o

património é uma das áreas privilegiadas da política cultural municipal, principalmente dirigida a museus (94,1%), seguido de monumentos, centros históricos e sítios (4,9%) e residualmente ao património imaterial (0,5%). Esta despesa em património refere-se na sua grande maioria a despesas correntes (95%) e apenas (5%) a despesas de capital, o que pode indiciar uma fragilidade do investimento em melhoramentos substanciais em ativos fixos e monumentos históricos existentes.

No terceiro parâmetro da fundamentação deste diagnóstico, verificamos que a maioria dos inquiridos considera que o investimento em património material, imaterial e natural deveria ser reforçado, apesar da confiança estatística com que podemos afirmar que os investimentos em património são uma prioridade da ação municipal. Mercê a confiança nesta afirmação, o diagnóstico aponta para a necessidade de construir na média e na longa duração um equilíbrio mais sustentável entre a proporção de despesas correntes e despesas de capital.

Para a avaliação da rede de infraestruturas e equipamentos municipais foram estabelecidos dois critérios para a fundamentação de um diagnóstico: o primeiro, estabelece-se na avaliação da experiência global dos equipamentos, e, um segundo, que se constrói na inquirição aos cidadãos sobre a adequação da rede ao território, às suas tradições e criação contemporânea.

A avaliação da experiência global dos equipamentos e infraestruturas conjuga duas avaliações feitas em momentos diferentes: a observação estruturada, a partir da grelha de parâmetros pré-definidos pela equipa de investigação, num registo de primeiras impressões (em anexo) e a avaliação dos inquiridos a partir do Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta e prioridades de desenvolvimento cultural. Os resultados são muito semelhantes, confirmando não só a pertinência do exercício, mas acima de tudo, confirmando a justa avaliação dos cidadãos. No entanto, a posição relativa de cada equipamento avaliada apresenta ligeiras variações com a Galeria Municipal e Teatro-Cine de Torres Vedras a inverterem a segunda e a terceira posição e, em seguida a Fábrica das Histórias e Museu Municipal Leonel Trindade que invertem a quarta e a quinta posição.

3.1.3. A rede de infraestruturas e equipamentos municipais

TABELA 2

Avaliação da rede de equipamentos e infraestruturas municipais

AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS		
EQUIPAMENTOS	EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO	AMOSTRA DE INQUIRIDOS
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS	45,30%	4
GALERIA MUNICIPAL	39,70%	3,72
TEATRO-CINE DE TORRES VEDRAS	32%	3,95
MUSEU MUNICIPAL LEONEL TRINDADE	28%	3,54
FÁBRICA DAS HISTÓRIAS	26,70%	3,6
ATELIÊ DOS BRINQUEDOS	19,30%	3,15
ARQUIVO MUNICIPAL	18%	3,35

Embora os inquiridos demonstrem níveis confortáveis de satisfação com a experiência global dos equipamentos avaliados, considerámos que, sendo o Museu Municipal um instrumento fundamental de ativação do conhecimento da história e do território, e ainda que apresente uma média confortável e satisfatória bem acima dos 3 pontos, merecerá uma atenção maior nos próximos cinco anos que lhe permita apresentar uma avaliação concordante com a relevância da sua missão.

Resultam ainda desta grelha de observação duas outras conclusões: a necessidade de aumentar a informação disponível multilingue e a necessidade de implementar as acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o diagnóstico já efetuado pela Câmara Municipal.

O segundo critério de fundamentação deste diagnóstico prende-se com a avaliação da adequação da rede de equipamentos municipais ao território e à diversidade de expressões culturais (tradicional e contemporânea). Resulta do inquérito que 21% dos cidadãos considera a rede adequada, contra apenas 2,4% que a consideram desajustada à realidade do território, havendo, claro, como há sempre, lugar para melhorar, quer os projetos de equipamentos já existentes, quer de outros monumentos e sítios, tradições e de criação contemporânea que poderiam merecer mais atenção por parte de equipamentos e instituições já existentes.

3.2. Prosperidade e estilos de vida

3.2.1. Emprego cultural

Na fundamentação do diagnóstico sobre o emprego cultural traçámos num primeiro momento, o retrato estatístico do Sector Cultural e Criativo em Torres Vedras e num segundo momento analisámos na amostra de inquiridos os que afirmaram ter a sua atividade profissional no SCC e, por fim, numa última etapa, avaliamos o impacto da suspensão da atividade cultural nos artistas, criadores, técnicos e produtores.

A descrição estatística do emprego cultural no concelho de Torres Vedras

revela um setor composto na sua grande maioria, à data do Censos de 2011, por trabalhadores por conta de outrem, sendo também na sua grande maioria altamente qualificados. Quando combinados estes dados com o que até hoje se conhece dos impactos da pandemia no SCC e sabendo que as situações mais adversas se registaram nos trabalhadores por conta própria ou empresários em nome individual (cujo diagnóstico se faz no ponto sobre comércio de bens e serviços culturais), podemos inferir que tais impactos negativos tiveram menor expressão no território municipal.

Os dados recolhidos na amostra de inquiridos confirmam a síntese de descrição estatística nos níveis de qualificação dos agentes do SCC. Nesta amostra, 30,4% dos inquiridos tinha funções de criação artística nos diversos domínios, 47,8% exercia a sua profissão nas funções técnicas e de suporte, e 21,8% exercia funções no domínio do ensino artístico, de formação e mediação cultural. Quando distribuídas estas funções por três escalões de rendimento, verificamos que é nas funções de criação artística que encontramos os níveis mais baixos de rendimento, e nas funções de suporte, os escalões mais elevados de rendimento acima de 1001€. Aqui, cerca de 47% recebe mais de 1001€ e dentro deste grande grupo apenas 13,1% recebe mais de 1601€.

	MENOS DE 635€	ENTRE 635 A 1000 EUROS	MAIS DE 1001€
FUNÇÕES DE CRIAÇÃO	13,1%	13,1%	4,3%
FUNÇÕES DE SUPORTE	13,1%	13,1%	21,7%
FUNÇÕES DE ENSINO ARTÍSTICO, FORMAÇÃO OU MEDIAÇÃO CULTURAL	4,3%	0	17,3%

TABELA 3
Distribuição das
funções no SCC
por escalão de
rendimento

No entanto, é na verificação dos efeitos assimétricos que a pandemia teve no SCC, quando comparamos com os efeitos noutros sectores que lhe são próximos (como o turismo, por exemplo), que se desenha um entendimento de que o combate à precariedade do emprego no SCC assume uma particular relevância. E ainda que apenas se possa aventar como hipótese que tal assimetria deriva da falta de acesso a mecanismos de proteção social de muitos criadores e artistas, uma vez que não há nenhum dado concreto que nos apon- te essa exclusão (a não ser como um índice vago os baixos níveis de rendimento verificados na tabela anterior), a realidade é que a crise pandémica tem neste sector um impacto extremo com efeitos cuja durabilidade e intensidade apenas são mitigáveis na construção de novos instrumentos de política pública (Sacco, 2020). Alguns destes instrumentos são temporários e já estão em funcionamento, como por exemplo, os apoios de emergência. Mas serão necessários outros, que sendo de efeito mais lento, serão indutores de comportamentos tendentes não só à promoção do acesso aos sistemas de proteção social (como o Estatuto do Profissional da Cultura recentemente aprovado), como à regularização contratual do trabalho e do emprego e combate à pre- ca-

riedade das funções de criação artística nos diversos domínios no SCC.

Sabemos também que o espectro de ação dos executivos municipais sobre estas matérias é limitado dadas as competências específicas que assumem em complementaridade com o governo central. No entanto, dentro dessas competências pode ser equacionada a implementação de mecanismos de apoio à criação sustentável de emprego (até à recuperação dos níveis de atividade pré-pandémicos) e de instrumentos indutores da contratação responsável do trabalho no SCC.

Neste sentido e dentro deste enquadramento podem equacionar-se as seguintes medidas:

Apoios (em volume de despesa e ratio que não compete definir aqui) ao 3º setor e setor privado para a contratação a termo certo de pessoal para o exercício da missão associativa ou da empresa;

Majoração em sede de atribuição de apoios ao 3º sector ou sector privado das entidades com práticas de contratação responsável;

3.2.2. Terceiro setor

O diagnóstico sobre esta relevante área de ação da política cultural municipal assenta em dois parâmetros: (1) a construção de um índice de profissionalização por amostragem de associações (e empresas); (2) as conclusões sobre este tópico que se podem retirar do Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural.

No primeiro parâmetro de observação estabelecemos a metodologia da amostragem aleatória de associações e empresas registadas na Rede Cultura 27 à data de 29 de Maio de 2020 para definir um índice de profissionalização. Este índice de profissionalização constrói-se a partir da atribuição de um ponto pela verificação (1) da existência do registo; (2) da descrição da missão; e (3) da indicação de um sítio *on-line*, considerando-se profissionais todas as que atinjam a meta dos 3 pontos. A partir desta informação, infere-se a existência de uma capacidade profissional mais qualificada e assertiva em relação à atividade que cada entidade exerce. Assim, valoriza-se, para aferir o grau de profissionalização da entidade, a diferença entre uma entidade que nada diz sobre a sua missão, a uma outra que descrevendo já a sua missão não mantém um sítio *on-line*, e destas em relação àquelas que têm uma presença digital através da manutenção de um sítio *on-line*. Construído unicamente pela informação em meio digital não mede, de facto, essa profissionalização, constituindo-se apenas como seu índice.

Assim, dos 87 registos existentes na Rede Cultura 27, verificámos que a larga maioria (69%) não apresenta nenhuma informação descritiva, 13% descreve a sua missão e atividades principais na plataforma da Rede Cultura 27 e 18% mantém um sítio *on-line* para apresentar a sua missão e atividades principais. Esta proporção que se define por 82/18, afasta-se ligeiramente do conforto atribuível ao princípio de Pareto. O tempo de atividade destas entidades ditas profissionalizadas estende-se por três grupos: um primeiro grupo em que a média de atividade é de 41 anos, um segundo em que a média é 28 anos, e um terceiro que se situa nos 8 anos, refletindo não só a sua resiliência, mas tam-

bém a sua sedimentação na longa duração.

No segundo parâmetro que avalia a relação do executivo municipal com o terceiro sector e sector privado foi mensurada no Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, a partir de três critérios: (1) qualificação da ação municipal a partir dos descritores facilitador/obstáculo/neutro; (2) apoio, visibilidade e relevância das atividades culturais amadoras; e, finalmente, (3) fomento e apoio ao ensino artístico.

Analisando os resultados, verificamos assim que uma confortável maioria da amostra de inquiridos (70%) considera que o município é um facilitador, concordando parcial (57,6%) ou totalmente (16%) que o executivo municipal apoia e destaca os resultados das atividades culturais amadoras dando-lhes relevância no conjunto da oferta cultural do município; e concordando parcial (52%) ou totalmente (15,2%) que apoia e fomenta a disseminação dos resultados do ensino artístico.

Concluimos assim que o indicador de profissionalização do 3º setor deve ser melhorado, a partir da equação da pertinência da criação de programas que estimulem a transição de uma gestão informal associativa para uma gestão profissional, utilizando o conhecimento e os recursos disponíveis em sede de incubadoras criativas, apostando na formação para a transição digital e na exploração e desenvolvimento de novos modelos de negócio; e, finalmente, explorando as complementaridades estratégicas de alguns objetivos do plano, como por exemplo, o eventual apoio à criação sustentável de emprego.

Não existindo dados disponíveis para a descrição do comércio interno de bens e serviços culturais, a metodologia que fundamenta este diagnóstico assentou na verificação de dois parâmetros: o primeiro descreve sinteticamente as empresas do concelho com atividade económica na artes, espetáculos, recreio e desporto e a sua taxa de sobrevivência ao fim de dois anos. Num segundo momento, observámos os dados disponíveis no comércio internacional.

Assim, no primeiro parâmetro avaliado verificámos que no concelho de Torres Vedras o número de empresas com atividade económica nas artes, espetáculos, recreio e desporto era em 2019 de 245. Destas 245 empresas, cerca de 64, 2% dedica-se a atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias, 33, 7% a atividades desportivas, de diversão e recreativas e apenas 2,1% a atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais.

Verificámos ainda que a taxa de sobrevivência das empresas com atividade económica nestas áreas nascidas 2 anos antes se situou em 2019 nos 53,27%, um valor que se situa quase dez pontos percentuais abaixo dos valores de 2015. No entanto, a leitura combinada deste indicador com a observação do crescimento do número de empresas no município retira-lhe o peso negativo que a sua leitura simplificada poderia sugerir. Desta forma, o número efetivo de empresas tem vindo a crescer aumentando cerca de 24% de 186 empresas nestas atividades em 2015 para 245 em 2019. A sedimentação ao fim de dois

3.2.3. Setor privado e o comércio de bens e serviços culturais

anos ocorre a um ritmo confortável, ainda que se percam pelo caminho, na “curva da morte”, como se diz na gíria do empreendedorismo, algumas destas novas empresas.

Observando o peso das exportações internacionais de objetos de arte, de coleção e antiguidades, podemos registar uma vez mais o dinamismo do concelho de Torres Vedras. Assim verificamos que o peso proporcional deste tipo de bens, situado em 0,046% do total das exportações do concelho, parte em 2011 de um valor de 0,004%, numa tendência que contrasta, por exemplo, com o concelho de Caldas da Rainha. Assim, no ranking em 2019 das exportações (maioritariamente para países extra-EU) deste tipo de bens encontramos em primeiro lugar Peniche (0,35%, com um valor bruto na ordem dos 387 000 euros), seguido de Torres Vedras (0,046%, com um valor bruto na ordem dos 166 000 euros) e por fim Alcobaça (0,004%, com um valor bruto na ordem dos 10 000 euros).

Emerge assim neste diagnóstico a hipótese de gizar estratégias que aumentem a resiliência das empresas, e a sua taxa de sobrevivência ao fim de dois anos, apoiando o desenvolvimento de melhores modelos de negócio e criando instrumentos de política pública que estimulem em simultâneo o consumo cultural e a oferta estruturada destes bens e serviços culturais. Não se tratará tanto de criar um ambiente artificial que aumente a taxa de sobrevivência destas empresas, mas antes de as dotar de melhores competências e instrumentos assertivos de política pública que as preparem melhor para a competição económica natural e salutar e que contribuam para a sua resiliência.

3.2.4. Consumo cultural (ou as despesas dos agregados domésticos em bens e serviços culturais)

Na fundamentação do diagnóstico sobre este tópico da dimensão prosperidade e estilos de vida avaliámos num primeiro momento, por inexistência de valores de referência infranacionais, as médias nacionais em comparação com outros países europeus para verificar que esse valor é muito baixo, com Portugal a ocupar os últimos lugares dos rankings nestas matérias. Num segundo momento, observámos os valores recolhidos em sede de inquérito que confirmam que o gasto médio mensal dos agregados domésticos em bens e serviços é muito baixa, com 33,9% a declararem um gasto médio de menos de 10 euros, 49,2% um gasto entre os 11 e os 40 euros e os restantes 16,9% acima dos 41 euros.

Confirmando-se a baixa proporção dos rendimentos afetos à cultura, deve equacionar-se a pertinência da criação de medidas de estímulo ao consumo cultural individual e familiar, nomeadamente através *vouchers* (em volume e valor orçamental que não compete definir aqui) para o consumo de bens e serviços culturais que assentem na alavancagem do orçamento doméstico disponível para o consumo cultural.

Na exploração de complementaridades estratégicas com outros planos existentes de política cultural municipal, desenha-se assim, por hipótese, um programa que aproveitando o plano local de leitura, desenvolva um programa de *vouchers* (de acesso universal) para a compra de livros não escolares para alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. A esta complementaridade estratégica

poderá, porventura se assim se considerar pertinente, juntar-se uma outra de transformar esta medida de estímulo ao consumo cultural (com impactos positivos no desenvolvimento da leitura), também numa medida de estímulo à localização do comércio de bens e serviços culturais no centro histórico, condicionando a sua utilização, por exemplo, a livrarias aí localizadas.

O diagnóstico do financiamento municipal em cultura fundamenta-se em duas observações: a primeira tem em conta as estatísticas disponíveis para avaliar a sua evolução histórica, a sua linha de tendência em médias comparativas regionais e, por fim, a diversidade e a distribuição das despesas (tanto por domínio cultural, como por tipo); a segunda regista as atitudes da amostra de inquiridos na avaliação dos investimentos e despesas municipais.

As despesas municipais em cultura têm vindo a crescer significativamente desde 2016, tanto em termos absolutos, como no peso proporcional do total das despesas da autarquia, como demonstram os valores constantes na Tabela 04.

TORRES VEDRAS	DESPESA TOTAL EM ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS POR HABITANTE	DESPESA EM CULTURA E DESPORTO NO TOTAL DA DESPESA
2016	15.6 €	5.5%
2017	19.5 €	7.6%
2018	29.3 €	8.2%
Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2016, 2017 e 2018		

Assim, o valor médio da despesa em cultura por habitante tem vindo também a subir significativamente nos últimos anos, quase duplicando nos últimos três anos (de 15 € para 29€). Em avaliação comparativa regional, verificamos assim que o município de Torres Vedras está distante dos valores regionais (38€) e nacionais (44€), mas é também aquele cujo valor mais cresce nos últimos três anos.

Situando-se hoje em cerca de 2 milhões de euros, o orçamento municipal apresenta um aumento efetivo nos últimos 5 anos, com um peso proporcional na despesa total da câmara de 8,2%, uma proporção já próxima dos valores nacionais (9,2%) e da região Oeste (9,3%), ainda que distante dos valores da Câmara Municipal de Caldas da Rainha (14,9%) e de Alcobaça (11,1%). No ranking regional lidera a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço (22,8%), a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Alcobaça, Peniche (10,5%), Óbidos (10,1%), Nazaré (8,3%) e Torres Vedras (8,2%).

Na distribuição proporcional por domínio cultural destacamos três prioridades: (1) artes do espetáculo; (2) património; (3) bibliotecas e arquivos. Olhando para os valores da despesa agregada dos últimos 5 anos (num volume total

3.2.5. O financiamento municipal de cultura: investimentos e despesas

TABELA 4
Evolução da despesa municipal em atividades culturais e criativas por habitante e em proporção da despesa total 2016-2018

de 9 096 474 €) estes domínios concentram 73,96 % da despesa, apresentando a distribuição observada na tabela seguinte. Na análise deste quadro sobressaem assim três subdomínios principais: o museu, a biblioteca e a música.

TABELA 5
Distribuição das despesas municipais 2013-2018 pelos domínios culturais privilegiados

Património Cultural	Museus	1 905 546 €	28,3%
	Monumentos, centros históricos, sítios protegidos	98 891 €	1,5%
	Património imaterial	10 184 €	0,2%
	Outras atividades não especificadas	11 193 €	0,2%
Bibliotecas e arquivos	Bibliotecas	1 880 817 €	28,0%
	Arquivos	73 894 €	1,1%
Artes do Espectáculo	Música	1 015 224 €	15,1%
	Dança	202 390 €	3,0%
	Teatro	277 997 €	4,1%
	Multidisciplinares (várias modalidades de espetáculo)	726 749 €	10,8%
	Ensino das artes do espetáculo	0 €	0,0%
	Recintos de espetáculo (construção e manutenção)	235 770 €	3,5%
	Outras atividades não especificadas	288 669 €	4,3%
Total		6 727 324 €	100,0%
Fonte: INE, Despesas em património cultural, bibliotecas e arquivos e artes do espetáculo (€) dos municípios por localização geográfica (NUTS - 2013)			

Na avaliação por tipo de despesa e mantendo estes domínios culturais como amostra verificamos uma preponderância das despesas correntes, cujo intervalo se situa entre 95% a 100%, face às despesas de capital cujo intervalo se situa entre os 5% a 0%.

Sendo desejável um equilíbrio maior por tipos de despesa por forma a permitir algum investimento disponível nos ativos fixos, considerámos esta conclusão na fundamentação do nosso diagnóstico e elaboração de estratégias.

TABELA 6
Proporção entre
despesas corren-
tes e despesas de
capital (2013-
2018)

Domínio	Subdomínio	Despesas correntes	Despesas de capital
Património Cultural	Museus	89,0%	5,1%
	Monumentos, centros históricos, sítios protegidos	4,0%	0,9%
	Património Imaterial	0,5%	0,0%
	Outras atividades não especificadas	0,6%	0,0%
Bibliotecas e arquivos	Bibliotecas	94,52%	5,48%
	Arquivos	99,44%	0,56%
Artes do Espectáculo	Música	100%	0%
	Dança	100%	0%
	Teatro	100%	0%
	Multidisciplinares (várias modalidades de espetáculo)	100%	0%
	Ensino das artes do espetáculo	0%	0%
	Recintos de espetáculo (construção e manutenção)	93%	7%
	Outras atividades não especificadas	100%	0%
Fonte: INE, Despesas em património cultural, bibliotecas e arquivos e artes do espetáculo (€) dos municípios por localização geográfica (NUTS - 2013)			

A segunda dimensão para fundamentação do diagnóstico deste indicador estabelece-se nas perguntas sobre os investimentos e despesas municipais de cultura lançadas no Inquérito para avaliação das atitudes dos inquiridos perante os dois critérios de avaliação definidos pela equipa: (1) a adequação à diversidade cultural do território, e, (2) a transparência nos processos de decisão e aplicação dos financiamentos disponíveis.

Os números são satisfatórios em ambos os critérios: no primeiro, com uma larga maioria a concordar total (11,2%) ou parcialmente (56,8%) com a afirmação de que a política de investimentos e despesas municipais em cultura é adequada à diversidade cultural do município; e, no segundo, a discordar total (36,8%) ou parcialmente (24,8%) com a afirmação “os investimentos municipais são decididos de forma opaca, não havendo nenhuma transparência na sua aplicação”.

Dada a centralidade que os apoios à atividade cultural e artística ocupam nas políticas públicas, sugere-se que, para além do apoio à criação artística e à produção cultural autónoma, isto é, tanto quanto possível, desligada de outros objetivos que não sejam a de apoiar a criação artística e cultural de excelência por si e de forma, até certo ponto, desinteressada, se possa pensar a sua instrumentalização à luz de três pares fundadores e agregadores da política cultural, que potenciam a exploração das complementaridades estra-

tégicas com outras dimensões analisadas no plano:

1. O par cultura – educação: quer chamando a comunidade educativa ao centro das políticas públicas de cultura através da abertura de concursos gizados no conhecimento do património material, imaterial e natural local; quer potenciando os mecanismos de apoio à criação de serviços de formação cultural e de prática amadora, redefinindo os apoios tradicionais; quer, finalmente, pela abertura em regime concursal de apoios para a integração em redes regionais, nacionais e internacionais das instituições do ensino artístico do concelho.
2. O par cultura – economia: criando patamares de autofinanciamento exigíveis por volume de apoio a disponibilizar às diversas entidades do concelho.
3. O par cultura-ambiente: promovendo a abertura de apoios em regime concursal para projetos colaborativos entre cientistas, artistas e associações ou empresas do concelho que se dediquem ao desenvolvimento sustentável, educação ambiental e, mais amplamente, ao processo de transição climática.

3.2.6. Modelo de governança

A proposta de modelo de governança assenta em três dimensões: em primeiro lugar, a proposta conceptual que se desenvolve a partir do modelo de cooperação entre atores públicos e privados para a elaboração das políticas públicas de cultura; em segundo lugar, a dimensão mensurável, isto é o desenvolvimento necessário de instrumentos de monitorização e avaliação da eficácia das medidas e ações que enformam as políticas culturais; e, em terceiro lugar, a dimensão de representação democrática por forma a incluir os meios para a participação popular nos processos de planeamento, implementação, prestação de contas e a avaliação das ações públicas, ou seja, dos processos participativos.

Embora se verifique já, em sede de Regulamento Municipal de Apoio, a participação e envolvimento em procedimentos concursais de especialistas externos ao executivo municipal e do aparelho administrativo da Câmara, a necessidade de implementar o espaço para o diálogo estruturado entre agentes públicos (executivo municipal e departamento municipal de cultura) e privados (associações, empresas e cidadãos) foi referida em diversos momentos do processo de auscultação pública. Assim, é de equacionar a criação de uma plataforma que permita o diálogo estruturado com agentes do SCC e cidadãos, dotando-a de outras funcionalidades. Entre elas: a recolha e divulgação dos instrumentos de monitorização; a implementação de um plano de comunicação mais aberto à participação dos diversos agentes; a construção de ferramentas colaborativas entre agentes do SCC.

3.3. Conhecimentos e competências

Nesta dimensão do plano foram analisados os indicadores referentes a três áreas fundamentais da ação municipal em cultura: a educação para o desenvolvimento sustentável, o ensino artístico e a formação cultural.

Em acordo com as conclusões do relatório preliminar podemos observar que o concelho de Torres Vedras tem uma ação continuada e bem estruturada no domínio socioeducativo tanto ao nível do ambiente e desenvolvimento sustentável, como ao nível da oferta do ensino artístico vocacional ou de formação cultural, compreendendo nesta designação tanto a avaliação dos serviços educativos nas áreas da mediação artística e cultural que se destacam pela qualidade e pela sua mobilização articulada pelos diversos equipamentos culturais; como na existência de associações e empresas nos domínios da formação e prática cultural amadora.

Assim, na avaliação pela amostra de inquiridos conclui-se que a ação municipal tem desenvolvido programas de formação cultural que se adequam à diversidade do território e são desenhadas de forma inclusiva, com a maioria dos respondentes a considerar que “estas atividades também são para mim” e, mais importante ainda, não havendo diferenças assinaláveis nestas atitudes consoante a área de residência, idade, escolaridade ou profissão.

No entanto, giza-se nesta dimensão uma pedra angular deste plano estratégico a partir da exploração de uma nova relação estruturante entre o SCC, a comunidade educativa e a Câmara Municipal, propondo um instrumento de política pública que se define a partir da exploração de quatro complementaridades estratégicas: (1) o combate à fragmentação do tecido social a partir do reconhecimento das dinâmicas estratificantes do tecido urbano, com reflexo na formação das comunidades educativas; (2) a formação para a procura individual de comunidades de interesse a partir dos hábitos e práticas culturais, com reflexo evidente na formação e construção de esferas públicas que assistam à participação cívica e emergência das vozes individuais e coletivas essenciais ao bom funcionamento do sistema democrático; (3) a aproximação e preparação das associações, cidadãos e empresas do sector cultural e criativo à economia; e, por fim, mas não menos importante, (4) o estímulo ao consumo cultural pelos agregados domésticos em atividades, bens e serviços culturais.

Considera-se assim que a construção de um catálogo de oferta de formação artística, cultural, científica, desportiva e de lazer, assente num modelo inovador de financiamento do custo de ensino a partir da responsabilidade partilhada entre os agregados domésticos e a Câmara Municipal, do desenvolvimento de um catálogo de serviços pelos agentes do SCC, e, concomitantemente, de inscrição voluntária por parte das crianças e jovens se assume como modelo a implementar. A construção de tal catálogo irá beber certamente em práticas culturais já enraizadas de investimento das famílias na formação cultural dos seus jovens – das bandas, aos ranchos, ao futebol, o *ballet* ou a ginástica –, que contam já com apoios também de longa data das Câmaras Municipais, mas poderá arriscar a sua atualização – tanto na gama das ofertas disponíveis, como na forma da organização do seu calendário, nos locais onde pode acontecer, acrescentando as escolas como um dos seus palcos centrais, como na construção de mecanismos promotores da igualdade de género nas práticas e hábitos culturais, como, finalmente, nas modalidades de financiamento e apoio disponível.

Se, tal instrumento pode explorar diversas complementaridades estratégi-

cas, há uma outra dimensão que foi analisada pela equipa: a do afastamento da comunidade educativa propriamente dita em relação às artes, ao património e ao desenvolvimento sustentável. Mercê a verificação da existência de ações individuais em todos estes domínios, verificámos também que tais ações têm uma avaliação difusa por parte dos professores participantes nas entrevistas focais. Parece-nos assim que a ação mais assertiva, dirimindo alguns conflitos que parecem ter surgido no âmbito da sua tentativa de implementação no passado, será o estímulo ao aparecimento de candidaturas de projetos propostos por escolas/professores e agentes do SCC, a partir da criação de linhas de apoio em sede de regulamentos municipais de apoio que incidam sobre os domínios das artes, do património imaterial, material e natural e das ações de formação e educação para o desenvolvimento sustentável.

De referir ainda que se recomenda a dinamização sistemática de ações de formação para professores do concelho sobre o património e história local que sejam potenciadores de uma relação mais próxima entre as escolas e os diversos equipamentos municipais, principalmente os vocacionados para o património material e imaterial do concelho.

3.4. Inclusão e participação

3.4.1. Participação

3.4.1.1. Os efeitos da pandemia nos hábitos e práticas culturais

Na leitura e análise dos dados referentes ao Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural (Inquérito_2021) e cumprindo o objetivo de caracterização dos hábitos e práticas culturais, considerámos relevante avaliar o impacto do Covid-19 na alteração do quotidiano da vida de cada um.

O inquérito estabeleceu, por isso mesmo, duas perguntas relativas às saídas culturais para um conjunto de práticas por um período de tempo de 6 meses antes e depois da pandemia: ir a um museu ou exposição de artes plásticas e visuais; a um concerto de música pop/rock ou clássica/jazz; a um espetáculo de teatro ou de dança bailado, a uma festa popular ao ar livre; e, finalmente, visitar um monumento histórico.

Sabemos bem que existe neste tipo de pergunta o risco de um efeito de sobre representação de práticas culturais por parte dos respondentes, quer pela projeção de uma imagem de si em linha com o que se considera que “deveria ter sido” e não necessariamente em linha com “o que é”, quer, neste caso concreto, pelo tempo e pelo efeito disruptivo do próprio confinamento.

Ainda assim, e com as devidas cautelas, a alteração dos comportamentos e práticas culturais é visível passando-se de um índice de saída cultural médio que nos retrata um espectador casual, mas empenhado (a moda, isto é, o valor mais frequente é de 1,43) antes do Covid-19, para um índice de saídas culturais baixo depois e durante a pandemia, retratando quase um não espectador (aqui a moda já é 0). Mesmo descontando o efeito de sobre representação de práticas expectável nas respostas relativas ao período antes da pandemia, os efeitos nos hábitos e práticas culturais são preocupantes.

	Média de saídas culturais Pós-Covid	Média de saídas culturais Pré-covid
Média	.3842	1.1634
Mediana	.2900	1.1400
Moda	.00	1.43

TABELA 7
Média, mediana e moda do índice de saídas culturais antes e depois do Covid-19

As práticas de saídas culturais que melhor resistem aos efeitos da pandemia parecem ser a ida a um museu ou exposição e as visitas a monumentos históricos ou sítios arqueológicos, como aliás seria expectável face às restrições e necessidade de distanciamento social que a pandemia impôs.

Assim, não surpreende que o Índice Sintético de Prática Cultural (IPC) seja para a larga maioria bastante baixo (60%), médio para 33,6% e apenas 6,4% nos escalões mais altos. Este índice agrega, em linha com as metodologias usuais, as saídas culturais já enumeradas com as idas ao cinema e as práticas de leitura.

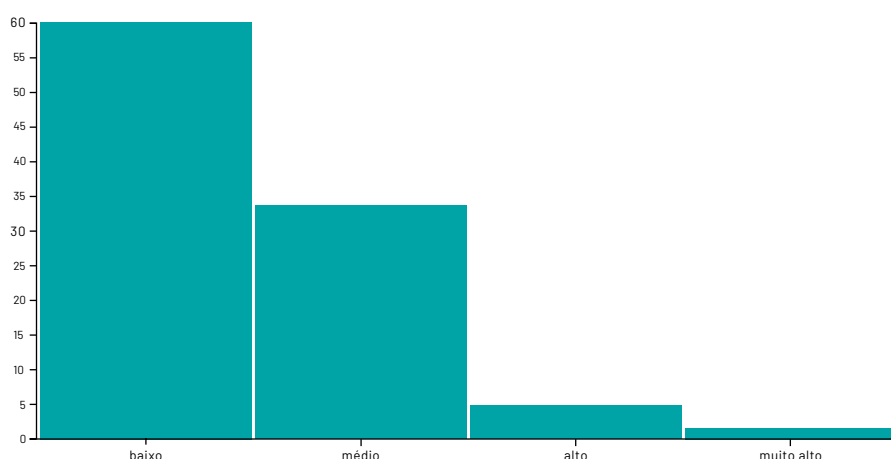
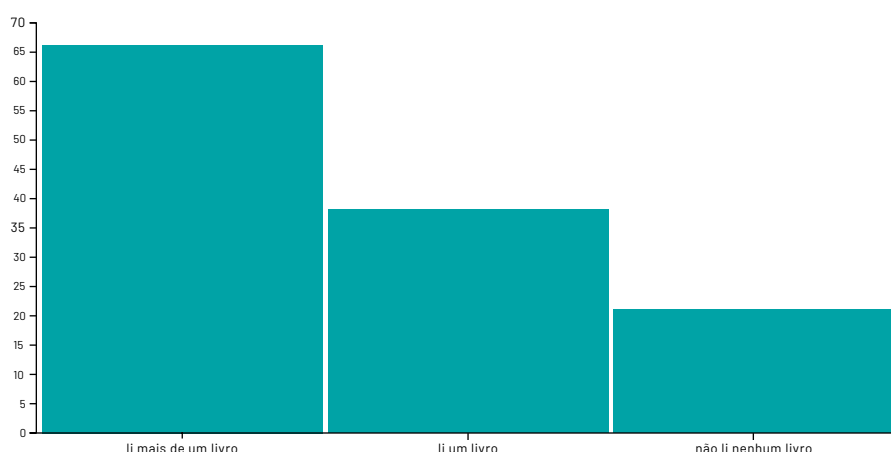


GRÁFICO 1
Índice sintético de prática cultural pós-Covid

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Nos hábitos de leitura verificamos que mais de 60% dos inquiridos leu um ou mais livros no último mês, confirmando o estudo já existente sobre esta prática.



3.4.1.2. Hábitos de leitura

GRÁFICO 2
Hábitos de leitura

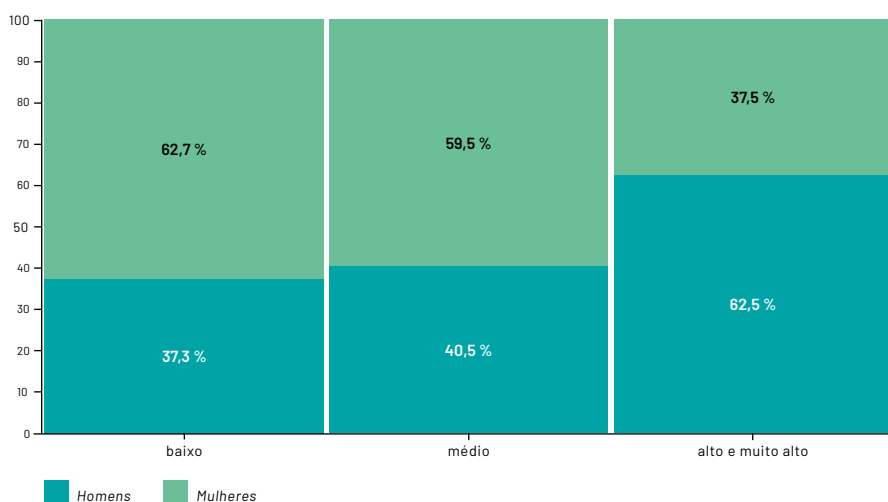
Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

3.4.1.3. Índice de práticas culturais por sexo

GRÁFICO 3 Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por sexo

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Quando analisamos este IPC_3¹ na sua distribuição por sexo podemos observar que há uma maior probabilidade de serem as mulheres que têm um índice médio e baixo de prática cultural, ao passo que é mais provável serem os homens a demonstrarem índices mais elevados. No entanto, não existe nenhuma evidência estatística de existir alguma correlação entre estas variáveis.

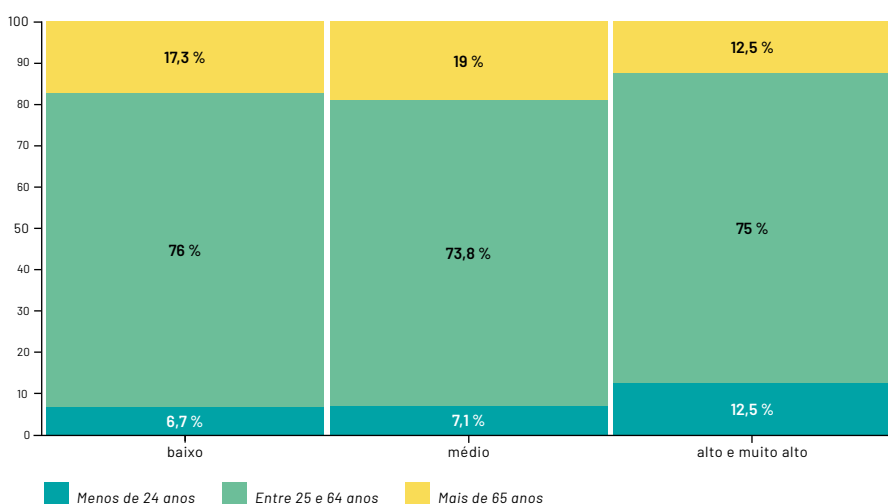


3.4.1.4. Índice de práticas culturais por ciclo de vida

GRÁFICO 4 Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por ciclo de vida

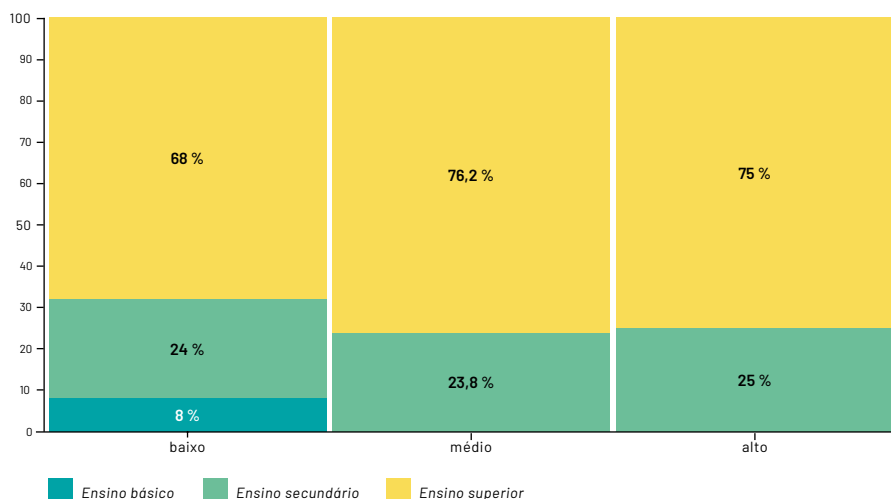
Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Na análise por ciclos de vida destaca-se que os índices mais elevados se situam no ciclo de vida ativa adulta, mas é de destacar também a existência de jovens menores de 24 anos, mas também seniores com mais de 65 anos com índices elevados de prática cultural.



¹ Verificando-se que os valores da categoria do Índice Sintético de Prática Cultural e para efeito da análise da distribuição desde indicador por sexo, ciclo de vida, nível de escolaridade e escalão de rendimento, optou-se por agregar as categorias de “alto” e “muito alto”.

Observando este indicador na sua distribuição por níveis de escolaridade podemos concluir que os valores mais baixos de participação cultural se encontram por entre aqueles que têm menos escolarização e que, inversamente, os que detêm mais qualificações escolares são os que mais participam na vida cultural. Mas também se pode observar que deter ou frequentar o ensino superior não implica (infelizmente) um índice alto ou muito alto de participação cultural.

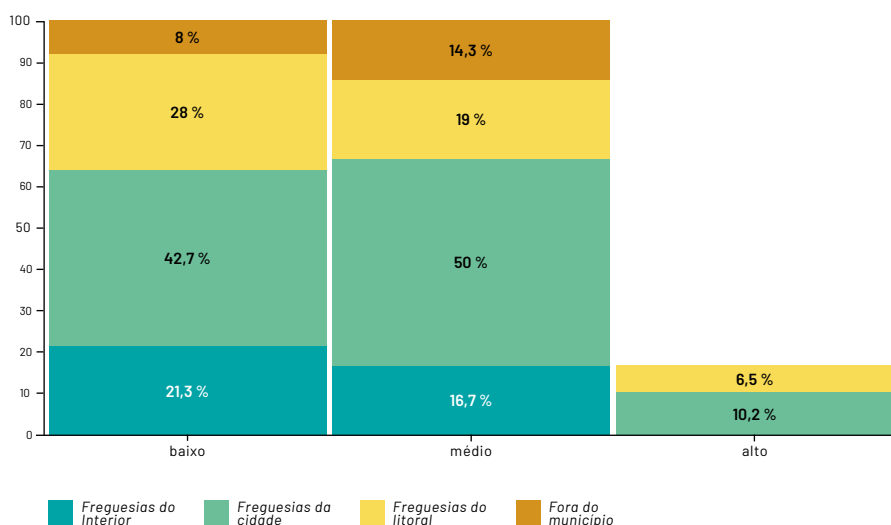


3.4.1.5. Índice de práticas culturais por nível de escolaridade

GRÁFICO 5
Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por níveis de escolaridade

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Na avaliação da distribuição pelo território verificamos que as freguesias da cidade apresentam valores mais altos no IPC_3 e que as freguesias do interior não apresentam nenhum destes valores. No entanto é de destacar que a área de residência não determina por si e de forma significativa os níveis médios de participação cultural.



3.4.1.6. Índice de prática cultural por área de residência

GRÁFICO 6
Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por área de residência

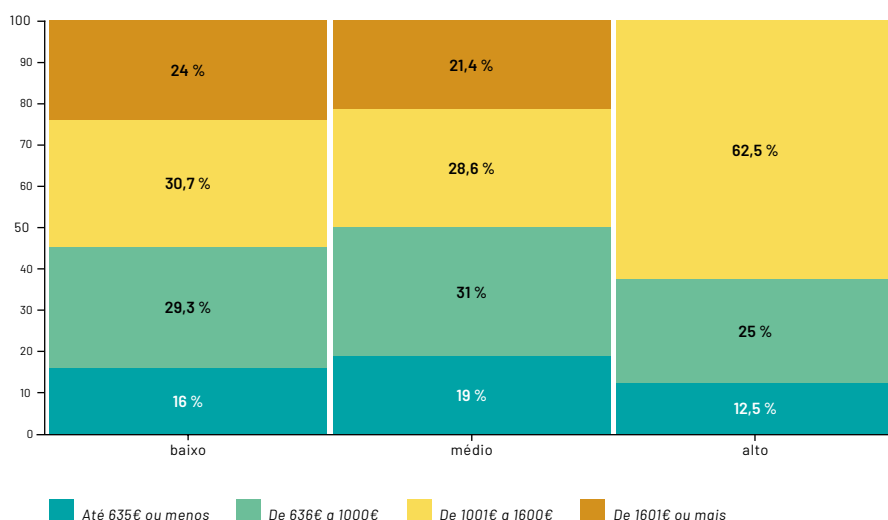
Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

3.4.1.7. Índice de prática cultural por escalão de rendimento

GRÁFICO 7 Índice sintético de prática cultural a 3 categorias por escalão de rendimento

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Finalmente quando observamos este indicador por escalão de rendimento verificamos que o escalão de rendimento não tem necessariamente um impacto nos níveis de participação cultural fora do expectável.



3.4.1.8. Criação cultural amadora e associativismo

Avaliando a resposta dos inquiridos podemos constatar que quase 49,4% dos inquiridos declara ter uma atividade que considera ser de criação artística e cultural e que cerca de 57% declara ser sócio de uma associação recreativa e cultural, o que pode constituir um índice de um tecido associativo forte e bem enraizado na comunidade.

Os domínios de criação amadora são os seguintes:

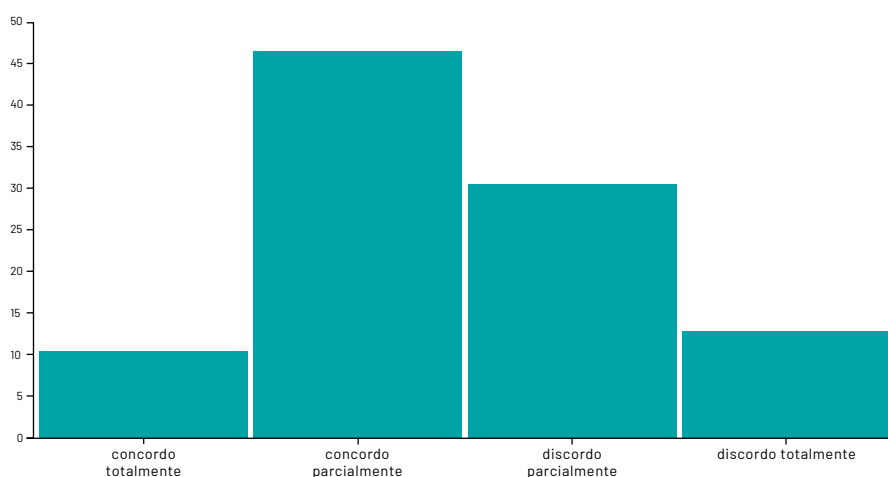
TABELA 8 Domínios da criação amadora

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

DOMÍNIOS DA CRIAÇÃO AMADORA	
Fotografia	14,8%
Artes plásticas e visuais	14,8%
Música	14,8%
Teatro e artes performativas	11,5%
Dança	1,6%
Literatura	4,9%
Artesanato	6,6%
Outro	31,1%

3.4.1.9. Atitudes sobre as práticas culturais declaradas

Quando avaliamos o grau de concordância com a afirmação “Sinto que participo e tenho uma vida cultural no município que satisfaz as minhas necessidades e gostos pessoais” verificamos que uma maioria significativa “concorda parcialmente” com a afirmação (46,4%), e que conjuntamente com a concordância total, estamos num nível confortável de apreciação da vida cultural no município (56,8%).



"Sinto que participo e tenho uma vida cultural no município que satisfaz as minhas necessidades e gostos pessoais"

GRÁFICO 8
Atitudes perante a apreciação da vida cultural do município

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Os que discordam totalmente (12,8%) são, no entanto, ligeiramente mais que os que concordam totalmente (+2,4%), o que não sendo significativo nos convida a tentar perceber melhor quem poderá explicar tal discordância.

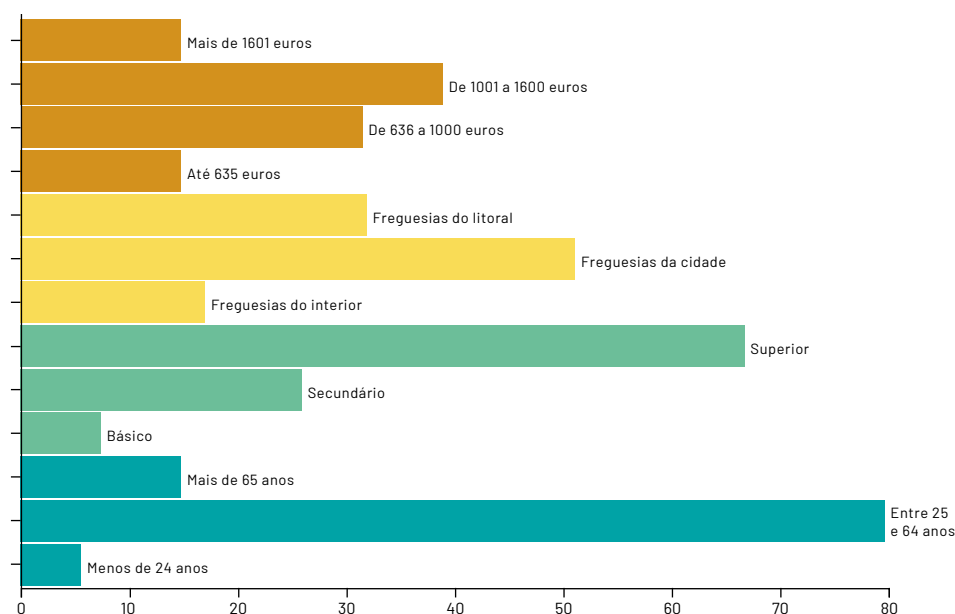


GRÁFICO 9
Discordâncias por níveis de escolaridade, ciclos de vida, área de residência e escalão de rendimento

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Embora devamos ter cautela na leitura deste gráfico (devido, principalmente à sua amostragem aleatória), para estes dados e esta amostra, os inquiridos que mais discordam (total ou parcialmente) com a afirmação "sinto que tenho uma vida cultural no município que satisfaz as minhas necessidades ou gostos pessoais", são indivíduos com o ensino superior, que residem nas freguesias da cidade, estão no ciclo de vida ativa e recebem entre 1001 a 1600 euros.

3.4.1.10. Atitudes perante os constrangimentos à participação cultural

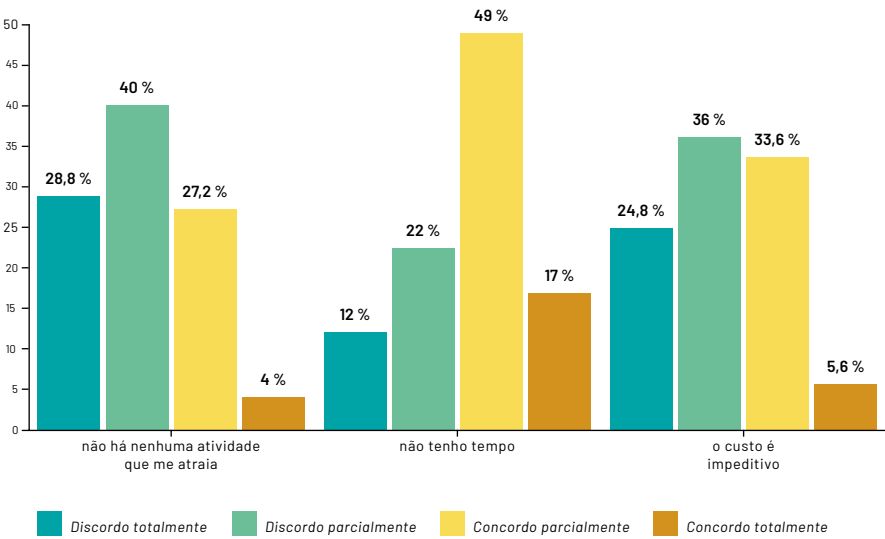
*Para efeitos de análise do impacto da área de residência nas atitudes de discordância excluíram-se as respostas dos inquiridos que residem fora do município de Torres Vedras.

GRÁFICO 10
Atitudes perante os constrangimentos à participação cultural

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

Quando avaliamos as atitudes perante os constrangimentos de custo, tempo e qualidade, a partir da avaliação do grau de concordância verificamos que:

- 1. Quanto ao custo: há uma maioria confortável de inquiridos (aproximadamente 60%) que não considera o custo impeditivo;
- 2. Quanto ao tempo: é o constrangimento que gera um maior grau de concordância;
- 3. Quanto à qualidade, medida apenas no seu potencial de atração, verificamos que regressamos a uma maioria confortável de inquiridos que discorda total ou parcialmente com a afirmação “Não há nenhuma atividade que me atraia”.



3.4.1.11. Frequência de utilização dos equipamentos municipais

TABELA 9
Índice de utilização dos equipamentos culturais

Fonte: Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural, Observatório Living Cities, 2021

A frequência dos equipamentos municipais foi, sem grandes surpresas baixa durante a pandemia, como podemos verificar na tabela, o que impede um cruzamento significativo com a avaliação anteriormente referida:

Arquivo Municipal de Torres Vedras	0,1
Ateliê dos Brinquedos	0,2
Fábrica das Histórias	0,2
Museu Municipal Leonel Trindade	0,4
Teatro-Cine Torres Vedras	0,5
Rota Histórica das Linhas de Torres	0,5
Biblioteca Municipal de Torres Vedras	0,5
Galeria Municipal	0,6
Castro do Zambujal	0,6
Azenha de Santa Cruz	0,7

Na tabela seguinte podemos observar então a disponibilidade de bens móveis e imóveis, o número de museus e bens, assim como a lotação dos recintos de espetáculos e que cumprem os critérios de seleção e registo definidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

Muni- cípios	Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	Museus	Bens dos museus	Bens imóveis culturais			Lota- ção dos recintos de espetáculos
				Monu- mentos	Conjuntos	Sítios	
Alcobaça	0	2	12311	18	3	1	311
Alenquer	2	2	232	21	2	1	260
C. da Rainha	8	5	24253	11	0	0	*
Torres Vedras	2	1	203504	20	5	8	434
* Série com erro							

Encontramos ainda no território os seguintes equipamentos e informação relevante sobre os sítios de interesse patrimonial e natural no sítio oficial da Câmara Municipal de Torres Vedras, complementada pelas informações disponibilizadas pelas juntas de freguesia e, quando necessário no inventário de património cultural do sítio da DGPC.

TABELA 10
Museus, galerias,
património e
lotação dos recin-
tos (2019)

Fonte: INE, Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Anual Museus (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Anual / Bens dos Museus (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Anual / Bens imóveis culturais (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (bem imóvel cultural); Anual / Lotação dos recintos de espetáculos (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Bial

Santa Maria, S. Pedro e Matacães	Património natural	Castro da Fórnea; Rio Sizandro; Jardim de Matacães; Termas dos Cucos; Parque Verde da Várzea;	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
		Castelo/ruínas do Palácio dos Alcaldes; Castro do Zambujal;	Paços do Concelho; Aqueduto;
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz; Igreja e Convento da Graça; Ermida de S. Gião; Igreja e Convento de Santo António do Varatojo; Igreja do Barro; Igreja da Fonte Grada; Capela de S. Miguel; Igreja de S. João; Igreja S. Pedro; Igreja de Paul; Capela de Nossa Senhora do Amial; Igreja de Santa Maria do Castelo; Igreja de Santiago; Igreja da Misericórdia; Capela de Nossa Senhora da Nazaré; Capela de Nossa Senhora da Pena; Capela do Sagrado Coração de Jesus; Capela de Nossa Senhora de Fátima; Ermida de Santa Mirinha;	
	E. Culturais	Biblioteca Municipal; Fábrica das Histórias; Galeria Municipal; Museu Municipal Leonel Trindade; Arquivo Municipal; Teatro Cine de Torres Vedras;	

TABELA 11
Sítios de interes-
se de patrimonial
natural ou edi-
ficado e equipa-
mentos culturais
por freguesia

Fonte: INE, Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Anual Museus (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Anual / Bens dos Museus (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Anual / Bens imóveis culturais (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (bem imóvel cultural); Anual / Lotação dos recintos de espetáculos (Nº) por localização geográfica (NUTS - 2013); Bienal

S. Pedro da Cadeira	Património natural	Praias	
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz de São Pedro da Cadeira; Capela da Senhora da Cátedra; Capela de Nossa Senhora da Esperança;	
	E. Culturais	Salão Paroquial	
A dos Cunhados e Maceira	Património natural	Praias; Grutas pré-históricas; Ribeira de Alcabrichel; Termas de Santa Isabel; Escarpas da Maceira;	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
			Antigo Hospital de Sangue; Forte de Porto Novo
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja de Nossa Senhora da Luz; Convento velho de Penafirme; Igreja Matriz de Maceira; Capela da Quinta da Maceira;	
Silveira	Património natural	Pinhal de Casalinhos de Alaiata; Praias;	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
		Azenha de Santa Cruz; Moinho dos Caixeiros;	
Ramalhal	Património natural	Ribeira de Alcabrichel; Floresta;	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
			Arcos da Murta; Azenha
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz; Ermida de S. Lourenço; Igreja de Santo António	
Ponte do Rol	Património natural	Mina de água da Gondruzeira	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
		Rota da Água	Moinhos de vento; Poço árabe de Gibraltar; Ponto estratégico militar no Casal do Telhadouro;
Maxial e Monte Redondo	Património natural	Gruta artificial em Ermegeira; Serra da Achada	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
			Quinta das Lapas; Casa do Eremita; Fonte Romana; Fonte do Juncal; Mina Antiga; Guaritas Militares
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz Maxial; Igreja Matriz Monte Redondo;	
Freiria	Património natural	Serra da Lomba e do Lombeirão	
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz; Capelas de Santa Luzia e de S. Marcos;	

Dois Portos e Runa	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
		CAS Runa; Ermida de Nossa Senhora da Purificação / Ermida do Sirol (?)	Pontes romanas
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz de Dois Portos; Capela dos Milagres; Ermida de Nossa Senhora da Purificação / Ermida do Sirol; Capela S. Pedro e Patameira; Igreja Matriz de Runa;	
Carvoeira e Carmões	Património natural	Mata do Juncal	
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz da Carvoeira; Capela de S. Julião; Capela de Santa Madre de Deus; Capela de Nossa Senhora dos Prazeres; Capela da Corujeira; Santuário do Senhor do Calvário; Igreja Matriz de Carmões;	
Campelos e Outeiro da Cabeça	Património natural	Exposição de aves exóticas em cativeiro	
	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
		Rota do pão e do barro; Museu Etnográfico; Moínho de Vento de Campelos;	
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz de Campelos; Igreja Matriz de Outeiro da Cabeça; Capela de Nossa Senhora do Carmo;	
	E. Culturais	Sala de espetáculos – Centro de Cultura e Animação de Campelos; Sala de espetáculos na Junta de Freguesia em Outeiro da Cabeça, Sala de espetáculos – Associação Desportiva e Recreativa da Cabeça Gorda;	
Turcifal	Património natural	Miradouro da Serra do Socorro	
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz; Capela do Espírito Santo; Igreja da Cadriceira; Melroeira; Mugideira; Igreja do Casal de Barbas; Igreja da Freixofeira;	
Ventosa	Interesse patrimonial	Com projeto cultural	Sem projeto cultural
		Reduto do Outeiro da Prata, Reduto da Carrasqueira / Forte do Cabrito (?)	
	Igrejas, Capelas e Ermidas	Igreja Matriz	

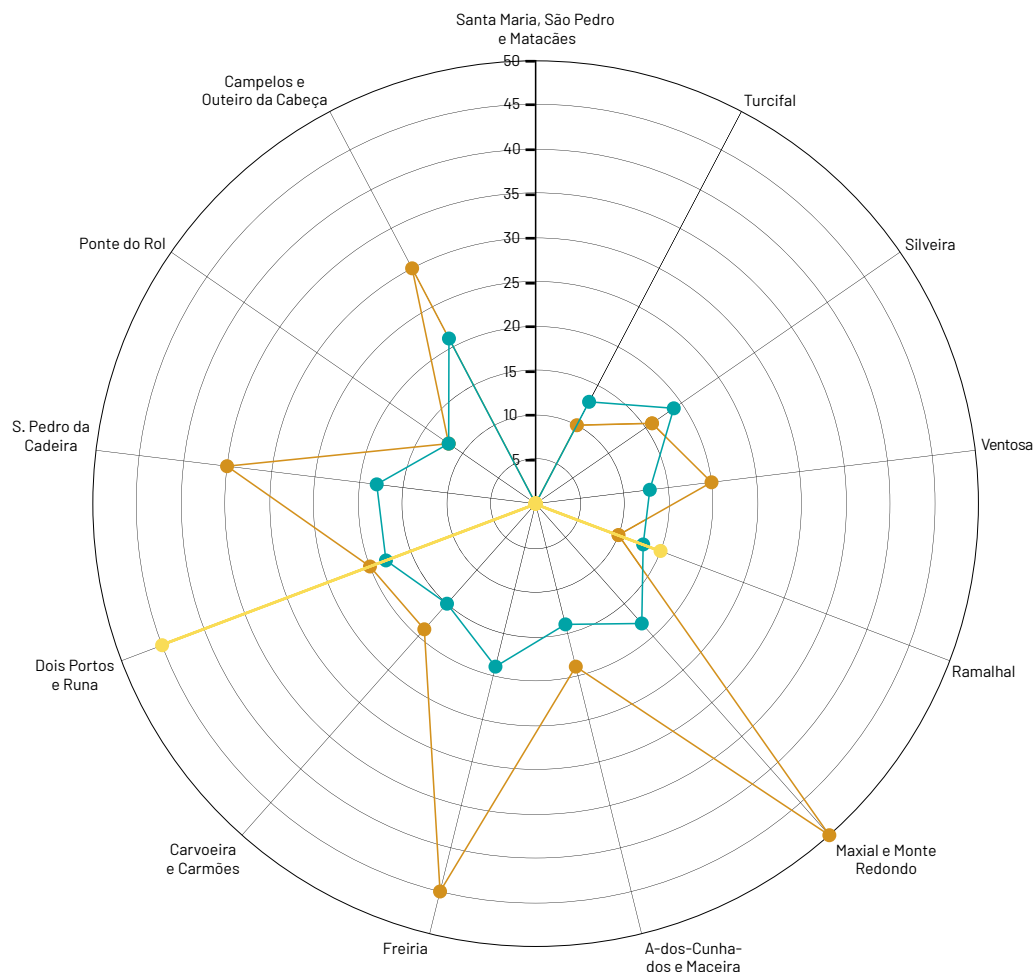
Na avaliação das acessibilidades ao património, equipamentos e instituições culturais de Torres Vedras encontramos um padrão de mobilidade assente quase exclusivamente no uso de transporte individual motorizado, e ausência de referência à outras formas de mobilidade. Assim, não encontramos informação disponível nos diversos equipamentos e sítios de interesse patrimonial (natural ou edificado) informação relativa a transportes públicos, nem a outras formas de mobilidade inteligente.

GRÁFICO 11

Distância média em minutos do centro da cidade às diversas freguesias do concelho

Fonte: Tempo medido a partir da aplicação Google Maps (consulta em Janeiro 2020)

Automóvel
Comboio
Rodoviária



A dependência do transporte individual para conseguir chegar aos equipamentos culturais e/ou sítios de interesse patrimonial (natural ou edificado) pode constituir assim uma barreira determinante no acesso dos cidadãos que residem ou visitam Torres Vedras, agravando as assimetrias do território.

Verifica-se assim que os residentes das freguesias de Maxial e Monte Redondo, Freiria, Campelos e Outeiro da Cabeça e S. Pedro da Cadeira estão, caso não tenham meios de transporte individual, fora do intervalo de distância considerada razoável de 20 a 30 minutos do centro da cidade.

Cruzando esta informação com a avaliação da distribuição geográfica dos sítios de interesse patrimonial e de localização dos equipamentos culturais verificamos que o padrão de concentração de tais pontos se faz sem surpresa nas freguesias do litoral e da cidade, pelo que será um fator de extrema relevância para a eliminação de barreiras ao acesso aos equipamentos culturais das freguesias mais distantes, a melhoria da oferta de transportes e o desenho de formas de mobilidade inteligente.

3.4.3. Inclusão

Na dimensão da inclusão verifica-se a existência de diversos programas dirigidos ou integrantes da cultura em sentido lato como veículo e motor da integração social, de forma consistente e bem estruturada, concluindo-se apenas pela recomendação do desenvolvimento de projetos que apostem no

papel social da arte enquanto atividade com capacidade geradora de interação cidadã, contribuindo para dirimir os efeitos negativos das sociedades da solidão e da fragmentação do mosaico urbano e social que registámos, com as devidas cautelas, na análise PESTAL.

Numa outra perspetiva sobre cultura e inclusão quisemos avaliar as atitudes dos cidadãos perante as condições para o exercício da liberdade de criação artística e cultural, tentando perceber até que ponto, os cidadãos se revêm, de facto, enquanto criadores e produtores de cultura nas suas diversas dimensões da vida quotidiana. É um indicador interessante, ainda que problemático na análise e nas conclusões que sugere. Assim, se uma grande maioria concorda parcial (44%) ou totalmente (44%) que existe liberdade de criação artística e cultural que respeita os valores da diversidade e da cultura democrática, quando os questionamos sobre as suas atitudes sobre as condições existentes para o exercício dessa liberdade podemos retirar duas conclusões: a primeira, chega-nos dos que exercem a sua atividade no sector cultural e criativo, reconhecendo com valores muito confortáveis, que existem essas condições para o exercício da liberdade de criação artística e cultural; a segunda, regista as atitudes dos restantes cidadãos, com 47, 2% dos respondentes a concordar parcial ou totalmente com a afirmação “Embora haja liberdade de criação artística e cultural, não existem condições para exercer essa liberdade”.

Não há uma grelha interpretativa única nesta resposta, mas podemos aventar como hipótese que, à semelhança do domínio das práticas culturais declaradas (onde se reconhece sempre um efeito de sobre representação dessas mesmas práticas), haja aqui um efeito de sub-representação na capacidade e no autorreconhecimento de cada um enquanto criador e produtor, isto é, enquanto membro ativo na construção social dos diversos domínios culturais e da vida cultural do território. Tal autoexclusão parece responder de forma simétrica à profissionalização e complexidade crescente dos diversos campos de produção cultural, geradores de uma oferta que convoca o cidadão de formas diversas – ativas, passivas ou participantes –, mas que deles parece excluir a capacidade de apropriação dos modos do fazer das artes e da cultura. E talvez seja aqui, deixamos apenas como linha de trabalho a desenvolver e a acompanhar, resida uma das transformações necessárias para a melhoria dos indicadores de participação, o acesso e a inclusão nestes domínios: incentivar a prática do lazer cultural, inscrevendo os modos do fazer das artes e da cultura nos hábitos e práticas da nossa vida quotidiana e construindo as condições necessárias para potenciar essa mesma inscrição ou apropriação individual. Passará talvez por redefinir as relações entre estas duas faces do mesmo ecossistema: os profissionais e os cidadãos, mas também pela forma e discurso emanado do *marketing* cultural, ainda muito assente em lógicas mais associadas ao conhecimento, do que emergentes do gozo pessoal, do lazer e bem estar, que tal apropriação poderia proporcionar.



PLANO ESTRATÉGICO

Um concelho pioneiro na responsabilidade ambiental e na inovação sustentável através das artes e da cultura, induzindo as mudanças de comportamento necessárias a partir de projetos colaborativos entre artistas, cientistas e comunidades, assente em laços culturais mais fortes entre a cidade e o seu centro histórico, as comunidades rurais e o litoral e no conhecimento e fruição do seu património material, imaterial e natural.

COESÃO TERRITORIAL

1. Desenvolver laços culturais mais fortes entre a cidade e o centro histórico, as comunidades rurais e do litoral.

PATRIMÓNIO MATERIAL, IMATERIAL E NATURAL

2. Estudar, avaliar e desenvolver um projeto de gestão dos exemplares de arquitetura sacra existentes no concelho que potencie a sua conservação e restauro, bem como o seu impacto na economia local explorando o seu potencial turístico.
3. Estruturar as rotas existentes associadas à água, ao vento e ao vinho, estimulando e apoiando a criação de novos serviços criativos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4. Promover as alterações de comportamento necessárias apostando na responsabilidade ambiental e na inovação sustentável na produção de eventos públicos.

REDE DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

5. Promover a melhoria do projeto museológico e edifício do Museu Municipal Leonel Trindade enquanto museu polinucleado, motor e principal agente de ativação do conhecimento da história e do património local.

Um ecossistema cultural colaborativo assente na defesa dos seus produtores independentes, artistas, empresas e organizações, liderando um crescimento sustentável e um processo de desenvolvimento orientado pelos valores da transparência, da codecisão, da responsabilidade e da qualidade de excelência da produção cultural e da criação artística.

EMPREGO CULTURAL

6. Apoiar e permitir o crescimento de empresas criativas e culturais através do apoio empresarial para o desenvolvimento de novos modelos de negócio e de aquisição de conhecimentos e competências.
7. Apoiar e fomentar a melhoria do emprego no SCC através da discriminação positiva, em sede do Regulamento Municipal de Apoio, de

4.1. Objetivos de política cultural

4.1.1. Ambiente e resiliência

4.1.2. Prosperidade e estilos de vida

“Um problema muito con-temporâneo: a falta de trocas e de interacção social entre os diversos fragmentos que compõem o mosaico urbano. (...) a cidade de hoje deve conciliar o local e o global, marcada por uma grande diversidade étnica (...) que gera as suas complexidades graças a um regime de indiferença social, uma cultura da dissociação que exclui aqueles que são diferentes”

-
Sennett, Richard,
La Conscience de l'oeil. Urbanisme et société, Lagrasse: Ed. Verdier, p.13

4.1.3. Conhecimentos e competências

associações e empresas com práticas de contratação responsável de artistas, criadores e outros profissionais do SCC.

8. Fomentar o uso de tecnologias de informação e comunicação nos diversos domínios do SCC, apoiando a aquisição e desenvolvimento de competências de ferramentas e tecnologias digitais.

CONSUMO CULTURAL

9. Estimular o consumo cultural dos cidadãos e agregados domésticos.

10. Incentivar a filantropia e o mecenato individual a entidades culturais.

INVESTIMENTOS E DESPESAS MUNICIPAIS EM CULTURA

11. Construir na longa duração um equilíbrio mais sustentável entre as despesas correntes e de capital.

12. Promover a diversidade e equidade de acesso aos mecanismos de financiamento local, nacional e europeu para o desenvolvimento de bens e serviços culturais.

13. Definir metas de autofinanciamento por patamares de apoio do financiamento local no âmbito do regulamento municipal de apoio.

MODELO DE GOVERNANÇA

14. Desenvolver e implementar instrumentos de democracia cultural onde os cidadãos se juntam para cocriar, liderar e participar em diversos projetos culturais localmente relevantes, pluralistas e impulsionados pela comunidade.

15. Implementar um plano de comunicação assente na garantia do acesso à informação de todas as freguesias do concelho, diversificado tanto na faixa etária, quanto na complementaridade da comunicação digital e em espaço público, criando um espaço e o regulamento para a afixação de cartazes em espaço público, estabelecendo critérios de enquadramento, formato do material gráfico e mobiliário urbano específico para tal utilização e rotatividade.

Um concelho onde a cultura constrói a igualdade de género e os caminhos e a confiança para a participação na vida social e cívica através da capacitação e do conhecimento das artes e da cultura, do território e da sua história, das ciências e da filosofia, das novas tecnologias de informação e comunicação, da robótica até às novas linguagens digitais.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

16. Apoiar e desenvolver ações de formação cultural e de educação para o desenvolvimento sustentável do património natural do concelho.

FORMAÇÃO CULTURAL

17. Desenvolver uma nova relação estruturante entre a comunidade educativa, o SCC e a Câmara Municipal.

ENSINO ARTÍSTICO

18. Apoiar a inserção em redes regionais, nacionais e internacionais das instituições de ensino artístico do concelho.

Um concelho solidário que promove a inclusão, a participação ativa e passiva e a apropriação dos modos do fazer das artes e da cultura por todos os cidadãos, contribuindo para a criação do espaço e da voz individual e coletiva, assegurando a sua inclusão nos processos de transição.

4.1.4. Inclusão e participação

PARTICIPAÇÃO

19. Desenvolver projetos que realcem a relação entre a arte e o espaço público, promovendo o papel da arte e a sua capacidade de desencadear processos positivos de interação cidadã.

INCLUSÃO

20. Desenvolver projetos socioculturais através de processos *bottom-up* e de codecisão com as comunidades.

ACESSO

21. Encorajar a prática do lazer cultural.

22. Implementar os acessos a pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o diagnóstico já efetuado.

1. Desenvolver projetos socioculturais através de processos *bottom-up* e de codecisão com as comunidades (cidadãos, associações e empresas) que promovam a criação de laços mais fortes entre as freguesias urbanas, litorais e rurais e de participação intergeracional. (01, 04, 019, 020, 021)

4.2. Eixos estratégicos

2. Fomentar a resiliência do Sector Cultural e Criativo, a partir do combate à precariedade, do apoio à criação sustentável de emprego, e da sua capacitação nas áreas da comunicação e da gestão, fundamentado num novo modelo de apoios, quer para os agentes e entidades do Sector Cultural e Criativo e, dentro deste, para o ensino artístico, quer para estreitar a relação deste com a comunidade educativa, em particular, e os cidadãos e comunidades em geral. (06, 07, 08, 09, 010, 012, 013)

3. Criar uma plataforma colaborativa que permita a implementação estratégica de um plano de comunicação digital, e em espaço público, o diálogo estruturado com os agentes do Sector Cultural e Criativo e os cidadãos, estimule a partilha de bens e serviços artísticos e culturais, e construa instrumentos de democracia cultural. **(014, 015)**
4. Construir na média e longa duração um equilíbrio sustentável entre despesas correntes e despesas de capital que permitam um maior investimento nos ativos fixos, destacando-se os investimentos necessários para melhorar as acessibilidades a pessoas portadoras de deficiência, a melhoria do projeto museológico do Museu Municipal Leonel Trindade e a avaliação do conjunto patrimonial de arquitetura sacra. **(02, 05, 011, 022)**
5. Estimular o aparecimento de novos serviços culturais (artísticos, científicos, desportivos e tecnológicos) de formação cultural, turísticos, e de lazer, ligados ao património material, imaterial e natural, e aos diversos domínios culturais, através da capacitação dos agentes do Sector Cultural e Criativo para a criação de novos modelos de negócio, e do apoio estruturante para a prestação de serviços de formação cultural, no âmbito da criação do catálogo de oferta de formação cultural, disponível para todos os alunos do Ensino Básico. **(03, 016, 017, 018)**

- Plano para a redução da pegada ecológica na produção de eventos públicos;
- Plano para a transformação energética de equipamentos culturais municipais;
- Programa de arte em espaço público – foco sustentabilidade;
- Programa de formação profissional de curta e média para funcionários do Departamento Municipal de Cultura nas áreas da mediação cultural: processos de *codecisão* e *bottom-up* com as comunidades para o desenvolvimento de projetos socioculturais;
- Programa de apoios para a formação de agentes do SCC no domínio da gestão cultural e comunicação em meio digital;
- Mobilização do *know-how* de incubadoras criativas para o apoio ao desenvolvimento de novos modelos de negócio;
- Discriminação positiva de associações e empresas com boas práticas no domínio da contratação responsável de artistas e criadores;
- Apoio ao emprego em associações e empresas culturais e criativas nas funções de criação artística e de gestão;
- Programa para alunos do Ensino Básico de oferta de *vouchers* para a compra de livros em livrarias ou empresas de comércio especializado de bens culturais, localizadas preferencialmente no centro histórico;
- Definir os critérios de certificação, em processo consensualizado com os agentes do SCC, da oferta de formação cultural, artística, tecnológica, científica e de lazer a integrar no catálogo, respetivos mecanismos de verificação, e racionais de financiamento público disponível por aluno a face ao custo real de ensino;
- Abrir espaço para apresentação de candidaturas em sede de regulamento municipal de apoios para: professores e escolas proponentes à realização de atividades culturais, artísticas e criativas e, ainda, ligadas ao património natural do concelho e ao desenvolvimento sustentável que apostem na colaboração com agentes locais ou regionais do SCC;
- Criar um guia “Como chegar”, que conecte os equipamentos culturais através de uma mobilidade urbana alternativa aos automóveis;

BOAS PRÁTICAS:**Troca de copo plástico descartáveis por reutilizáveis no Rock in Rio Lisboa**

Alteração na 8ª edição do Rock in Rio Lisboa, em que baniram os copos plásticos descartáveis do festival, oferecendo em troca copos colecionáveis com 10 designs diferentes, incentivando a reutilização. Os copos descartados passam por um processo de higienização e voltam a estar à venda. Copos danificados são encaminhados para a reciclagem.

Link: www.rockinriolisboa.sapo.pt/pt-br/por-um-mundo-melhor/

Culture Token: desconto em atrações culturais em troca de deslocamento “verde” em Viena

A aplicação possui um sistema de rastreamento, reconhece o meio de transporte utilizado pelo usuário, e calcula a emissão de CO2 que foi economizada no percurso. A cada 20 KG de CO2, o usuário recebe um “vale” de cultura, que pode ser utilizado em 4 instituições culturais cadastradas.

Link: www.digitales.wien.gv.at/en/projekt/culture-token/

Berlin 21 - Rede para o desenvolvimento sustentável

Plano de participação da comunidade para o desenvolvimento sustentável da cidade de Berlim, seguindo a Agenda 21. Impulsionam, mapeiam e divulgam iniciativas ligadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

Link: www.berlin21.net

BOAS PRÁTICAS:

#PostaisdeLeiria: Festival a Porta:

Distribuição gratuita de uma série de postais que documenta pessoas que habitam ou habitaram o Centro Histórico de Leiria com seus comércios. Os postais são compostos por uma fotografia em preto-e-branco do homenageado, e um texto descritivo.

IncrediBOL! Concurso para projetos inovadores na área da cultura.

Realizam uma *Open Call* para projetos inovadores (*startups*) no Setor Cultural. Ao vencedor são oferecidos tutorias e acompanhamento dos parceiros privados e da rede municipal. “District Laboratories” é o nome da iniciativa que pretende aproximar a gestão da cidade de Bolonha aos cidadãos. Oferecem além do mapeamento de iniciativas das cidades vizinhas à Bolonha, a possibilidade dos residentes votarem nos projetos, e auxílio a candidatura ao IncrediBol!.

Link: www.incredibol.net

Plataforma de Recursos: Associação CLIP – Recursos e Desenvolvimento

Reúne diversas associações da zona da Alta de Lisboa com o objetivo de potencializar recursos e ações. Possuem uma plataforma de materiais (exclusiva para os associados) que possui desde cadeiras à colunas de som. Em troca da aquisição do objeto, a pessoa deve doar um número de “clips”, que pode ser conquistado através de uma participação ativa entre o meio associativo.

- Realizar uma campanha de comunicação, próximo ao período de entrega das declarações de IRS, que informe a comunidade como destinar 0,05% do seu imposto para uma das instituições culturais ou sociais da cidade, junto também de uma lista das instituições que possuem um NIF regularizado para receber a consignação;

- Incentivar a adesão dos profissionais locais à plataforma já em uso da Rede Cultura 2027 (www.redecultura2027.pt/pt/agentes-culturais), que lista atualmente o contacto de 1.445 agentes nos 26 municípios integrados, como também uma agenda cultural completa e atualizada;

- Iniciar esforços, em diálogo com a comissão da Rede Cultura 2027, de ampliar a existente plataforma para uma sessão que engloba: a) Oferta de voluntariado; b) Catálogo de espaços para locação cultural; c) Banco de equipamentos e recursos, em uma lógica de economia circular;

- Criar uma rede de diálogo local, nominadamente um fórum de cultura, preferencialmente com um espaço físico definido e uma regularidade de encontros, para estimular o debate entre as instituições e agentes culturais da cidade;

- Iniciar uma comunicação direta através da Caderneta do Aluno, divulgar programas culturais promovidos pela Câmara Municipal, adequados para a faixa-etária envolvida, através da caderneta dos alunos do 1º ao 4º ano, alcançando consequentemente os pais responsáveis;

- Elaboração de um regulamento de afixação de cartazes em local público, estabelecendo critérios de enquadramento, formato do material gráfico e mobiliário urbano específico para tal utilização e rotatividade;

- Formalizar, através de uma “*Open Call*” o modelo de proposta e adesão de atividades extracurriculares feitas pelos professores da rede de escolas públicas, definindo também o tempo limite de resposta da Câmara Municipal;

- Convidar um profissional do audiovisual do concelho, para produzir uma série de curtas-metragens documentais dos processos artesanais que se estão a perder, como por exemplo, a tanoaria;

- Adaptar os equipamentos culturais que não sejam acessíveis para pessoas portadoras de deficiências, como também para pessoas não-falantes de português;

BOAS PRÁTICAS:

Regulamento de afixação de cartazes em locais públicos de Genebra

Regulamento de afixação de cartazes, seguindo a natureza do cartaz: Serviço gratuito nos locais pré-definidos, reservado a instituições, associações ou grupos locais sem fins lucrativos. + Coluna Morris para fins culturais: espaços de exposição gratuitos colocados à disposição de instituições, associações, sociedades ou grupos cujos projetos são de natureza cultural.

Link: www.geneve.ch/fr/themes/environnement-urbain-espaces-verts

Restauração da Igreja Santa Maria de Vilanova de la Barca.

A reforma preservou as características arquitetônicas do edifício, principalmente no seu exterior, porém adaptaram toda a sua estrutura interior, se tornando um salão público multifuncional para a comunidade.

Link: www.aplogroup.com/adaptive-reuse-churches

GE Découvre - Atividades extracurriculares em Genebra

Durante o ano letivo, é oferecido um catálogo de atividades extracurriculares nas áreas da cultura, expressão, ambiente e desporto, para jovens de 4 a 16 anos. As atividades são feitas nas quartas-feiras, e acontecem por semestre ou temporada. Há uma partilha dos custos da formação entre os agregados domésticos e o governo cantonal da cidade de Genebra.

Link: www.ge.ch/ge-decouvre-activites-jeunes



ANEXOS

ANEXO 1

Grelha de observação e respetiva pontuação da rede de equipamentos municipais
Trabalho de campo no mês de Junho de 2020

Critérios	Indicador	Parâmetro	Avaliação													
			Escala (0 à 05)													
			Arquivo Municipal	Atelier dos Brinquedos	Biblioteca Municipal	Biblioteca de Praia de Santa Cruz	Centro de Interpretações do Castelo	Centro de Inteligência da Comunidade	Centro de Int. Linhas de T.V	Fábrica de Hístorias	Azenha de Santa Cruz	Galeria Municipal	Portas 5	Teatro Cine	Museu Municipal	
1. Acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências diversas.																
1.1 Ajuda técnica	A IC possui um ou mais itens de Ajuda técnica para pessoas com deficiência.	Interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP), oralização ou leitura labial para pessoas surdas não usuárias da língua portuguesa.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Guias intérpretes para cegos ou surdos cegos.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Monitor/guia para recetivo de pessoas com deficiência intelectual.	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Banheiros especiais	5	5	5	0	0	5	3	0	4	5	3	2	2	
1.2 Acessibilidade estrutural	A IC possui um ou mais itens que possibilite a utilização de sua estrutura por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	Reserva de espaços e assentos especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
		Rampas de acesso	5	4	1	1	1	0	0	0	1	5	1	3	3	
		Elevador para cadeirantes	0	0	5	0	0	4	0	0	0	5	5	0	0	
		Corrimões	5	5	5	0	0	0	0	0	5	5	5	0	0	
		Pisos táteis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Sinalização em braille	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sub total		15	14	18	1	1	9	3	0	10	20	14	10	5		

Legenda
0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano /Com limitações, 3 = Suficiente /Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

Legenda

0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano / Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

	A.M.T.V.	A.B.	B.M.T.V.	B.P.S.C.	C.I.C.	C.I.C.J.	C.I.L.T.V.	F.H.C.J.U.	A.S.C.	G.M.T.V.	P.5.	T.C.	M.M.L.T.		
2. Disponibilização de conteúdos em mais de uma língua.															
2.1 Conteúdos com tradução multilíngual.	A IC possui conteúdos (cartazes, folders, publicações, vídeo institucional, etc.) em uma ou mais línguas estrangeiras.	Inglês	0	0	0	0	4	4	5	0	4	5	0	5	
		Espanhol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Francês	0	0	0	0	4	4	5	0	0	0	0	0	
		Outras. Quais?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Sub total	0	0	0	0	8	8	10	0	4	5	0	0	5
3. Comunicação e divulgação com diversos públicos.															
3.1 Planejamento estratégico	A IC desenvolve um plano de comunicação anual ou semestral para divulgar suas atividades e se comunicar com o público.	Assessoria de imprensa	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Marketing digital	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Publicidade	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Materiais para público infantil	0	0	4	4	0	0	0	0	0	4	4	0	0
3.2 Materiais de divulgação	A IC produz material de comunicação e divulgação com design e conteúdo direcionado para públicos diversos.	Materiais para público jovem	0	0	4	4	0	0	0	0	0	4	4	0	0
		Materiais para público sênior	0	0	3	3	0	0	0	0	0	4	4	0	0
		Materiais com tradução para LGP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Materiais com legenda e/ou legenda closed caption	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Materiais com áudio descrição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Materiais multilíngual		0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	
Sub total		0	0	19	11	0	0	0	0	0	12	12	0	0	

Legenda

0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano / Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

		A.M.T.V.	A.B.	B.M.T.V.	B.P.S.C.	C.I.C.	C.I.C.J.	C.I.L.T.V.	F.H.C.J.U.	A.S.C.	G.M.T.V.	P.5.	T.C.	M.M.L.T.
4. Presença no meio digital.														
4.1 Posicionamento	A IC se posiciona e utiliza os meios digitais para se mostrar relevante e confiável e comunicar com seu público.	Site próprio	0	0	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0
		Página no site da Câmara Municipal	5	5	3	3	1	1	5	3	5	1	5	5
		Facebook	0	0	5	3	0	0	5	0	5	0	5	5
		Instagram	0	0	5	3	0	5	0	0	0	0	5	0
		Youtube	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Google Maps	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
		Busca no Google	3	3	4	4	4	4	2	4	4	2	4	0
		Outras. Quais?	0	3	3	3	5	5	3	5	3	3	5	3
		Atualização diária	0	0	5	5	0	0	4	2	0	3	2	2
		Atualização semanal	0	0	5	1	0	0	4	2	5	3	2	3
4.2 Frequência	A IC mantém seus canais com informações e conteúdos atualizados.	Atualização mensal	0	0	5	1	0	0	5	2	0	3	5	4
		Atualização pontual (sob demanda)	5	4	4	5	4	4	0	4	4	5	4	4
		Planeja os conteúdos a serem publicados em cada plataforma	0	0	0	0	0	0	3	0	5	0	3	0
		Sub total	16	20	51	36	17	19	24	27	36	25	45	31

Legenda

0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano /Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

	A.M.T.V.	A.B.	B.M.T.V.	B.P.S.C.	C.I.C.	C.I.C.J.	C.I.L.T.V.	F.H.C.J.U.	A.S.C.	G.M.T.V.	P.5.	T.C.	M.M.L.T.	
5. Conteúdos digitais.														
5.1 Interatividade	A IC utiliza em seus canais digitais, conteúdo interativo para estimular a participação do público (clicar, responder, reproduzir, tomar uma decisão, etc.) e proporcionar uma experiência on-line de maior qualidade com as ações da instituição.	Fotografia	3	1	3	4	4	4	5	3	5	5	5	
		Video	0	0	0	0	3	4	4	5	3	5	5	4
		Marcação de links	0	0	5	5	0	0	0	3	0	4	0	3
		Conteúdo de realidade virtual ou 3D	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
		Conteúdos de pesquisa / avaliação	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Conteúdos de diversão (jogos, quiz, testes, múltipla escolha, etc.)	0	0	3	2	0	0	0	3	0	0	0	0
		Concursos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Infográficos/mapas	0	0	0	0	3	2	4	0	2	0	0	3
Outros, Quais?	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Sub total		3	1	18	10	10	10	15	16	8	14	6	13	15

Legenda

0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano / Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

	A.M.T.V.	A.B.	B.M.T.V.	B.P.S.C.	C.I.C.	C.I.C.J.	C.I.L.T.V.	F.H.C.J.U.	A.S.C.	G.M.T.V.	P.5.	T.C.	M.M.L.T.	
6. Avaliação qualitativa da experiência global.														
6.1 Gestão e estrutura	A IC adota boas práticas de gestão, modernização de equipamentos e infra-estrutura, visando a qualidade de seus serviços, promoção da cultura e acesso do público.	Gestão e desenvolvimento interno	4	4	5	5	5	5	4	5	2	2	3	
		Promoção e programação cultural	3	3	4	4	4	4	4	3	4	2	2	3
		Modernização de equipamentos e infra-estrutura	5	4	4	2	3	3	3	4	3	2	2	3
		A nível de União Europeia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		A nível de Américas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6.2 Internacionalização	A IC mantém ações de internacionalização por meio da participação em eventos, programas culturais ou circulação de artistas e obras de arte.	A nível de África	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Outras regiões. Quais?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Sub total	12	11	13	11	12	12	12	11	12	6	6	12
7. Programação e calendarização.														
A IC mantém um calendário regular de atividades para o público.	Possui plano anual/semestral	3	1	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	
	Prioriza artistas locais	0	3	2	0	0	0	0	1	3	3	3	3	
	Promove o intercâmbio com artistas estrangeiros.	0	3	2	0	0	0	0	1	3	1	3	3	
	Oferece atividades gratuitas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
	Outros	0	0	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sub total		8	12	17	15	10	10	10	11	16	14	16	16	

Legenda

0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano /Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

		A.M.T.V.	A.B.	B.M.T.V.	B.P.S.C.	C.I.C.	C.I.C.J.	C.I.L.T.V.	F.H.C.J.U.	A.S.C.	G.M.T.V.	P.5.	T.C.	M.M.L.T.
8. Desenvolvimento sustentável.														
8.1 Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	A IC mantém um papel proativo no apoio à implementação estratégica dos ODSs, para erradicação da pobreza, promoção da igualdade e bem-estar para todos, preservação do meio ambiente e enfrentamento das mudanças climáticas.	1	1	3	3	1	2	3	1	1	2	3	1	2
	Por parte de sua equipe	1	1	2	2	1	2	2	1	1	2	2	1	2
	Por parte de sua programação e ações desenvolvidas.	1	0	2	2	1	1	1	1	1	1	3	1	3
8.2 Nova Agenda Urbana	A IC mantém um papel proativo no apoio à implementação das diretrizes da Nova Agenda Urbana para o desenvolvimento urbano sustentável, buscando soluções por meio da cultura para os desafios da mobilidade e sustentabilidade urbana e direitos básicos dos cidadãos.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
	Por parte de sua equipe	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
	Por parte de sua programação e ações desenvolvidas.	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	2	1	3
Sub total		6	4	10	9	6	8	8	6	6	8	14	6	14

Legenda
0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano / Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

[illegible]

Legenda

0 = Inexistente, 1 = Inadequado, 2 = Mediano / Com limitações, 3 = Suficiente / Adequado, 4 = Bom / Satisfatório, 5 = Excelente

9. Reativação de atividades pós quarentena COVID-19.																
		Métodos para higienização e desinfecção de objetos e obras de arte.	5	5	5	5	5	5	4	5	2	4	4	3	0	5
			5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Sub total													
			48	43	61	36	39	32	31	28	33	38	23	25	40	
		Total	108	105	207	129	103	108	113	108	110	163	114	133	138	

	Arquivo Municipal	Atelier dos Brinquedos	Biblioteca Municipal	Biblioteca de Pais de Santa Cruz	Centro de Interpretação do Castelo	Centro de Interp. de Comunidade Juueca	Centro de Interp. das Linhas de T.V.	Fábrica de Histórias	Azenha de Santa Cruz	Galeria Municipal	Portas 5	Teatro Cine	Museu Municipal	MAXIMO
1. Acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências diversas.	15	14	18	1	1	9	3	0	10	20	14	10	5	50
2. Disponibilização de conteúdos em mais de uma língua.	0	0	0	0	8	8	10	0	4	5	0	0	5	20
3. Comunicação e Divulgação com diversos públicos.	0	0	19	11	0	0	0	0	0	14	12	12	0	65
4. Presença no meio digital.	16	20	51	36	17	19	24	36	27	36	25	45	31	65
5. Conteúdos digitais.	3	1	18	10	10	10	15	16	8	14	6	13	15	45
6. Avaliação Qualitativa da Experiência global.	12	11	13	11	12	12	12	12	11	12	6	6	12	35
7. Programação e Calendarização.	8	12	17	15	10	10	10	10	11	16	14	16	16	25
8. Desenvolvimento Sustentável.	6	4	10	9	6	8	8	6	6	8	14	6	14	30
9. Reativação de atividades pós quarentena COVID-19.	48	43	61	36	39	32	31	28	33	38	23	25	40	80

ANEXO 2

Guião para as entrevistas focais

Moderador: Luísa Arroz Albuquerque / Anotador: Melissa Ganaha / Relator: Tiago Bartolomeu Costa

Key Questions:

Que perceções sobre a cultura, a cidade e o concelho? Que pontos fortes e oportunidades, ameaças e riscos à qualidade de vida no concelho? Que avaliação sobre o que se faz, o que não se faz e o que podia ser feito em matéria de política cultural?

Objetivos:

A partir de uma metodologia *bottom-up*, identificar perceções, desafios e eventuais linhas de ação estratégica nos eixos: Ambiente e Resiliência; Prosperidade e Estilos de Vida; Conhecimentos e Competências; Inclusão e Participação.

- Avaliar o que tem sido feito e identificar desafios;
- Identificar pontos fortes e oportunidades na cidade e no concelho;
- Avaliar riscos e ameaças e estruturar respostas possíveis;

Cronograma de sessões:

Sessões 1 a 4
Duração de cada sessão: 2 horas
14 de Setembro 2020
15 de Setembro 2020
21 de Setembro 2020
22 de Setembro 2020

Sessão 1

Plano Estratégico de Cultura: Ambiente e Resiliência

ROTEIRO

Património material, imaterial, natural
Adaptação climática e resiliência (planos, ações)
Concelho, cidade e centro histórico (relação, dinâmica, centralidades)
Rede de infraestruturas e equipamentos municipais de cultura

DESTINATÁRIOS

(máx. 10 pessoas por sessão)

Membros de associações sediadas no concelho dedicadas à preservação ambiental; Membros de associações sediadas no concelho dedicadas ao estudo e preservação do património; Professores residentes e a lecionar no concelho nas áreas científicas da história, das ciências naturais ou áreas afins com intervenção cívica relevante; Arquitetos residentes no concelho com intervenção cívica relevante ou obra construída, nomeadamente na área da reabilitação urbana; Diretores e responsáveis por museus, sítios arqueológicos ou centros interpretativos municipais;

GUIÃO

(1. Introdução | 10m)

Esta sessão visa contribuir para a elaboração Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras que está a ser elaborado pela equipa de investigação em Cultura e Sustentabilidade da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha / Cátedra Unesco em Gestão das Artes e da Cultura, Cidades e Criatividade do Instituto Politécnico de Leiria, por encomenda da Câmara Municipal de Torres Vedras. Este plano está a ser desenhado na base dos Indicadores 2030 propostos pela UNESCO para a avaliação, monitorização e desenho das políticas culturais locais e estabelece quatro temas principais: Ambiente e Resiliência, Prosperidade e Estilos de Vida, Conhecimentos e Competências e Inclusão Social. Esta

sessão insere-se no primeiro tema: Ambiente e Resiliência, e o seu roteiro estabelece assim quatro pontos centrais, visando identificar pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades que possam consubstanciar políticas e ações mais assertivas, tendo como objetivo último a melhoria da qualidade de vida na cidade e no concelho. Esses pontos são: Concelho, cidade e centro histórico (relação, dinâmica, centralidades); Património material, imaterial e natural; Adaptação climática e resiliência (planos, ações); Rede de infraestruturas e equipamentos municipais de cultura.

(1. Ambientação | 20m)

Vamos falar um pouco sobre a vossa experiência da cidade e do concelho de Torres Vedras. Há quantos anos residem aqui? Quais acham que são as principais mudanças ocorridas em Torres Vedras nestes últimos anos, na perspetiva de quem cá vive?
O que acham que está diferente?

(Deixar falar)

O que é que, em vossa opinião, melhorou? E o que é que, em vossa opinião, piorou?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

O que mais valorizam na área onde residem? Que relação estabelecem com outras zonas da cidade? Qual é a vossa avaliação dos usos quotidianos da cidade e do concelho como viver, trabalhar/produzir, criar, divertir-se, descansar, aprender, etc.?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

(2. Património natural, material e imaterial | 30m)

O que mais gostam de visitar no concelho de Torres Vedras? Que património imaterial, material ou natural é para vós mais relevante?

(Deixar falar)

Acham que esse património está bem cuidado, isto é, está bem identificado, mantido ou reabilitado? É conhecido pela maioria da população?

(Deixar falar)

De uma maneira geral, diriam que a gestão do património na cidade e no concelho, por parte da Câmara e dos seus dirigentes, tem sido positiva ou negativa? E tem sido positiva ou negativa em quê, ou seja, quais os aspetos mais positivos e os menos positivos?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(3. Adaptação climática e resiliência | 20m)

O que acham que pode ser melhorado? O que pode constituir uma ameaça ao nosso património coletivo? Que desafios principais identificam a médio e longo prazo?

(Deixar falar)

Conhecem os planos para promover a adaptação e a resiliência do concelho face aos fenómenos climáticos extremos?

(Deixar falar)

O que é que se deve fazer para promover a gestão sustentável do nosso património material, imaterial e natural? Acham que estamos no bom caminho ou pelo contrário são precisas ações para promover essa sustentabilidade? Que ações ou oportunidades identificam? Qual a urgência, a existir, dessas medidas?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(4. Rede de infraestruturas e equipamentos municipais de cultura | 20m)

Acham que a rede de infraestruturas e equipamentos municipais de cultura, nomeadamente na área do património material e imaterial, pode contribuir para encontrar respostas cívicas a esses desafios? Está ajustada e equilibrada na sua missão?

(Deixar falar)

O que mais valorizam nessa rede e o que é menos positivo? O que pode ser feito neste âmbito?
(Quando oportuno terminar a conversa, agradecendo e passando a palavra ao relator para apresentar:)

(5. Sumário breve das ideias principais sobre cada tema/resposta | 10m)

Sessão 2

Plano Estratégico de Cultura: Prosperidade e Estilos de Vida

ROTEIRO

Emprego cultural
3º setor e setor privado
Consumo cultural
Investimentos municipais em cultura
Modelo de governança da autarquia para a cultura

DESTINATÁRIOS

(máx. 10 pessoas por sessão)

Artistas profissionais nos diversos domínios em nome individual ou membros de associações sediadas no concelho; Gestores, produtores e técnicos das atividades culturais nos diversos domínios profissionais sediados no concelho em nome individual ou membros de associações sediadas no concelho dedicadas à produção cultural; Membros de empresas sediadas no concelho dedicadas à produção cultural; Gestores de incubadoras criativas ou com atividade nas áreas artísticas e culturais; Gestores ou membros de empresas do setor turístico; Gestores ou membros de empresas do setor vitivinícola e hortícola do concelho; Membros eleitos da Assembleia Municipal com intervenção cívica e política relevante nas áreas culturais; Diretores e responsáveis por equipamentos culturais municipais dedicados às artes performativas ou visuais.

GUIÃO

(1. Introdução | 10m)

Esta sessão visa contribuir para a elaboração Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras que está a ser elaborado pela equipa de investigação em Cultura e Sustentabilidade da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha / Cátedra Unesco em Gestão das Artes e da Cultura, Cidades e Criatividade do Instituto Politécnico de Leiria, por encomenda da Câmara Municipal de Torres Vedras. Este plano está a ser desenhado na base dos Indicadores 2030 propostos pela UNESCO para a avaliação, monitorização e desenho das políticas culturais locais e estabelece quatro temas principais: Ambiente e Resiliência, Prosperidade e Estilos de Vida, Conhecimentos e Competências e Inclusão Social. Esta sessão insere-se no segundo tema: Prosperidade e Estilos de Vida, e o seu roteiro estabelece assim seis pontos centrais, visando identificar pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades que possam consubstanciar políticas e ações mais assertivas, tendo como objetivo último a melhoria da qualidade de vida na cidade e no concelho. Esses pontos são: Concelho, cidade e centro histórico (relação, dinâmica, centralidades); Emprego cultural; 3º setor e setor privado; Consumo cultural; Investimentos municipais em cultura; Modelo de governança da autarquia para a cultura.

(1. Ambientação | 20m)

Vamos falar um pouco sobre a vossa experiência da cidade e do concelho de Torres Vedras. Há quantos anos residem aqui? Quais acham que são as principais mudanças ocorridas em Torres Vedras nestes últimos anos, na perspetiva de quem cá vive? O que acham que está diferente?

(Deixar falar)

O que é que, em vossa opinião, melhorou? E o que é que, em vossa opinião, piorou?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

O que mais valorizam na área onde residem? Que relação estabelecem com outras zonas da cidade? Qual é a vossa avaliação dos usos quotidianos da cidade e do concelho como viver, trabalhar/produzir, criar, divertir-se, descansar, aprender, etc.?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(2. Emprego cultural | 10m)

É fácil ser artista, produtor ou técnico nas áreas artísticas e culturais em Torres Vedras? Que dificuldades, obstáculos encontram na área da criação? O que é que pode ser melhorado?

(Deixar falar)

Sabemos que o cenário pandémico foi um revelador da fragilidade profissional dos artistas, produtores e técnicos e sabemos também que parte da solução dessas fragilidades da atividade profissional nas artes e na cultura não passa pelas autarquias. No entanto, o que se poderia fazer a nível local para melhorar as condições de vida dos artistas, técnicos e produtores?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(3. 3º setor e setor privado | 20m)

Sabemos também que a solução não passa apenas pelas entidades públicas. Que medidas podem ou devem ser adotadas pelo 3º setor e setor privado para melhorar essa condição?

(Deixar falar)

E como pode a autarquia contribuir para dar resiliência tanto ao 3º sector como ao setor privado? Que medidas tomadas nos últimos anos pela autarquia mais contribuíram para essa resiliência? O que pode ser melhorado nessa relação?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

Que desafios identificam a médio e longo prazo?

Que caminhos possíveis identificam no exercício da vossa missão?

(Deixar falar)

Como poderemos aumentar a colaboração entre os diversos sectores económicos que constroem a prosperidade do concelho, do turismo ao setor vitivinícola, etc.? Acham que seria relevante construir essas pontes?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(4. Consumo cultural | 5m)

E que pontes podemos construir com os diversos públicos e consumidores? Sabemos que os níveis de consumo cultural das famílias e agregados domésticos em Portugal é dos mais baixos na UE27. E que essa fraca despesa pode ser uma ameaça à criação, produção e difusão de conteúdos de qualidade (do livro às artes performativas). O que podemos fazer para estimular esse consumo?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(5. Investimentos municipais em cultura | 15m)

Claro que também é relevante avaliar o investimento municipal nas atividades culturais. Consideram que esses investimentos têm sido assertivos face à realidade quer do concelho, quer das diversas áreas artísticas e culturais?

(Deixar falar)

O que pode ser melhorado nestes investimentos? Onde acham que se deveria investir mais?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(6. Modelo de governança da autarquia para a cultura | 15m)

Nos últimos anos têm vindo a ser tomadas uma série de medidas que visam promover a participação cívica no processo de decisão política. Consideram que a gestão política da cultura da autarquia tem

vindo a promover essa participação?

(Deixar falar)

Como se pode melhorar a participação dos cidadãos nestas áreas de atuação política?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

Claro que a participação cívica depende também da implementação de medidas que tornem transparentes as ações e os raciais que assistem à decisão política. Que aspetos positivos e menos positivos identificam na gestão política da cultura por parte da autarquia e seus representantes?

(Quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(7. Conclusão: sumário breve de ideias principais |10m)

Sessão 3

Plano Estratégico de Cultura: Conhecimentos e Competências

ROTEIRO

Educação para o desenvolvimento sustentável

Educação artística

Formação cultural

DESTINATÁRIOS

(máx. 10 pessoas por sessão)

Professores residentes e a lecionar no concelho dos diversos níveis de ensino e nos diversos domínios científicos, que não as artes; Professores residentes e a lecionar no concelho dos diversos níveis de ensino no domínio das artes; Diretores de escola e agrupamentos escolares do concelho; Membros de associações ou centros de educação ambiental; Responsáveis pelos serviços educativos das instituições culturais municipais do concelho; Membros de associações culturais com forte dimensão educativa em todos os domínios artísticos; Diretores e responsáveis por equipamentos culturais municipais dedicados à educação ambiental.

GUIÃO

(1. Introdução | 10m)

Esta sessão visa contribuir para a elaboração Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras que está a ser elaborado pela equipa de investigação em Cultura e Sustentabilidade da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha / Cátedra Unesco em Gestão das Artes e da Cultura, Cidades e Criatividade do Instituto Politécnico de Leiria, por encomenda da Câmara Municipal de Torres Vedras. Este plano está a ser desenhado na base dos Indicadores 2030 propostos pela UNESCO para a avaliação, monitorização e desenho das políticas culturais locais e estabelece quatro temas principais: Ambiente e Resiliência, Prosperidade e Estilos de Vida, Conhecimentos e Competências e Inclusão Social.

Esta sessão insere-se no terceiro tema: Conhecimentos e competências, e o seu roteiro estabelece assim quatro pontos centrais, visando identificar pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades que possam consubstanciar políticas e ações mais assertivas, tendo como objetivo último a melhoria da qualidade de vida na cidade e no concelho. Esses pontos são: Concelho, cidade e centro histórico (relação, dinâmica, centralidades); Educação para o desenvolvimento sustentável; Educação Artística; Formação Cultural.

(1. Ambientação | 20m)

Vamos falar um pouco sobre a vossa experiência da cidade e do concelho de Torres Vedras. Há quantos anos residem aqui? Quais acham que são as principais mudanças ocorridas em Torres Vedras nestes últimos anos, na perspetiva de quem cá vive? O que acham que está diferente?

(Deixar falar)

O que é que, em vossa opinião, melhorou? E o que é que, em vossa opinião, piorou?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

O que mais valorizam na área onde residem? Que relação estabelecem com outras zonas da cidade? Qual é a vossa avaliação dos usos quotidianos da cidade e do concelho como viver, trabalhar/produzir, criar, divertir-se, descansar, aprender etc.?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(2. Educação para o desenvolvimento sustentável | 30m)

(3. Educação Artística | 20m)

(4. Formação Cultural | 20m)

(Quando oportuno terminar a conversa, agradecendo e passando a palavra ao relator para apresentar)

(5. Conclusão: sumário breve de ideias principais | 10m)

Sessão 4

Plano Estratégico de Cultura: Inclusão e Participação

DESTINATÁRIOS

(máx. 10 pessoas por sessão)

Presidentes de juntas de freguesia; Membros de associações, instituições ou equipamentos no domínio da intervenção sociocultural sediadas no concelho; Diretores e responsáveis por equipamentos culturais municipais; Técnicos municipais responsáveis pela implementação dos diversos planos de intervenção social; Cidadãos residentes estrangeiros com intervenção cívica relevante; Cidadãos residentes com intervenção cívica relevante no domínio da intervenção sociocultural e/ou artística ou cultural.

GUIÃO

(1. Introdução | 10m)

Esta sessão visa contribuir para a elaboração Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras que está a ser elaborado pela equipa de investigação em Cultura e Sustentabilidade da Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha / Cátedra Unesco em Gestão das Artes e da Cultura, Cidades e Criatividade do Instituto Politécnico de Leiria, por encomenda da Câmara Municipal de Torres Vedras. Este plano está a ser desenhado na base dos Indicadores 2030 propostos pela UNESCO para a avaliação, monitorização e desenho das políticas culturais locais e estabelece quatro temas principais: Ambiente e Resiliência, Prosperidade e Estilos de Vida, Conhecimentos e Competências e Inclusão Social. Esta sessão insere-se no terceiro tema: Inclusão e participação e o seu roteiro estabelece assim três pontos centrais, visando identificar pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades que possam consubstanciar políticas e ações mais assertivas, tendo como objetivo último a melhoria da qualidade de vida na cidade e no concelho. Esses pontos são: Cultura para a inclusão social; Acesso; Participação.

(1. Ambientação | 20m)

Vamos falar um pouco sobre a vossa experiência da cidade e do concelho de Torres Vedras. Há quantos anos residem aqui? Quais acham que são as principais mudanças ocorridas em Torres Vedras nestes últimos anos, na perspetiva de quem cá vive? O que acham que está diferente?

(Deixar falar)

O que é que, em vossa opinião, melhorou? E o que é que, em vossa opinião, piorou?

(Deixar falar, mas não é necessário insistir)

O que mais valorizam na área onde residem? Que relação estabelecem com outras zonas da cidade? Qual é a vossa avaliação dos usos quotidianos da cidade e do concelho como viver, trabalhar/produzir, criar, divertir-se, descansar, aprender etc.?

(Deixar falar, e, quando se achar oportuno, e como se fosse uma pergunta muito espontânea, introduzir o novo tema:)

(2. Inclusão | 30m)

Consideram Torres Vedras um concelho solidário e inclusivo? Que experiências são mais relevantes para cada um de vocês no domínio da cultura para a inclusão social?

(3. Acesso | 20m)

Consideram que a política cultural da Câmara garante o acesso dos cidadãos na sua diversidade aos seus equipamentos? O que podia ser melhorado? O que é que na vossa perspectiva poderia ser feito e não é?

(4. Participação | 20m)

Com que públicos convivem no vosso dia-a-dia profissional? Como eliminamos barreiras simbólicas à participação ativa e passiva nas atividades culturais?

(Quando oportuno terminar a conversa, agradecendo e passando a palavra ao relator para apresentar)

(5. Conclusão: sumário breve de ideias principais | 10m)

Envolver: Workshops

Os *workshops* serão desenvolvidos pela turma do 2º ano de Mestrado em Gestão Cultural na disciplina de Instituições e Políticas Culturais, favorecendo-se a autonomia e a criatividade dos alunos nas propostas a serem desenvolvidas nas 5 primeiras aulas, tendo em consideração os seguintes requisitos para a organização dos *workshops*:

- 1) Desenvolvimento de *workshops* dentro das restrições sanitárias;
- 2) Atenção à diversidade do território: cidade, litoral, rural e à diversidade social: bairros sociais e populares / jovens / sénior / cidadãos residentes estrangeiros, etc.;
- 3) Fundamentação teórica do(s) exercício(s) a desenvolver e exemplos de boas práticas para o envolvimento dos cidadãos no processo de decisão política;
- 4) Equacionar a hipótese de colaborar com instituições e associações de Torres Vedras para a realização dos *workshops* (por exemplo: o Cine-Teatro para a realização dos ateliês de

escrita; a Cooperativa de Comunicação e Cultura para a organização dos passeios fotográficos; etc.)

Para facilitar a compreensão do que se poderá desenvolver nestes *workshops* deixa-se o seguinte exemplo:

Para uma cartografia sensível do território - elaborar mapas visuais dos itinerários quotidianos para obtenção de representações da utilização do espaço público e tornar visíveis os marcadores espaciais. Partindo da hipótese de que o corpo é o primeiro vetor do nosso posicionamento do espaço, a representação da sua espacialização pode assim ser também vetorial na utilização mais ampla do espaço público. Assim, reproduzem-se sobre uma folha branca uma série de conexões em cadeia entre os pontos selecionados e os índices que lhe estão associados, respeitando um código de cores em função dos trajetos apreciados (a verde), os menos agradáveis (a vermelho) e os que não suscitam nem interesse, nem rejeição (a preto). Cada mapa é identificada por um mi-

Semana de 19 a 21 de Outubro

nimo de contextualização: idade, data de chegada a Torres Vedras, bairro de residência e ou trabalho, podendo ser ou não acompanhado de comentários escritos. Este exercício permite ver o conjunto de perceções sobre a cidade pelo conjunto diverso dos seus habitantes: homens, mulheres, jovens, idosos, recém-chegados ou residentes de longa data. Mesmo que a cidade tenha uma realidade tangível, um quadro espacial organizado, estruturado e limitado, a dimensão simbólica não está ausente. E a verdade, é que a apropriação do capital simbólico das cidades, isto é, a sua apreensão e interpretação é extremamente difícil. Pelo que estes mapas visuais podem permitir a tomada de consciência desta apropriação. Ao desenhar os caminhos, os percursos, reconhecemos o espaço e reconhecemo-nos no espaço. (In: Luxembourg, C., et al., *Le Sens de la Ville – pour un urbanisme de la vie quotidienne*, Montreuil: Les Temps des Cerises editeurs, 2020, p. 28)

Colaborar: Sessões públicas de debate

Sessões 9 a 12 Duração de cada sessão: 2 horas Requisitos: auditório; projetor de vídeo; microfone (eventual)	A definir de acordo com a evolução dos trabalhos
Sessão 13 Duração de cada sessão: 2 horas Requisitos: auditório; projetor de vídeo; microfone;	A definir após a conclusão do relatório final

Sessão 9 e 10

Plano Estratégico de Cultura: apresentação e debate das primeiras conclusões (Freguesias da cidade e litoral)

· ROTEIRO

Apresentação do diagnóstico e conclusões preliminares
Debate e intervenções

· DESTINATÁRIOS

Sessão aberta

Sessão 11 e 12

Plano Estratégico de Cultura: apresentação e debate das primeiras conclusões (Freguesias do interior)

· ROTEIRO

Apresentação do diagnóstico e conclusões preliminares
Debate e intervenções

· DESTINATÁRIOS

Sessão aberta

Sessão 13

Plano Estratégico de Cultura: apresentação e afinamento de estratégias

· ROTEIRO

Apresentação das linhas estratégicas do plano
Debate e intervenções

· DESTINATÁRIOS

Sessão aberta

ANEXO 3

Inquérito às práticas culturais, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural

Período de aplicação: 1 de Dezembro de 2020 a 23 de Janeiro de 2021

O Inquérito às práticas de participação cultural, atitudes sobre a oferta cultural e prioridades de desenvolvimento cultural visa cumprir três 3 objetivos principais:

1) Fazer um diagnóstico não extensivo às práticas culturais da população residente no município;

2) Avaliar as atitudes sobre a oferta cultural e artística na cidade e no município, tentando identificá-las na sua

dimensão territorial;

3) Compreender as expectativas e prioridades de desenvolvimento cultural do município, visando a identificação de desafios e estratégias que possam consubstanciar o Plano Estratégico de Cultura nos seus quatros grandes temas: Ambiente e Resiliência, Prosperidade e Estilos de Vida, Conhecimentos e Competências e, finalmente, Inclusão e Participação.

Destinatários: cidadãos residentes ou com alguma ligação ao concelho de Torres Vedras.

Secção 1: Caracterização sociográfica

Nesta primeira secção do inquérito pretendemos descrever a amostra de inquiridos a partir das variáveis de sexo, idade, escolaridade, zona de residência e profissão permitindo assim uma análise mais fina quanto à influência do ciclo de vida, escolaridade, profissão e zona de residência nos hábitos e práticas culturais.

P1| Sexo

1. Masculino
2. Feminino

P2 | Idade

1. < 18
2. Entre 19 e 24
3. Entre 25 e 34
4. Entre 35 e 44
5. Entre 45 e 54
6. Entre 55 e 64

P3 | Escolaridade

1. Sem qualquer grau completo
2. 1º ciclo do Ensino Básico
3. 2º ciclo do Ensino Básico
4. 3º ciclo do Ensino Básico
5. Ensino Secundário
6. Bacharelato, curso técnico superior ou frequência de ensino superior
7. Ensino superior completo – Licenciatura
8. Ensino superior - Pós-graduação
9. Ensino superior - Mestrado
10. Ensino superior – Doutoramento

P4 | Residência habitual

1. No município de Torres Vedras
2. Noutro município da região Oeste
3. Noutro município de Portugal
4. País da União Europeia
5. Em país extra-UE

Se respondeu:

“No município de Torres Vedras” siga para a pergunta P4A

“Na Região Oeste”, siga para a pergunta P4E

“Fora de Portugal, mas na UE”, siga para a pergunta 4F

“Em país extra-UE”, siga para a pergunta 4G

Responda às perguntas 4A | 4B | 4C apenas se for residente no concelho de Torres

P4A | Em que freguesia?

1. União das Freguesias de A-dos- Cunhados e Maceira
2. União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça
3. União das Freguesias de Carvoeira e Camões
4. União das Freguesias de Dois Portos e Runa
5. Freguesia de Freiria
6. União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo
7. União de Freguesias de Torres Vedras (Santa Maria, São Pedro e Matacães)
8. Freguesia de Ponte de Rol
9. Freguesia de Ramalhal
10. Freguesia de S. Pedro da Cadeira
11. Freguesia de Silveira
12. Freguesia de Turcifal
13. Freguesia de Ventosa

P4B | Quando avalio a minha experiência de vida no concelho de Torres Vedras, considero que...

O concelho de Torres Vedras permite uma vida de qualidade, dando-me todas as oportunidades para atingir a minha realização e satisfação pessoal.

1. Discordo totalmente
2. Discordo parcialmente
3. Concordo parcialmente
4. Concordo absolutamente

P4C | Considera a cultura um fator fundamental para a avaliação da qualidade de vida do concelho?

1. Sim
2. Não

Responda à pergunta 4E apenas se for residente na Região Oeste

P4E | Em que concelho da Região Oeste?

1. Alcobça
2. Alenquer
3. Arruda dos Vinhos
4. Bombarral
5. Cadaval
6. Caldas da Rainha
7. Lourinhã
8. Nazaré
9. Peniche
10. Óbidos

Responda à pergunta 4F apenas se for residente em Portugal

P4F | Em que região do país?

1. Região Norte
2. Região Centro
3. Área Metropolitana de Lisboa
4. Região do Alentejo
5. Região do Algarve
6. Região Autónoma dos Açores

Responda às perguntas 4G apenas se for residente num país da União Europeia

4G | Em que país?

Responda às perguntas 4G apenas se for residente num país extra - União Europeia

P4H | Em que país?

P4I | Qual a ligação que mantém com o concelho de Torres Vedras?

1. Visito regularmente por motivos profissionais
2. Visito ocasionalmente por motivos profissionais
3. Visito ocasionalmente por motivos de turismo e lazer
4. Visito regularmente por motivos de turismo e lazer
5. Tenho uma segunda habitação no concelho

P5 | Qual a sua ocupação principal?

1. Exerce uma atividade profissional
2. Está desempregado/a
3. Está à procura do 1º emprego
4. Está reformado/a ou é pensionista
5. É estudante
6. Trabalha e estuda
7. Não tem qualquer atividade
8. Outra situação

P6 | Qual é a área da sua atividade profissional?

[Definimos profissão ou atividade profissional como o ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.]

1. Profissões das Forças Armadas
2. Representante do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigente, diretor e gestor executivo
3. Especialistas das atividades intelectuais e científicas
4. Profissão no sector artístico e cultural
5. Técnicos e profissões de nível intermédio
6. Pessoal administrativo
7. Trabalhador dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
8. Agricultor e/ou trabalhador qualificado da agricultura, da pesca e da floresta
9. Trabalhador qualificado da indústria, construção ou artífice
10. Operador de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
11. Trabalhador não qualificado

Responda às perguntas 6A e 6B apenas se exercer uma profissão no sector artístico e cultural. Se não exerce nenhuma função neste sector siga para a pergunta 7.

P6A | Que função exerce no setor artístico e cultural?

1. Funções de criação artística nos diversos domínios (Artes Plásticas e Visuais, Teatro e Artes Performativas, Música, Cinema e Vídeo, Literatura, Arquitetura)
2. Funções técnicas (Luz, Som, Design Gráfico, Web Design e Multimédia, Conservação e Restauro, etc.)
3. Funções de suporte (Produção, Programação e/ou Curadoria, Comunicação, Administração e Gestão)
4. Funções no domínio do ensino artístico e da formação ou mediação cultural (Professor do Ensino Artístico Especializado, Monitor de Serviços Educativos, etc.)

P6B | Qual o domínio da sua criação artística profissional?

1. Artes Plásticas e Visuais
2. Cinema, Vídeo, Audiovisuais e/ou Televisão
3. Música
4. Teatro e Artes Performativas
5. Dança
6. Literatura
7. Artesanato
8. Design
9. Multidisciplinar

P6C | Qual o seu rendimento individual?

1. Não possuo nenhum rendimento individual
2. Até 400 euros
3. De 401 e 635 euros
4. De 636 e 800 euros
5. De 801 a 1000 euros
6. De 1001 a 1200 euros
7. De 1201 a 1400 euros
8. De 1401 a 1600 euros
9. De 1601 a 1800 euros
10. De 1801 a 2000 euros
11. De 2001 ou mais euros

Secção 2: Práticas, Hábitos e Participação Cultural

Neste conjunto de perguntas é nosso objetivo avaliar tanto a dimensão da criação cultural amadora, como os hábitos de participação cultural dos inquiridos.			
P7 Entre as atividades a que se dedica fora do trabalho realiza alguma que considere ser de criação cultural? 1. Sim 2. Não	P7A Se sim, qual o domínio da sua criação cultural amadora? [Definimos "criação cultural amadora" como o conjunto de atividades criativas, artísticas e culturais que se realizam fora da atividade profissional principal, como por exemplo: a participação em ranchos ou escolas de dança, em grupos de teatro amador, bandas filarmónicas, tocar um instrumento musical, fazer vídeos e conteúdos audiovisuais, etc.) que se realizam para além da profissão principal.] 1. Artes Plásticas e Visuais 2. Cinema, Vídeo, Audiovisuais e/ou Televisão 3. Música 4. Teatro e Artes Performativas 5. Dança 6. Literatura 7. Artesanato 8. Design 9. Multidisciplinar		
P8 Participa ou é associado de alguma associação artística, recreativa ou cultural? 1. Sim 2. Não			
P9 Durante a pandemia e nos últimos 6 meses, com que regularidade foi...	(a) Nunca	(b) Fui uma vez	(c) Fui mais de uma vez
1. A um museu ou exposição de artes plásticas ou visuais? 2. A um concerto de música pop/rock? 3. A um concerto de música clássica/jazz? 4. A um espetáculo de teatro? 5. A um espetáculo de dança/bailado? 6. A uma festa popular ao ar livre? 7. Visitar um monumento histórico ou sítio arqueológico?			
P9A E antes da pandemia, entre Julho e Dezembro de 2019, com que regularidade foi...	(a) Nunca	(b) Fui uma vez	(c) Fui mais de uma vez
1. A um museu ou exposição de artes plásticas ou visuais? 2. A um concerto de música pop / rock? 3. A um concerto de música clássica / jazz? 4. A um espetáculo de teatro? 5. A um espetáculo de dança/bailado? 6. A uma festa popular ao ar livre? 7. Visitar um monumento histórico ou sítio arqueológico?			
P10 Durante os últimos 6 meses com que regularidade foi aos equipamentos culturais ou sítios de interesse histórico e arqueológico do concelho de Torres Vedras?	(a) Nunca	(b) Fui uma vez	(c) Fui mais de uma vez
1. Arquivo Municipal de Torres Vedras 2. Biblioteca Municipal de Torres Vedras 3. Fábrica das Histórias 4. Galeria Municipal 5. Ateliê dos Brinquedos 6. Museu Municipal Leonel Trindade 7. Teatro-Cine de Torres Vedras 8. Castro do Zambujal 9. Azenha de Santa Cruz 10. Rota Histórica das Linhas de Torres			

P11 No último mês leu algum livro? 1. Não li nenhum livro. 2. Li um livro. 3. Li mais de um livro.			
P12 No último mês foi alguma vez ao cinema? 1. Não fui ao cinema. 2. Fui uma vez. 3. Fui mais de uma vez.			
P13 Com que frequência realiza atividades culturais através da internet?	(a) Nunca	(b) Uma vez por semana	(c) Mais de uma vez por semana
1. Visitar museus e bibliotecas. 2. Jogar jogos virtuais e de computador 3. Ver filmes, vídeos e televisão 4. Ler jornais ou revistas 5. Ler livros 6. Ouvir música 7. Colocar conteúdos próprios on-line			
P14 O gasto médio em bens e/ou atividades culturais e artísticas por mês é... 1. Menos de 10 euros 2. Entre 11 e 40 euros 3. Mais de 41 euros			

Secção 3: Atitudes sobre a oferta cultural do município

Esta secção pretende avaliar as atitudes sobre a oferta cultural e artística no município de Torres Vedras, tentando identificá-las na sua dimensão territorial.					
P15 Quando avalio a oferta cultural no concelho de Torres Vedras, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente	
1. A oferta cultural em Torres Vedras é diversa e muito interessante e tento estar a par do que se vai fazendo.					
2. A oferta cultural em Torres Vedras destaca tanto a produção artística e cultural de cariz local e tradicional, como a de cariz contemporâneo e internacional.					
P16 Considero que a oferta cultural projeta uma imagem de um concelho...					
1. Projeta uma imagem atrativa e dinâmica do concelho de Torres Vedras, tanto na dimensão das tradições locais, como na dimensão da criação local contemporânea. 2. Projeta uma imagem positiva, mas deve ser melhorada. 3. Projeta uma imagem negativa. 4. Não tenho opinião.					
P17 A minha avaliação da experiência dos diversos equipamentos culturais municipais é... (sendo que 1 é muito desagradável e 5 é muito agradável)	1	2	5	4	5
1. Arquivo Municipal de Torres Vedras 2. Biblioteca Municipal de Torres Vedras 3. Fábrica das Histórias 4. Galeria Municipal 5. Ateliê dos Brinquedos 6. Museu Municipal Leonel Trindade 7. Teatro-Cine de Torres Vedras					
P18 Qual o meio de informação e comunicação que utiliza com mais frequência para conhecer a oferta cultural do concelho de Torres Vedras?	(a) Nunca	(b) Frequente		(c) Muito frequente	
1. Imprensa local. 2. Sítio <i>on-line</i> da Câmara Municipal					

3. Página do Facebook da Câmara Municipal 4. Sítio <i>on-line</i> dos equipamentos culturais 5. Cartazes e informação em espaço público 6. Círculo de amigos e familiares 7. Agenda cultural da Câmara Municipal 8. Redes sociais			
--	--	--	--

Secção 4: Prioridades de Desenvolvimento Cultural

S4.1. Ambiente e resiliência

Esta dimensão temática fornece um quadro para avaliar o papel e a contribuição da cultura para o conjunto do desenvolvimento do território, enfatizando a dimensão do património cultural e natural e do ambiente urbano tanto como alavanca para o desenvolvimento sustentável, como um fim em si mesmo. Os indicadores propostos pela UNESCO para 2030 avaliam o nível de empenhamento na salvaguarda do património cultural e natural e fornecem provas de uma gestão sustentável do património e da inclusão dos conhecimentos tradicionais num planeamento sensível do ponto de vista cultural. Esta dimensão também avalia os aspetos físicos/espaciais da qualidade do ambiente urbano, incluindo o espaço público e as infraestruturas culturais.				
P19 Quando avalio em geral o centro histórico considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. O centro histórico está bem reabilitado e é agradável para viver, passear, ir às compras ou trabalhar. 2. Gostaria de ver mais vida cultural no centro histórico da cidade. 3. Raramente vou ao centro histórico porque não há nada que me motive a visitá-lo.				
P20 Quando avalio a ação do executivo municipal na área do património cultural material, imaterial e natural, considero que...	(a) Insatisfatória	(b) Satisfatória	(c) Muito satisfatória	
1. Património cultural material (exemplo: monumentos, sítios arqueológicos, etc.) 2. Património cultural imaterial (exemplo: formas do saber e do fazer, tradições locais, etc.) 3. Património natural (exemplo: matas, serras, parques, cursos de água, praias, etc.)				
P21 Quando avalio o investimento na área do património cultural material, imaterial e natural, considero que...	(a) Deveria ser reforçado	(b) Deveria ser reduzido	(c) Está ajustado	
1. Património cultural material (exemplo: monumentos, sítios arqueológicos, etc.)				
2. Património cultural imaterial (exemplo: formas do saber e do fazer, tradições locais, etc.)				
3. Património natural (exemplo: matas, serras, parques, cursos de água, praias, etc.)				
P22 O município está implementar uma série de programas de mitigação das alterações climáticas e resiliência aos fenómenos climáticos extremos. Conhece estes programas? 1. Sim 2. Não				
P23 Considera que a sustentabilidade (nas suas dimensões ambientais, económicas, culturais e sociais) deve ser uma preocupação do executivo municipal? 1. Sim 2. Não 3. Não tenho opinião.				
P24 Quando avalio a rede de infraestruturas municipais, considero que... 1. É adequada na sua relação com o concelho, as suas tradições e criação contemporânea. 2. É inadequada na sua relação com o concelho, as suas tradições e criação contemporânea. 3. Embora a considere a adequada, considero que há tradições, sítios ou monumentos que mereciam um projeto				

cultural melhor. 4. Embora a considere adequada, considero que há novas criações e potencialidades que mereciam um projeto cultural melhor.
P24A Se selecionou a opção 2, 3 ou 4, diga-nos que projetos culturais gostaria que fossem desenvolvidos. Deixe-nos a sua sugestão.
P25 Gostaria de deixar uma recomendação...

S4.2. Prosperidade e Estilos de Vida

Esta dimensão temática proporciona um quadro para avaliar o contributo da cultura para promoção e viabilização de economias mais inclusivas e sustentáveis, através da geração de rendimentos e emprego, bem como estimulando as receitas através de bens culturais, serviços e empresas. Está igualmente incluído nesta dimensão um indicador sobre a governança da cultura. Este indicador fornece provas das estruturas de governação existentes para apoiar um papel próspero da cultura no desenvolvimento económico local e nacional e na criação de meios de subsistência.				
P26 Quando avalio as minhas práticas culturais e o meu consumo em bens e atividades culturais considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. Gostaria de participar mais, mas o custo dos bens e atividades culturais é impeditivo. 2. Gostaria de participar mais, mas não tenho tempo disponível para o fazer. 3. Gostaria de participar mais, mas não encontro nenhuma atividade que me atraia. 4. Sinto que participo e tenho uma vida cultural no município que satisfaz as minhas necessidades e gostos pessoais.				
P27 Quando avalio a relação do executivo municipal com as associações recreativas, culturais e artísticas e do sector privado, considero que ... 1. O executivo municipal é um facilitador das atividades das associações ou empresas culturais privadas. 2. O executivo municipal é um obstáculo das atividades das associações ou empresas culturais privadas. 3. O executivo municipal não tem mecanismos para potenciar e apoiar as atividades das associações ou empresas culturais privadas. 4. O executivo municipal não é nem um facilitador, nem um obstáculo das atividades das associações ou empresas culturais privadas.				
P28 Quando avalio os investimentos municipais em cultura, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. Os investimentos municipais em cultura estão adequados à diversidade cultural do município. 2. Os investimentos municipais são decididos de forma opaca, não havendo nenhuma transparência na sua aplicação.				
P29 Gostaria de deixar uma recomendação...				

S4.3. Conhecimentos e competências

Esta dimensão temática fornece um quadro para avaliar o contributo da cultura para a construção de conhecimentos e competências, incluindo os conhecimentos locais e a diversidade cultural. Centra-se especificamente no contributo da cultura para a transmissão de valores culturais, conhecimentos e competências locais e na promoção do empoderamento através da formação educacional, de processos, políticas e materiais. Sublinha o papel da diversidade cultural no ensino primário, secundário e superior, bem como na formação profissional, e centra-se no desenvolvimento aprofundado dos currículos para integrar os conhecimentos culturais. Os indicadores propostos avaliarão o nível de empenhamento das autoridades e instituições públicas na integração e aproveitamento dos conhecimentos culturais para promover o respeito e a valorização da diversidade cultural, a compreensão do desenvolvimento sustentável e a transmissão de valores culturais, bem como na atribuição de prioridade à formação cultural (incluindo a formação avançada em matéria de conservação do património) e na promoção de aptidões e competências nos domínios criativos.				
P30 Quando avalio os programas de formação cultural (oficinas, serviços educativos, atividades amadoras) disponível no concelho de Torres Vedras, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente

1. Estes programas estão bem distribuídos no território. 2. Estes programas refletem a diversidade cultural do território. 3. Estes programas estão disponíveis para todo o tipo de públicos. 4. Considero que estas atividades também são para mim.				
P31 Quando avalio a visibilidade das atividades culturais amadoras na programação cultural do concelho de Torres Vedras, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. O executivo municipal apoia e destaca os resultados de atividades culturais amadoras dando-lhes relevância no conjunto da oferta cultural do município. 2. Não é relevante o papel do município no apoio e destaque à realização de práticas culturais amadoras. 3. É extremamente relevante o papel do município no apoio e o destaque do executivo municipal ao exercício, produção e prática cultural amadora.				
P32 Quando avalio o apoio e o destaque dos resultados do ensino artístico no concelho de Torres Vedras, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. O município apoia e fomenta a disseminação dos resultados do ensino artístico. 2. O município deveria apoiar mais a realização de parcerias e intercâmbios internacionais dos alunos do ensino artístico. 3. Não é função do município apoiar a realização de parcerias e intercâmbios internacionais dos alunos do ensino artístico.				
P29 Gostaria de deixar uma recomendação...				

S4.4. Inclusão e participação

Esta dimensão temática fornece um quadro para avaliar o contributo da cultura na construção da coesão social, bem como na promoção da inclusão e da participação. Centra-se na capacidade de acesso das pessoas à cultura, no direito de todas as pessoas a participarem na vida cultural e na sua liberdade de expressão cultural, incluindo a liberdade artística e criativa. Este programa explora igualmente as formas como as práticas culturais, os sítios, os elementos e as expressões culturais transmitem valores e competências conducentes à inclusão social. Nesta dimensão avalia-se, assim, a capacidade da cultura para estimular o envolvimento efetivo das comunidades locais na vida pública.				
P33 Quando avalio a liberdade de criação artística e cultural no concelho de Torres Vedras, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. Há liberdade de criação artística e cultural no concelho de Torres Vedras que respeita os valores da diversidade cultural e da cultura democrática. 2. Embora haja liberdade de criação artística e cultural, não existem condições para exercer essa liberdade.				
P34 Quando avalio o equilíbrio da oferta cultural nas diferentes freguesias do concelho de Torres Vedras, considero que...	(a) Discordo	(b) Discordo parcialmente	(c) Concordo parcialmente	(d) Concordo totalmente
1. A oferta cultural está concentrada nas freguesias da cidade, mas não é por isso que as outras freguesias estão em carência. 2. Poderiam criar-se outros polos culturais fora das freguesias da cidade.				
P35 Quando avalio o custo de acesso aos equipamentos culturais e restantes atividades culturais no concelho de Torres Vedras, considero que... 1. O custo é muito elevado. 2. O custo é adequado, mas ainda assim não tenho condições económicas para aceder. 3. O custo é adequado. 4. Só vou a equipamentos e atividades culturais gratuitos.				
P36 Gostaria de deixar uma recomendação...				

ANEXO 4

Metodologia de construção dos índice sintético de prática cultural

1. Índice Sintético de Prática Cultural

Atribuição de 0 pontos à resposta “nunca”, 1 ponto na resposta “fui uma vez” e de 2 pontos na resposta “Fui mais de uma vez” na Pergunta P9, P11 e P12 do Inquérito_2021.			
P11 No último mês leu algum livro? 1. Não li nenhum livro. 2. Li um livro. 3. Li mais de um livro.			
P12 No último mês foi alguma vez ao cinema? 1. Não fui ao cinema. 2. Fui uma vez. 3. Fui mais de uma vez.			
P9 Durante a pandemia e nos últimos 6 meses, com que regularidade foi...	(a) Nunca	(b) Fui uma vez	(c) Fui mais de uma vez
1. A um museu ou exposição de artes plásticas ou visuais? 2. A um concerto de música pop/rock? 3. A um concerto de música clássica/jazz? 4. A um espetáculo de teatro? 5. A um espetáculo de dança/bailado? 6. A uma festa popular ao ar livre? 7. Visitar um monumento histórico ou sítio arqueológico?			

Construção
de categorias
para análise

De 0 a 4 pontos – Baixo
De 5 a 9 pontos – Médio
De 10 a 14 pontos – Alto
De 15 a 18 pontos – Muito Alto

Construção de categorias para análise do impacto do sexo, ciclo de vida, área de residência, nível de escolaridade e escalão de rendimento: agregação dos valores acima de 10 pontos para a categoria Alto.

2. Índice Sintético de Saídas Culturais

P9 Durante a pandemia e nos últimos 6 meses, com que regularidade foi...	(a) Nunca	(b) Fui uma vez	(c) Fui mais de uma vez
1. A um museu ou exposição de artes plásticas ou visuais? 2. A um concerto de música pop/rock? 3. A um concerto de música clássica/jazz? 4. A um espetáculo de teatro? 5. A um espetáculo de dança/bailado? 6. A uma festa popular ao ar livre? 7. Visitar um monumento histórico ou sítio arqueológico?			
P9A E antes da pandemia, entre Julho e Dezembro de 2019, com que regularidade foi...	(a) Nunca	(b) Fui uma vez	(c) Fui mais de uma vez
1. A um museu ou exposição de artes plásticas ou visuais? 2. A um concerto de música pop/rock? 3. A um concerto de música clássica/jazz? 4. A um espetáculo de teatro? 5. A um espetáculo de dança/bailado? 6. A uma festa popular ao ar livre? 7. Visitar um monumento histórico ou sítio arqueológico?			

Construção
de categorias
para análise

De 0 a 4 pontos – Baixo
De 5 a 9 pontos – Médio
De 10 a 14 pontos – Alto